



Relatório da Administração

2025

Apresentação

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, apresentamos, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Este relatório é anexo às Demonstrações Financeiras da Companhia, que estão de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os destaques operacionais e financeiros têm caráter meramente resumido e não substituem a leitura integral deste Relatório da Administração, do Relatório de Desempenho e das Demonstrações Financeiras, que devem ser considerados em conjunto para uma compreensão completa da situação econômico-financeira da Companhia.

Mensagem da Administração

Em 2025, consolidamos avanços significativos em segurança, desempenho operacional e governança, refletindo nossa evolução cultural e foco estratégico. Entregamos resultados robustos, com forte crescimento na produção de minério de ferro, cobre e níquel, apoiado por *ramp-ups* bem-sucedidos em projetos chave e pela estabilização operacional em todas as linhas de negócio. O ano também marcou progressos relevantes em eficiência estrutural, com ampliação de automação, manutenção preditiva, simplificação de processos e ganhos de confiabilidade. Além disso, avançamos em elementos essenciais para nossa sustentabilidade de longo prazo, especialmente nos compromissos com as reparações e em gestão de barragens, no fomento à economia circular, na entrega de soluções de baixo carbono e no fortalecimento de nosso relacionamento com *stakeholders*. A nossa estratégia está ancorada na construção de uma mineração mais segura, inteligente, eficiente e sustentável, apoiada por inovação, transparência e criação de valor compartilhado. Aceleramos a adoção de modelos de mineração de baixo impacto e de circularidade, expandimos tecnologias e modelos transformacionais - como briquetes, Mega Hubs e operações autônomas - e fortalecemos o portfólio flexível e orientado ao cliente, capaz de atender diferentes rotas da siderurgia global. Essa estratégia é sustentada por uma cultura organizacional renovada, fundamentada em escuta ativa, responsabilidade, diálogo contínuo com a sociedade e comunidades, e pela convicção de que parcerias sólidas são decisivas para impulsionar desenvolvimento econômico, social e ambiental. Entrando em 2026, nos posicionamos para capturar oportunidades estruturais impulsionadas pela urbanização, pela transição energética, pela digitalização e pela crescente demanda global por minerais críticos. Com uma base operacional resiliente, um portfólio de ativos de classe mundial e uma agenda estratégica voltada à inovação, descarbonização e soluções sob medida para clientes, estamos preparados para liderar a mineração do futuro. O cenário global reforça a importância de cadeias de suprimentos confiáveis e de baixo carbono, e nos apresentamos como um provedor estratégico para as principais economias industriais e de transição energética, contribuindo para uma economia global mais sustentável e competitiva.

Destaques operacionais e financeiros

Produção e vendas	<ul style="list-style-type: none"> 336 Mt de produção de minério de ferro¹, a maior produção desde 2018 314 Mt de vendas de minério de ferro, um crescimento de 2,5% a/a 31 Mt de produção de pelotas, uma redução de 15% a/a 33 Mt de vendas de pelotas, uma redução de 14% a/a 382 kt de produção de cobre, um crescimento de 9,8% a/a, maior produção desde 2018 368 kt de vendas de cobre, um aumento de 12,4% a/a 177 kt de produção de níquel, um aumento de 10,8% a/a, maior produção desde 2022 173 kt de vendas de níquel, um aumento de 11,3% a/a
Desempenho nos negócios	<ul style="list-style-type: none"> R\$ 213,6 bilhões de receita de vendas líquida R\$ 85,9 bilhões de EBITDA ajustado R\$ 48,8 bilhões de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais R\$ 13,8 bilhões de lucro líquido atribuído aos acionistas R\$ 41,6 bilhões em caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto de prazo R\$ 103,5 bilhões em dívida bruta e arrendamentos
Alocação de capital	<ul style="list-style-type: none"> R\$ 23,4 bilhões em dividendos e juros sobre o capital próprio aprovados para os nossos acionistas, referentes ao exercício de 2025 R\$ 30,6 bilhões em investimentos, incluindo R\$ 24,3 bilhões em CAPEX de manutenção

¹ Incluindo compras de terceiros, run-of-mine e feed para usinas de pelotização.

Soluções de Minério de Ferro

O EBITDA ajustado do segmento Soluções de Minério de Ferro foi de R\$ 76,7 bilhões, redução de 6,0% quando comparado ao ano passado, devido a menor média de preços de referência do minério de ferro para o período, menor média de preços de referência do minério de ferro e menor prêmio de pelota para o período, resultando em menores preços realizados, que foram parcialmente compensados por maiores volumes de vendas.

A produção de minério de ferro atingiu seu nível mais alto desde 2018, com 336 Mt, um crescimento de 2,6% na comparação anual. As vendas de minério de ferros (incluindo pelotas e ROM) totalizaram 314 Mt, um aumento de 2,5% a/a, em linha com o crescimento de produção.

O preço médio realizado dos finos de minério de ferro, incluindo vendas CFR/FOB, foi de US\$ 91,6/t, retração de 3,9% a/a. O preço médio de pelotas foi de US\$ 134,0/t contra US\$ 154,6/t no ciclo passado. O prêmio *all-in* foi de US\$ 1,5/t. Apesar da melhora na qualidade e nos prêmios de finos, houve queda na contribuição do negócio de pelotas, dadas as condições atuais de mercado, resultando em retração de US\$ 0,6/t a/a.

O custo caixa C1 de finos de minério de ferro, excluindo compras de terceiros, reduziu 2,3% em relação a 2024, atingindo US\$ 21,3/t, em linha com as nossas estimativas. Trata-se do segundo ano consecutivo de redução, resultado de um trabalho consistente em toda a cadeia. Os custos e despesas livres de depreciação totalizaram R\$ 96,3 bilhões, aumento de 3,3% a/a devido, principalmente, aos maiores volumes de vendas e à valorização do real frente ao dólar.

Vale Metais Básicos

2025 foi um ano de importante desempenho operacional e financeiro nessa unidade de negócio. As receitas líquidas da Vale Metais Básicos alcançaram R\$ 46,0 bilhões no ano, um crescimento de 28,2% a/a, sustentado por ambientes de preço mais favoráveis para cobre e níquel preciosos e por maiores volumes de produção de cobre e níquel.

A produção de cobre atingiu seu nível mais alto desde 2018, com 382 kt, um aumento de 9,8% a/a, refletindo a produção recorde histórica em Salobo e a performance operacional consistente em Sossego e nos ativos polimetálicos do Canadá.

A produção de níquel atingiu seu nível mais alto desde 2022, com 177 kt, um aumento de 10,8% a/a, impulsionada pelo comissionamento bem-sucedido do 2º forno de Onça Puma e pelo *ramp-up* das minas subterrâneas de Voisey's Bay.

Na performance de vendas, refletindo progressos no crescimento de produção, os volumes de cobre e níquel apresentaram crescimento de 12,4% e 11,3% a/a, respectivamente, totalizando 368 kt de cobre e 173 kt de níquel.

O preço médio realizado de cobre foi de US\$ 9,763/t, 10,8% maior em relação ao ano anterior. Dadas as condições mais acirradas no mercado, o preço médio realizado de níquel foi de US\$ 15,555/t, 8,9% menor em relação a 2024.

Em decorrência de intensas melhorias operacionais e da apreciação de preços para cobre e subprodutos, principalmente ouro, as projeções dos custos *all-in* de cobre e níquel foram reduzidas ao longo de 2025, e ambas foram alcançadas no encerramento de 2025, em US\$ 603/t para o cobre e US\$ 12,158/t para o níquel.

Os custos e despesas totalizaram R\$ 32,4 bilhões, aumento de R\$ 2,1 bilhões comparado a 2024, devido, principalmente, aos maiores volumes de vendas e a fatores cambiais.

Como resultado, o EBITDA ajustado foi de R\$ 18,5 bilhões, aumento de 133,7% em relação a 2024.

Indicadores financeiros selecionados

R\$ milhões	Receita Líquida	Custos ¹	SG&A e outras ²	P&D ¹	Pré operacionais e de parada de operação ¹	EBITDA de Coligadas e JV's	Pagamentos de streaming	EBITDA ajustado
Soluções de Minério de Ferro	167.594	(92.422)	(786)	(1.933)	(1.111)	5.403	-	76.745
Minério de ferro fino	139.033	(75.023)	(200)	(1.577)	(863)	2.857	-	64.227
Pelotas	24.513	(14.011)	27	(42)	(44)	1.019	-	11.462
Outros	4.048	(3.388)	(613)	(314)	(204)	1.527	-	1.056
Vale Metais Básicos	46.001	(29.976)	(1.391)	(927)	(70)	564	4.331	18.532
Cobre ²	25.027	(9.151)	(239)	(341)	(14)	0	-	15.282
Níquel ²	24.043	(19.620)	(397)	(570)	(56)	505	-	3.905
Outros	(3.069)	(1.205)	(755)	(16)	0	59	4.331	(655)
Brumadinho e descaracterização	-	-	(2.289)	-	-	-	-	(2.289)
Outros	-	-	(6.201)	(894)	(3)	-	-	(7.098)
Total	213.595	(122.398)	(10.667)	(3.754)	(1.184)	5.967	4.331	85.890

¹ Excluindo depreciação, exaustão e amortização

² Incluindo os subprodutos das nossas operações de cobre.

³ Incluindo cobre e subprodutos das nossas operações de níquel.

Destaques do negócio

Iniciativas em mineração sustentável

- A Vale implementou o maior Programa de Circularidade da indústria, que continua avançando, transformando rejeitos e estéril em recursos valiosos. Atualmente, o programa abrange cerca de 150 iniciativas, incluindo operações de reprocessamento de rejeitos nas barragens de Gelado e Vargem Grande, além da pilha de estéril WH em Capanema. Em 2025, produzimos 26 Mt de minério de ferro por fontes circulares e há potencial para que a empresa alcance 10% de sua produção total por meio destas fontes até 2030.
- Em Capanema, até 2033, haverá produção de cerca de 100 Mt de minério de ferro a partir do reaproveitamento de rejeitos, reforçando nosso compromisso com a redução de impactos e a geração de valor sustentável.

Soluções de Minério de Ferro

- Concluímos a implementação do sistema de operação autônoma para três máquinas de pátio no Terminal Ilha da Guaíba (TIG), no Brasil, em linha com nossa estratégia de aumento de segurança e eficiência operacional.
- No segundo trimestre, realizamos o primeiro embarque do projeto Capanema. O projeto adicionará 15 Mtpa de capacidade líquida de produção de minério de ferro, com *ramp-up* previsto para o primeiro semestre de 2026, apoiando o atingimento do *guidance* de produção de 2025 e 2026.
- Progredimos no comissionamento do projeto Vargem Grande, que também acrescentará 15 Mtpa de capacidade líquida de produção de minério de ferro, além de elevar a qualidade e ampliar a flexibilidade das operações e do nosso portfólio de produtos. O *ramp-up* do projeto está previsto para o segundo semestre de 2026, apoiando o crescimento da produção.
- Avançamos na execução da estratégia de flexibilidade de portfólio, por meio do aumento na oferta de produtos blendados e concentrados. Nesse sentido, em 2025 lançamos oficialmente o produto Carajás Médio Teor, enquanto ampliamos a oferta de PFC1.
- Em setembro, concluímos a venda de 70% de participação na Aliança Geração de Energia S.A. ao Global Infrastructure Partner (GIP), recebendo US\$ 1 bilhão em caixa.
- A transação garante à Vale acesso contínuo à energia renovável a custos competitivos, apoiando nossa matriz energética 100% renovável no Brasil, enquanto mantém uma participação societária de 30% na entidade.
- O Programa Novo Carajás continua avançando, com a concessão da licença de operação à Vale para atividades relacionadas à mineração do projeto de minério de ferro Serra Sul +20Mtpa, e a licença de operação para a expansão Serra Leste, que tem capacidade de produção de 10 Mtpa de minério de ferro.

Vale Metais Básicos

- Em março, o segundo teste de processamento para o projeto Salobo 3 foi concluído satisfatoriamente, atingindo uma taxa média superior a 35 Mtpa ao longo de 90 dias. Nos termos do acordo com a Wheaton, Salobo recebeu em abril um pagamento relacionado ao cumprimento deste marco. Além disso, a Wheaton realizará pagamentos anuais, por um período de 10 anos, caso sejam alcançados níveis específicos de desempenho de lava e teores de cobre no *feed*.
- Inserido no Programa Novo Carajás, o projeto Bacaba recebeu uma Licença de Instalação para início das obras recentemente. O projeto tem como objetivo estender a vida útil do Complexo Minerador de Sossego e prevê uma produção média anual de cobre de aproximadamente 50 ktpa ao longo de oito anos de operação, com início planejado para o primeiro semestre de 2028.
- O segundo forno de Onça Puma iniciou suas operações com sucesso em setembro, em linha com o cronograma e abaixo do orçamento previsto. O projeto adiciona 15 ktpa de capacidade de produção de níquel, elevando a capacidade nominal do site para 40 ktpa.

Quem somos

A nossa origem começa em 1942, no Brasil. Em mais de oito décadas, consolidamos e expandimos os negócios pelo mundo, e transformando-nos em uma das principais produtoras mundiais de minério de ferro, cobre e níquel. Produzimos também pelotas e briquetes de minério de ferro, metais do grupo da platina (PGM), ouro, prata e cobalto. Participamos da exploração mineral *greenfield* em cinco países, sendo eles: Brasil, Canadá, Peru, Chile e Indonésia.

Operamos grandes sistemas logísticos no Brasil e em outras regiões do mundo, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, integrados às nossas operações de mineração. Além disso, possuímos centros de distribuição para apoiar a entrega de produtos em todo o mundo. Diretamente e por meio de coligadas e *joint ventures*, também temos investimentos em negócios de energia.

Os nossos negócios estão organizados em dois segmentos operacionais: "Soluções de Minério de Ferro", que compreende os três sistemas para produção e distribuição de minério de ferro, além do portfólio de aglomerados de minério de ferro, e "Vale Metais Básicos", que compreende a produção de minerais não ferrosos, incluindo as operações de cobre, níquel cobalto, metais do grupo da platina (PGM) e outros metais preciosos, e é conduzido pela nossa controlada, Vale Base Metals Limited (VBM) e suas subsidiárias.

Estratégia Vale

Somos uma das líderes globais em mineração e, por meio da Estratégia Vale, temos a ambição de liderar a geração de valor no setor de forma ética e sustentável. Nosso foco está em potencializar nossos portfólios de minério de ferro, cobre e níquel - os quais já detemos vantagens competitivas relevantes - e em fortalecer uma base de ativos eficiente e resiliente.

No minério de ferro, buscamos ser o maior produtor global, liderando a descarbonização da siderurgia, com um custo *all-in* competitivo, foco no cliente e portfólio flexível. No cobre, estamos focados em acelerar o crescimento, dobrando a produção nos próximos anos. Enquanto no níquel, apesar do cenário desafiador, preservamos nossa vantagem geográfica ao atender mercados estratégicos, como o Atlântico Norte, enquanto trabalhamos para tornar o negócio mais eficiente.

Para isso, contamos com alavancas fundamentais, como excelência operacional, segurança e inovação, que sustentam nossa estratégia e direcionam nossas ações. Estamos avançando em eficiência de custos e de CAPEX, garantindo operações estáveis e competitivas ao reforçar nossa cultura preventiva para atingir padrões de segurança líderes na indústria e ao acelerar a adoção de tecnologias que reduzem impactos ambientais e aumentam a produtividade, como inteligência artificial, briquetagem e mineração circular. Essas alavancas são essenciais para transformar oportunidades em resultados e assegurar crescimento sustentável de longo prazo.

Portfólio superior:

Construímos um portfólio de minério de ferro resiliente e competitivo, que combina qualidade e flexibilidade para garantir desempenho em qualquer cenário de mercado. Essa estratégia valoriza nossos ativos únicos e irreplicáveis, apoiados por uma cadeia de suprimentos global sofisticada, e assegura adaptação rápida às mudanças na demanda. Focados nas necessidades dos clientes, oferecemos soluções técnicas sob medida, garantindo suprimento estável e contínuo.

No cobre, aceleramos o crescimento orgânico em Carajás, apoiados por uma dotação mineral diferenciada, sinergias com a infraestrutura existente e um *pipeline* robusto de projetos, com expectativa de alcançar 700 mil toneladas anuais até 2035. Em níquel, priorizamos eficiência operacional e redução de custos para capturar oportunidades estratégicas.

Para sustentar nossa posição, nos apoiamos em alavancas-chave em todos os negócios:

- Excelência operacional, assegurando eficiência e estabilidade.
- Alocação disciplinada de capital, priorizando projetos de maior retorno.
- Licenciamento ágil e responsável, trazendo previsibilidade.
- Execução rigorosa de projetos, reduzindo riscos e acelerando *ramp-ups*.

Evolução cultural:

Nossa evolução cultural é essencial para sustentar nossa estratégia e ambição. Construímos uma cultura baseada em segurança com valor inegociável, garantindo que cada decisão e operação seja orientada pela preservação da vida. Estamos fortalecendo nossa cultura preventiva e avançando na redução de lesões de alto potencial e eventos críticos, com foco contínuo em eliminar riscos graves e evoluir para um ambiente cada vez mais seguro, reconhecendo que essa é uma jornada permanente.

Com uma cultura orientada por segurança, inovação e valorização das pessoas, criamos as condições para evoluir com responsabilidade, antecipar tendências e acelerar transformações, garantindo ambientes cada vez mais seguros e sustentando nossa ambição de longo prazo.

Parceiro confiável:

Reconhecemos a importância de fortalecer nossas relações com a sociedade, comunidades, autoridades e todos os nossos *stakeholders*, com base em transparência e respeito. Estabelecemos diálogos abertos e transparentes e colaboramos diretamente com nossos públicos de interesse para promover o consenso em objetivos e ações que potencializem o empoderamento de comunidades e o desenvolvimento socioeconômico local.

Estamos comprometidos em promover a geração de impactos positivos para as pessoas e para a natureza, enquanto buscamos reduzir continuamente nossos impactos operacionais. Para isso, trabalhamos em colaboração com comunidades locais, particularmente grupos indígenas e comunidades tradicionais, e apoiamos os esforços de conservação, especialmente na floresta amazônica. Ao promover uma cultura de transparência, pretendemos fortalecer nossa posição como uma parceira responsável e confiável na indústria de mineração.

Estratégia da Vale

Conectando o presente ao amanhã



Nossa cultura

Ao longo dos últimos 6 anos, fomos guiados pelo "Aprendendo Juntos" e pelos atributos que moldaram nossa Narrativa Cultural. A partir de 2024, diante das novas dinâmicas de mercado e da evolução dos direcionadores estratégicos, percebemos a necessidade de continuar escrevendo mais um capítulo dessa jornada. Sentimos a necessidade de evoluir e, juntos, construir a cultura que nos conduzirá para cumprir os desafios e compromissos do futuro.

A cultura é o que viabiliza e impulsiona a estratégia. Para alcançar nossa ambição, precisamos de uma cultura forte e consistente, que fortaleça as pessoas no centro da nossa estratégia, oriente nossas decisões e direcione nossos comportamentos. É nesse contexto que nasce a evolução da Nossa Cultura. Em 2025, construímos coletivamente com toda a organização a evolução da nossa Narrativa Cultural.

Para sustentar esta jornada de evolução, lançamos o projeto de construção coletiva da Nossa Cultura, realizado por meio de 53 sessões de escuta (presenciais e *online*) no Brasil e no exterior. Mais de 1.200 pessoas, de todos os níveis da organização, contribuíram ativamente para essa construção. Destacamos ainda a participação de 42% de mulheres, reforçando a representatividade e a diversidade da nossa amostra. Ambição e Propósito seguem como direcionadores centrais, posicionando a Cultura como viabilizadora da estratégia e complementando o "como" vamos entregar a nossa Estratégia.

O resultado deste projeto é a evolução da nossa Narrativa Cultural, que reforça continuidade da jornada, simplifica e orienta comportamentos e decisões que irão avançar a nossa estratégia e o atingimento da nossa ambição.

Governança corporativa

Em 2025, amadurecemos e fortalecemos nossas práticas de governança corporativa, entregando bons resultados em nosso compromisso com transparência, integridade e conformidade regulatória. Pelo segundo ano consecutivo, mantivemos 100% de aderência ao Código Brasileiro de Governança Corporativa¹, marco que evidencia a maturidade e a robustez dos nossos processos decisórios e o alinhamento às melhores práticas globais de mercado.

Reforçando nosso compromisso com a transparência e com a promoção das melhores práticas no mercado de capitais, em uma iniciativa pioneira e voluntária, fomos a primeira companhia brasileira a divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, documento elaborado em atendimento às normas *IFRS Sustainability Disclosure Standards*, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), e aos pronunciamentos CBPS de Divulgação de Sustentabilidade, emitidos pelo Comitê Brasileiro de Sustentabilidade (CBPS).

Ainda em 2025, o nosso Conselho de Administração deu continuidade ao processo de revisão das nossas principais políticas corporativas, com foco em orientar a evolução cultural da Companhia e reforçar a clareza de papéis dos nossos órgãos de governança. Nesse contexto, foram revisadas as seguintes políticas corporativas: Política de Mudanças Climáticas; Política Anticorrupção; Política de Gestão de Riscos; Política de Remuneração aos Acionistas; Política de Transações com Partes Relacionadas; e Política de Gestão de Conflito de Interesses. As atualizações reforçam o comprometimento do nosso Conselho de Administração com temas conectados à estratégia e à gestão de temas críticos para os negócios da Companhia, fortalecendo a nossa atuação em alinhamento às melhores práticas de governança.

No âmbito da integridade corporativa, em março de 2025, divulgamos o Relatório do Programa de Ética & Compliance 2024, documento que reforça o compromisso contínuo da Companhia com o fortalecimento dos controles internos, da cultura ética e dos mecanismos de conformidade. A publicação do relatório contribui para ampliar a transparência das nossas práticas e reforça a importância da integridade como pilar essencial para a gestão responsável, a prevenção de riscos e a confiança dos públicos de interesse.

¹ Considerando itens aplicáveis à companhia.

Perspectivas de negócio futuro

Soluções de Minério de Ferro

O *guidance* de produção de minério de ferro para 2026 é de 335-345 Mt. O crescimento ano contra ano é impulsionado pelo *ramp-up* dos projetos Capanema e Vargem Grande 1, que iniciaram seu comissionamento ao final de 2024. Ambos os projetos trazem também maior flexibilidade operacional e de portfólio de produtos, permitindo maior geração de valor.

Em 2030, esperamos produzir ~360 Mt. Para a produção de pelotas e briquetes, esperamos atingir 30-34 Mt em 2026, refletindo a otimização da produção em linha com as condições de mercado.

Seguimos avançando em nossa jornada de aumento de competitividade. Em 2026, esperamos que nosso custo *all-in* atinja um patamar de US\$ 52-56/t, resultado de um menor custo caixa C1, guiado pela nossa eficiência e maior produção, e um portfólio de produtos com maior flexibilidade com o objetivo de maximizar margem e a geração de valor.

Vale Metais Básicos

Cobre: Acreditamos em nosso potencial para acelerar a produção de cobre, que em 2025 totalizou 382 kt, e poderá atingir até 420-500 kt até 2030 com a implementação dos projetos Bacaba e Alemão. Até 2035, esperamos atingir ~700 kt, principalmente por meio do desenvolvimento acelerado de ativos no *hub* Norte e *hub* Sul, na região de Carajás.

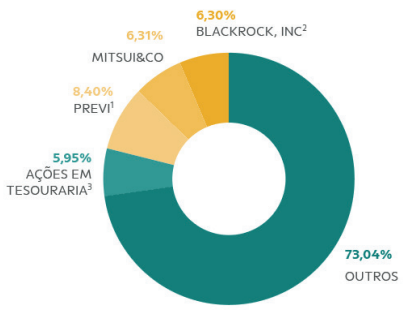
Níquel: O *guidance* de produção de níquel para 2026 é de 175-200 kt, e em 2025 a produção de níquel foi de 177 kt, impulsionado pelo comissionamento bem-sucedido do 2º forno de Onça Puma e pelo *ramp-up* das minas subterrâneas de Voisey's Bay. A partir de 2030, a produção de níquel deverá ficar entre 210-250 kt, com a refinaria de Long Harbour e os dois fornos de Onça Puma operando à plena capacidade, bem como com o aumento do volume de minério processado no moinho em Sudbury.





Composição acionária

Somos uma sociedade por ações de capital aberto e sem controlador definido (individual ou por meio de acordo de acionistas) desde 2020. Nosso capital social é composto por 4.539.007.568 ações ordinárias e 12 ações preferenciais de classe especial ("golden shares"). Em 31 de dezembro de 2025, apenas três acionistas detinham, direta e individualmente, posições acima de 5% do nosso capital social. Nossas ações ordinárias são negociadas no Novo Mercado, segmento com os melhores padrões de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo - B3, (ticker VALE3), e na Latibex¹ (ticker XVALO). Nossas ações fazem parte dos principais índices da B3, incluindo IBOV, IBRA, IBXL, IBXX, IGCT, IGCV, IGMN, IMAT, ITAG, MLCX e IC02. O Banco Bradesco S.A. atua como agente escriturador de nossas ações ordinárias. Nossas *American Depositary Shares* (ADSs) ordinárias, cada uma representa uma ação ordinária, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York - NYSE (ticker: VALE, ADS nível 2). O JP Morgan Chase & Co. atua como depositário para as ADSs ordinárias. Em 31 de dezembro de 2025, havia 1.381.479.237 ADSs em circulação, representando 32,4% do nosso capital social total. Encerramos 2025 com valor de mercado² de aproximadamente R\$ 307,3 bilhões.



¹ O LATIBEX é um mercado eletrônico não regulamentado da Bolsa de Valores de Madrid, que possibilita a negociação de valores mobiliários latinoamericanos.

² Número de ações em circulação multiplicado pelo preço da ação.

Remuneração aos nossos acionistas

Distribuição de proventos

Os proventos relativos ao resultado do exercício de 2025 totalizam R\$ 5,48 (US\$ 1,01¹) por ação, considerando juros sobre o capital próprio e dividendos. A tabela abaixo apresenta tanto os proventos pagos em 2025 quanto aqueles deliberados pelo Conselho de Administração no mesmo ano, mas cujo pagamento ocorreu ou ocorrerá em 2026.

Para consultar a Política de Remuneração aos Acionistas, bem como o histórico de pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, acesse a seção Dividendos, Dívidas e Debêntures no site de Relações com Investidores da Vale.

Total (US\$ Milhões)	Total (R\$ Milhões)	Tipo	Aprovação	Pagamento
1.596	9.143	Dividendos - referentes ao exercício 2024	19/02/2025	14/03/2025
1.448	8.091	Juros sobre o capital próprio	31/07/2025	03/09/2025
1.000	5.311	Dividendos	27/11/2025	07/01/2026
1.879	9.979	Dividendos e juros sobre o capital próprio	27/11/2025	04/03/2026
5.923	32.524	-	-	-

¹ Valor total estimado, que considera, inclusive, o câmbio da data de deliberação dos dividendos e juros sobre o capital próprio anunciados pela companhia em 27 de novembro de 2025. O valor de câmbio final dos proventos que serão pagos em 04 de março de 2026 são determinados oficialmente na data do pagamento.

Programa de recompra

Em fevereiro de 2025, anunciamos um novo programa de recompra de até 120 milhões de ações, com prazo de execução de 18 meses, reforçando nossa estratégia de retorno ao acionista e considerando a proximidade do término do quarto programa em abril de 2025. Desde 2021 até o fim de 2025, por meio de nossos programas de recompra, adquirimos aproximadamente 864,2 milhões de ações, o que representa aproximadamente 20% das ações em circulação na data deste relatório.

Em julho de 2025, para dar maior flexibilidade e eficiência à execução do programa em vigor, o Conselho de Administração autorizou o uso de instrumentos financeiros como *Total Return Equity Swap* (TSR), reforçando nossa disciplina na alocação de capital.

Investimentos

Os investimentos realizados em 2025 totalizaram R\$ 30,6 bilhões (US\$ 5,5 bilhões), em linha com o *guidance*, sendo R\$ 6,3 bilhões em projetos de capital e R\$ 24,3 bilhões em projetos de manutenção, representando uma redução de 6% em relação a 2024. Em 2026, prevemos investir entre US\$ 5,4 a 5,7 bilhões no crescimento e na manutenção de nossos negócios.

Investimentos (R\$ milhões)	2025	2024
Projetos de capital	6.354	7.889
Projetos de manutenção	24.270	24.766
Total	30.624	32.655

Investimento total por área de negócio (R\$ milhões)	2025	2024
Soluções de Minério de Ferro	21.465	21.302
Vale Metais Básicos	8.697	10.703
Outros	462	650
Total	30.624	32.655

Soluções de Minério de Ferro

Com a antecipação da entrega dos projetos Vargem Grande e Capanema, concluímos a entrega de dois dos três principais projetos em 2024. O projeto remanescente e ainda em andamento é o S11D, com capacidade adicional de 20 Mt em nosso site de menor custo operacional e com início da operação previsto para o 2º semestre de 2026. No final de 2025, o projeto se encontrava com avanço físico de 84% e avanço financeiro de 65%.

Vale Metais Básicos

Em 2025, concluímos o projeto do 2º forno de Onça Puma, ampliando a capacidade produtiva em aproximadamente 12 a 15 ktpa. Avançamos também no *ramp-up* das minas subterrâneas de Voisey's Bay, que possuem capacidade estimada de 45 ktpa de níquel, 20 ktpa de cobre e 2,6 ktpa de cobalto como subprodutos. Além disso, em termos de continuidade ao Projeto Bacaba, inserido no Programa Novo Carajás, e que permitirá a extensão da vida útil da Mina do Sossego, na região de Carajás, contribuindo para o aumento da produção de cobre.

Investimentos em coligadas, joint ventures e controladas

Possuímos investimentos em empresas coligadas, *joint ventures* e controladas em importantes áreas de negócios. Nossos investimentos nas principais empresas que compõe este portfólio são demonstrados no nosso balanço patrimonial e estão listados na tabela abaixo. Os investimentos são atualizados pelo método de equivalência patrimonial e podem divergir das demonstrações financeiras individuais das entidades, pois são demonstrados de acordo com nossas políticas contábeis.

(R\$ milhões)	Investimentos		Equivalência Patrimonial	
	2025	2024	2025	2024
Coligadas e joint ventures				
Pelotizadoras	2.004	1.902	243	531
Aliança Geração de Energia S.A.	1.326	-	44	16
Aliança Norte Energia S.A.	366	459	(93)	(55)
MRS Logística (MRS) S.A.	4.421	3.659	762	728
VLI S.A.	2.255	2.111	369	439
Samarco S.A.	-	-	-	-
Vale Oman Distribution Center LLC (VODC)	3.268	3.812	184	92
Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.	3.572	4.104	671	18
PT Vale Indonesia (PTVI)	10.138	11.676	(175)	(178)
Outros	324	435	15	21
Controladas				
Vale Holdings B.V.	95.809	108.208	(5.028)	(597)
Aliança Geração de Energia S.A.	-	5.995	297	179
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (MBR)	886	1.401	135	140
Outros	9.492	8.978	(149)	(308)
Total	133.861	152.740	(2.725)	1.026

Cabe destacar que, em 2025, concluímos, em conjunto com a Global Infrastructure Partners (GIP), a formação de uma parceria societária na Aliança Geração de Energia S.A., após o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a anuência e/ou a aprovação de órgãos regulatórios. Pela transação, a Vale recebeu US\$ 1 bilhão em caixa e passou a deter 30% de participação na nova estrutura societária, enquanto a GIP detém os 70% remanescentes. Essa transação garantiu volume estratégico de energia para a Vale a custos competitivos, com preços definidos em dólares americanos sem ajuste de inflação, além de apoiar a manutenção da nossa matriz energética, 100% baseada em fontes renováveis no Brasil.

¹ Valor aproximado, com variação não material.

Gestão de dívidas e passivos financeiros

A nossa dívida bruta, incluindo arrendamentos, totalizou R\$ 103,5 bilhões em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 21,3% em relação ao ano anterior, principalmente devido à captação de US\$ 420 milhões realizada pela Vale Base Metals. A dívida líquida expandida atingiu US\$ 15,6 bilhões no período, permanecendo dentro do intervalo-alvo de US\$ 10 a 20 bilhões, e com uma redução frente 2024 devido à maior geração de caixa das operações no período.

Adicionalmente, realizamos operações de gerenciamento de dívida e de passivos financeiros (detalhadas abaixo) com o objetivo de otimizar os nossos passivos e mitigar riscos associados à sua gestão.

Gestão de dívida	
Período	Ação (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)
1T25	A Companhia (i) contratou empréstimos no valor total de R\$5.025 (US\$861 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de <i>spread</i> e com vencimentos entre 2026 e 2029, e (ii) emitiu <i>bonds</i> no valor de R\$4.324 (US\$750 milhões) com <i>cupom</i> de 6,40% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2054.
2T25	A Companhia (i) contratou empréstimos no valor total de R\$3.324 (US\$597 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de <i>spread</i> e com vencimentos entre 2026 e 2030, e (ii) emitiu debêntures no valor de R\$6 bilhões, com <i>cupom</i> de IPCA acrescido de 6,76% a 6,89% ao ano, pagos semestralmente. Esta emissão foi estruturada em três séries de R\$2 bilhões cada, com vencimentos em 2032, 2035 e 2037, e os recursos serão utilizados em projetos de investimento em infraestrutura relacionados às concessões ferroviárias.
3T25	A Companhia contratou empréstimos no valor total de R\$5.586 (US\$1.011 milhões), indexados à SOFR ou LPR, ajustados por <i>spread</i> e com vencimentos entre 2028 e 2030.
4T25	A Companhia contratou empréstimos no valor total de R\$2.311 (US\$420 milhões), indexados à SOFR, ajustados por <i>spread</i> e com vencimento em 2029.

Gestão de passivos	
Período	Ação (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)
4T25	A Companhia (i) recompru 89.410.390 debêntures participativas da 6ª emissão da Vale, correspondentes a 23,01% do total em circulação, no âmbito da oferta para aquisição facultativa de debêntures participativas. O preço pago por cada debênture foi de R\$ 42,00, valor superior ao nominal; e (ii) emitiu títulos subordinados no valor total de R\$4.006 (US\$750 milhões), com vencimento em 2056, e juros com pagamentos semestrais à taxa inicial de 6% ao ano. A taxa de juros será reajustada a cada cinco anos, a partir de fevereiro de 2031.

Ratings de crédito

	Agência	2025
Moody's		Baa2
Fitch		BBB+
S&P		BBB

Nossa força de trabalho

Em 2025, a gestão de pessoas permaneceu no centro da nossa estratégia corporativa. Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) é parte da cultura e da forma como atrairmos, desenvolvemos e cuidamos das pessoas. Somos uma empresa orientada a talentos, tendo a inclusão como pilar estratégico em nossa política para promover pertencimento e um ambiente justo e seguro, para que as pessoas tenham oportunidades de desenvolvimento, orgulho de sua identidade e contribuam com seu máximo potencial.

Em 2025, nossa força de trabalho global compreendia aproximadamente 179.788 profissionais, considerando empregados próprios e terceiros, sendo 65.805 colaboradores próprios e 113.983 profissionais contratados por empresas terceirizadas.

Nos últimos anos, avançamos significativamente na promoção da equidade de gênero, racial e da inclusão de pessoas com deficiência, fortalecendo práticas responsáveis, colaborativas e alinhadas aos nossos valores. Em equidade de gênero, consolidamos estratégias robustas de atração, formação e desenvolvimento. O Programa de Formação Profissional (PPF) e outras iniciativas intencionais contribuíram para ampliar a presença de mulheres em áreas historicamente masculinas da mineração. Programas de mentoria para mulheres líderes e, em 2025, o lançamento de um programa de desenvolvimento profissional exclusivo para mulheres reforçaram nossa ambição na agenda, mobilizando mais de 10 mil interessadas para 2.100 vagas.

Como resultado, alcançamos avanços expressivos. Em 2025, alcançamos a marca de 18.572 mulheres na nossa força de trabalho, representando 28,2% do total de empregados próprios, crescendo 1,7% com relação ao ano anterior, atingindo o compromisso de dobrar a representatividade feminina de 13% para 26% - um ano antes do previsto. A adesão aos Princípios de Empoderamento Feminino (WEPs), da ONU Mulheres, reforça nossa governança e compromisso com a agenda.

A representatividade feminina mantém trajetória positiva em 2025, com avanços consistentes em todos os níveis hierárquicos, sendo: (i) na alta liderança, que compreende cargos a partir de gerente geral e níveis superiores incluindo posições estatutárias, a participação feminina apresentou um crescimento de 24,1% para 25,3% com 133 mulheres; (ii) na média liderança, que abrange supervisores, coordenadores e gerentes, o avanço em movimentações internas garantiu evolução da representatividade feminina, que subiu de 25,8% para 27,6% com 1.846 mulheres; (iii) nos cargos de *staff*, tivemos um avanço na representatividade total, evoluindo de 26,6% para 28,3% com

16.593 mulheres; e (iv) no âmbito da nossa administração, considerando as posições estatutárias do Comitê Executivo e os 13 membros do Conselho de Administração, as mulheres ocupam 3 assentos, representando 15,8% dos cargos, proporção que permanece alinhada a 2024, quando também eram 3 mulheres, que correspondiam a 14,3%. Esses resultados demonstram que o movimento intencional de fortalecimento, por meio de promoções e iniciativas de retenção, tem sido decisiva para consolidar o crescimento da equidade de gênero em toda a organização.

As nossas práticas de remuneração têm uma governança estruturada, baseada em técnica, desempenho e melhores práticas de mercado, com monitoramento contínuo de equidade interna. No que tange à análise de remuneração por gênero¹, utilizamos comparativo referente à média anual de remuneração incluindo fixa, variável e eventuais comparáveis, considerando metodologias de referência internacional e legislação nacional. O comparativo entre 2024 e 2025 apresentou os seguintes resultados: (i) na alta liderança, a proporção entre a remuneração feminina e masculina passou de 94% para 89%; (ii) na média liderança, observou-se estabilidade no período, com a proporção mantida em 87%, e, por fim, (iii) nos cargos de *staff*, a proporção foi de 103% para 101%, esse grupo permanece sem diferenças significativas, mantendo-se como o nível de maior equilíbrio entre os gêneros, sendo este o grupo que representa 88% da nossa força de trabalho. No consolidado geral da Companhia, a remuneração média feminina correspondeu a 93% da remuneração média masculina em 2025, apresentando uma leve ampliação da diferença em relação ao índice observado em 2024, que era de 96%. Essa variação está relacionada a fatores como tempo na função, promoções, contratações e outros movimentos organizacionais. Adicionalmente, a Companhia registrou um avanço significativo na representatividade feminina, que passou de 13% em 2019 para 28,2% em 2025, impactando a composição de gênero nos diferentes grupos hierárquicos.

A equidade étnico racial também foi fortalecida. Desde 2021, estabelecemos um indicador para ampliar a representatividade de pessoas negras em posições de liderança no Brasil. Temos o objetivo de promover equidade e contribuir para a correção de desigualdades históricas e estruturais presentes na sociedade brasileira. Em 2025, alcançamos a marca de 2.603 líderes autodeclarados negros, representando 45,1% de toda a nossa liderança no Brasil. No pilar de inclusão de pessoas com deficiência no Brasil, seguimos acima da cota legal, com 5,5% da força de trabalho formada por PcDs em 2025, reforçando nossa ambição de ampliar oportunidades de desenvolvimento. Em 2025, ampliamos o impacto de nossas ações com programas de desenvolvimento em larga escala exclusivos para grupos minorizados, alcançando 4.315 participantes entre pessoas negras, mulheres, pessoas com deficiência e profissionais LGBTQI+. O foco esteve no fortalecimento do protagonismo de carreira, do senso de pertencimento e na criação de espaços seguros para trocas e aprendizado coletivo.

¹ Nota metodológica: Os empregados sindicalizados no Canadá não foram considerados nesta análise de comparação salarial, uma vez que suas estruturas de remuneração são regidas por acordos específicos daquele país.

ESG

As informações anuais completas sobre as temáticas ESG são apresentadas no nosso Relatório Anual, disponibilizado no vale.com/investidores. Para fins de informações necessárias aos acionistas no Relatório da Administração, abaixo apresentamos os destaques do último ano.

Ambiental

Em 2025, consolidamos nossa gestão de biodiversidade ao implantar *frameworks* e ferramentas que aproximam a nossa estratégia às operações e nossos projetos, com indicadores e métricas para acompanhar a nossa performance. Nesse sentido, implantamos o reporte do *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD, como *early adopter* em 2024, publicando informações sobre suas operações diretas no Brasil. Em 2025, a VBM publicou seu reporte TNFD, apresentando os resultados durante a COP30. Para 2026, pretendemos publicar o TNFD para dois novos sites - Omã e Malásia -, finalizando o ano com 100% das operações diretas da companhia avaliadas pela abordagem proposta pelo *framework*.

Também avançamos na implantação da Meta Florestal, meta voluntária que prevê a proteção de 400 mil hectares e a recuperação de 100 mil hectares para além de nossas fronteiras até 2030. Até o fim de 2025, 45% da meta foi alcançada, sendo 25.364 hectares recuperados e 200.093 protegidos.

Mudanças climáticas e descarbonização

Enfrentar os impactos decorrentes das mudanças climáticas constitui uma prioridade estratégica em nossa agenda. Trata-se de um tema material e transversal, com influência direta sobre os mecanismos de governança, a gestão de riscos e a condução da agenda de transição rumo a uma economia de baixo carbono. Ao longo do ano, a Companhia avançou na implementação de seu *roadmap* de descarbonização para os Escopos 1 e 2, com ênfase na aplicação de fontes de energia renováveis. No que se refere ao Escopo 3, destacam-se os progressos obtidos nas iniciativas voltadas à redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) na cadeia de valor, incluindo a solução de novos produtos como o briquete, parcerias e modelos de negócio, com destaque para os Mega Hubs, e o emprego de biocombustíveis e à adoção de tecnologias de maior eficiência energética no transporte marítimo.

Em 2025, nosso Conselho de Administração aprovou a revisão da nossa Política de Mudanças Climáticas, reforçando o compromisso da companhia com a descarbonização e a cooperação com sua cadeia de valor. Além de destacar o papel estratégico e essencial dos minerais, ela reforça nosso compromisso com a resiliência climática por meio da integração de riscos e oportunidades relacionados ao clima às estratégias corporativas, reafirmando as metas estabelecidas para os três escopos de emissões de GEE.

Para mais detalhes sobre metas, governança, riscos e oportunidades climáticas, acesse os demais relatórios e o Portal ESG.

Social

Ao longo de 2025, continuamos atuando frente aos compromissos firmados no âmbito de nossa ambição social. Almejando apoiar a saída de 500 mil pessoas da extrema pobreza até 2030, somos os articuladores da iniciativa Juntos Contra a Pobreza, que trata a pobreza como um fenômeno multidimensional e um dos desafios sociais mais urgentes e complexos do nosso tempo. Atualmente, cerca de 60 mil pessoas participam do programa, principalmente nos estados do Pará e Maranhão. Para potencializar esse processo e garantir transparência aos doadores, constituímos o Fundo Filantrópico, gerido pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Em 2025, em parceria com a Brazil Foundation, o fundo foi lançado também para o público internacional, em evento realizado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), ampliando ainda mais a capacidade de mobilização de recursos.

Com relação à agenda de direitos indígenas, seguimos avançando para assegurar que, até 2030, todas as comunidades indígenas vizinhas às nossas operações no Brasil recebam apoio técnico para elaborar e executar seus planos voltados à garantia dos direitos previstos na UNDRIP. Isso se traduz no apoio à elaboração de Protocolos de Consulta, Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA e/ou Planos de Vida. Atualmente, 5 do total de 11 comunidades indígenas de relacionamento estão engajadas para definir seus planos em busca de direitos.

O ano foi marcado também pela forte atuação do Instituto Cultural Vale, que destinou R\$ 196,9 milhões para 165 projetos culturais em 22 estados e no Distrito Federal por meio da Lei Rouanet, contribuindo para a valorização da diversidade cultural, o fortalecimento da economia criativa e promoção de iniciativas voltadas a populações vulneráveis, incluindo projetos de arte indígena, afro-brasileira e periférica. Em 2025, com um ano de antecedência, alcançamos o objetivo de atender com Planos de Relacionamento com Comunidades (PRC) 100% das comunidades consideradas prioritárias para o relacionamento no Brasil, totalizando 147 comunidades prioritárias com PRCs ativos. No âmbito dos direitos humanos, mantendo o compromisso com a realização de *due diligence* independente de direitos humanos (DDDH) em ciclos de 3 a 5 anos, a Vale segue com 100% das operações e projetos críticos sendo submetidos a DDDH.

Ratings ESG

Ao longo dos anos, registramos avanços consistentes em práticas, processos e transparência, refletidos na melhoria contínua de nossos principais índices e *ratings*. Acompanhamos de forma sistemática as metodologias das principais agências de *rating* e índices de sustentabilidade, alinhando nossa gestão às melhores práticas globais. Os nossos resultados estão destacados a seguir.

Agência	2019	2025
Sustainalytics (menor, melhor)	54,5	27
ISS Governance (menor, melhor)	10	1
ISS Corporate (A+ / D-) ¹	-	C+
MSCI (AAA máximo/ CCC mínimo)	CCC	BB
DJSI (maior, melhor) ²	45	39

¹ ISS Corporate foi introduzido em 2020 e, portanto, não há registro em 2019.

² Índice Dow Jones de Sustentabilidade Mundial. Também conhecido como CSA (S&P Global's Corporate Sustainability Assessment).

Reparações

Rompimento da barragem B1 da Vale, Brumadinho, 2019

Jamais esqueçamos Brumadinho. Desde 2019, seguimos comprometidos com a reparação integral dos danos causados. Houve, ao fechamento de 2025, o cumprimento de 81% em avanço econômico das obrigações totais estipuladas no Acordo de Reparação Integral, entre fazer (51% concluídas) e pagar (95% concluídas). As iniciativas concretizadas no ano seguiram as demandas apresentadas e aprovadas pelos compromitentes (Governos do Estado de Minas Gerais, Ministérios Públicos Federal e do Estado de Minas Gerais e Defensoria Pública de Minas Gerais). Importante destacar a evolução positiva no monitoramento da qualidade da água no rio Paraopeba, com redução de concentrações de metais associados ao rompimento - especialmente manganês e ferro total - e estabilização da turbidez, com destaque para os trechos mais impactados e até a Usina Termelétrica Igarapé. Estudos da biota registraram 19 espécies de plantas e 14 de animais terrestres ameaçadas de extinção, além de 118 espécies de peixes, das quais 99 nativas e seis com algum grau de ameaça de extinção, indicando retomada de condições ambientais favoráveis.

Em janeiro de 2026, o Corpo de Bombeiros informou o fim das buscas pelas duas vítimas ainda não identificadas. Segundo a corporação, mais de 11 milhões de metros cúbicos de rejeitos foram visitados. O processo agora segue com a polícia civil, que continua o trabalho de identificação por meio de perícia, nos achados que ainda estão em análise.

Destques da Reparação em 2025

- R\$34,8 bilhões desembolsados no Acordo Judicial de Reparação Integral - 81% do total.
- R\$4 bilhões em indenizações civis e trabalhistas para cerca de 17,5 mil beneficiários.¹
- 186 famílias removidas.
- 142 famílias já em moradia definitiva (78%).
- 4,4 bilhões de litros de água distribuídos.
- 694 estruturas de abastecimento de água implantadas.
- 12,2 milhões de m³ de rejeitos removidos na principal área atingida.
- R\$1,6 milhão em faturamento para associações de catadores.
- 10.993 animais sob tutela desde o rompimento; 506 animais permaneciam abrigados ao fim de 2025.
- 96 ações de engajamento, com 12.249 participantes, e 479 reuniões com 4.176 stakeholders.
- 3.631 pessoas inscritas no serviço digital de informação via lista de transmissão.

Para mais informações sobre a reparação em Brumadinho, acesse a nossa página sobre o tema [aqui](#).

¹ Cerca de 99% dos processos extrajudiciais concluídos, permanecem em andamento alguns casos críticos e complementações de indenização para a calha do Paraopeba, em função da restrição de uso do rio.

Rompimento da barragem de fundão, da Samarco, Mariana, 2015

Em 25 de outubro de 2024, foi assinado pelas empresas Samarco, Vale e BHP, governos das esferas federal, estaduais e municipal e instituições de justiça o Acordo de Reparação Integral e Definitiva dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, Brasil, ocorrido em 5 de novembro de 2015.

O acordo prevê um valor financeiro total de aproximadamente R\$ 170 bilhões¹, dos quais já foram desembolsados R\$ 73,1 bilhões de 2015 a dezembro de 2025. Este valor total compreende obrigações de pagar e de fazer, passadas e futuras, antes conduzidas pela extinta Fundação Renova, que foram substituídas por ações de reparação definitiva sob responsabilidade da Samarco e do poder público para atender as pessoas, as comunidades e o meio ambiente impactados pelo rompimento da barragem. Em 2025, houve avanços importantes nas ações de reparação previstas no Acordo, com foco em três principais linhas de obrigações:

- Nas frentes indenizatórias, todas as portas indenizatórias foram implementadas conforme previsto e seu período de ingresso foi concluído. Até dezembro de 2025 foram pagos mais de R\$ 34,6 bilhões em indenizações, dos quais R\$ 11 bilhões foram direcionados ao pagamento de mais de 302 mil pessoas via Programa Indenizatório Definitivo (PID).
- Na frente de reassentamento dos municípios de Novo Bento Rodrigues e Paracatu, foi atingida a marca de 99% de conclusão, via entrega de casa ou compensação pecuniária, além da finalização de todas as construções iniciadas antes do Acordo.
- Na frente ambiental, o Plano de Recuperação Ambiental (PRA) foi protocolado junto ao órgão ambiental em maio, antes do prazo previsto no Acordo e já foram reforestados cerca de 35 mil hectares dos 50 mil previstos (70%), e mais de 2,5 mil nascentes protegidas em toda a bacia, de um total de 5 mil planejadas (52%). As demais frentes de atuação e programas seguem conforme o planejamento e cronograma estimado.

Reafirmamos o nosso compromisso de apoiar a Samarco na reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão e com a obrigação previamente acordada pelos acionistas de financiar, cada um na proporção de sua participação de 50%, os valores que a Samarco eventualmente deixar de financiar como devedora primária. A provisão da Vale registrada para essas obrigações é de US\$ 2,6 bilhões² (R\$ 14,4 bilhões) em 31 de dezembro de 2025 e inclui estimativas das contribuições da Samarco. Para mais informações sobre a reparação em Mariana, acesse a página da Samarco sobre o tema [aqui](#).

¹ As obrigações financeiras futuras são apresentadas em bases reais e sem desconto, e incorrerão em inflação pelo índice de inflação brasileiro IPCA.

² Valor inclui complemento de provisão referente à alteração de prognóstico da ação judicial no Reino Unido.

Gestão de Barragens

A gestão de barragens permanece como uma prioridade estratégica e material, refletindo nosso compromisso com a segurança, governança e transparência. Nos últimos anos, intensificamos os investimentos para elevar os padrões de segurança das nossas estruturas e proteger as

Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado

Em milhões de reais, exceto o lucro por ação

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Receita de vendas, líquida	3(b)	213.595	206.005	208.066	128.402	139.860
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	4(a)	(138.887)	(131.318)	(120.016)	(70.856)	(67.152)
Lucro bruto		74.708	74.687	88.050	57.546	72.708
Despesas operacionais						
Com vendas e administrativas	4(b)	(3.566)	(3.397)	(2.758)	(1.707)	(1.569)
Pesquisa e desenvolvimento		(3.848)	(4.307)	(3.598)	(2.385)	(2.353)
Pré-operacionais e paradas de operação	14	(1.507)	(2.189)	(2.249)	(1.374)	(1.957)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	30	-	-	-	(4.745)	(586)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4(c)	(7.501)	(8.275)	(7.422)	(6.465)	(6.865)
Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos	12	(25.147)	510	(1.317)	(3.455)	441
Lucro operacional		33.139	57.029	70.706	37.415	59.819
Receitas financeiras	18	2.803	2.281	2.159	1.707	1.083
Despesas financeiras	18	(9.179)	(7.968)	(7.276)	(8.711)	(8.145)
Outros itens financeiros, líquido	18	1.100	(15.548)	(4.601)	196	(11.598)
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures	26 e 30	(1.170)	(1.570)	(5.434)	(1.170)	(1.570)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		26.693	34.224	55.554	29.437	39.589
Tributos sobre o lucro	5	(14.882)	(3.793)	(15.000)	(15.623)	(7.997)
Lucro líquido		11.811	30.431	40.554	13.814	31.592
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		(2.003)	(1.161)	614	-	-
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Vale S.A.		13.814	31.592	39.940	13.814	31.592
Lucro por ação atribuído aos acionistas da Vale S.A.						
Lucro básico por ação ordinária (R\$)	6	3,24	7,39	9,15	3,24	7,39
Lucro diluído por ação ordinária (R\$)		3,23	7,38	9,15	3,23	7,38

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhões de reais

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Lucro líquido		11.811	30.431	40.554	13.814	31.592
Outros resultados abrangentes:						
Itens que não serão reclassificados para o resultado						
Obrigações com benefícios de aposentadoria	105	583	(331)	(65)	301	-
Participações societárias mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	63	170	-
Participações em outros resultados abrangentes de controladas		-	-	-	-	282
		105	583	(268)	105	583
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado						
Ajustes de conversão de operações no exterior (i)		(6.044)	14.786	(2.794)	(5.739)	12.814
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	20(a.iv)	1.581	(2.750)	683	1.581	(2.750)
Hedge de fluxo de caixa	20(a.iv)	-	-	(88)	-	-
Reclassificação de ajustes acumulados de conversão para o resultado (ii)		55	(6.145)	-	55	(6.145)
		(4.408)	5.891	(2.199)	(4.103)	3.919
Resultado abrangente		7.508	36.905	38.087	9.816	36.094
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores		(2.308)	811	63	-	-
Resultado abrangente atribuído aos acionistas da Vale S.A.		9.816	36.094	38.024	-	-

(i) Inclui o efeito de variação das taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter as informações financeiras de controladas que atuam em ambiente econômico internacional, com moeda diferente da moeda funcional da Vale S.A. (nota 33d).

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, refere-se substancialmente ao efeito da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão para o resultado do exercício em função do desinvestimento com perda de controle na Vale Oman Distribution Center e na PT Vale Indonesia Tbk, nos valores de R\$620 e R\$5.728, respectivamente (notas 31c e 31d).

Os itens acima estão apresentados líquidos de impostos quando aplicável, os quais estão apresentados na nota 5.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhões de reais

Saldo em 31 de dezembro de 2022	Notas	Capital social	Reserva de capital de lucro	Reserva de tesouraria	Ações em	Ajustes da avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Vale S.A.	Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
		77.300	3.634	106.213	(25.675)	(5.276)	28.916	-	187.112	7.782	194.894
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	39.940	187.112	614	40.554
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(420)	(1.496)	-	(1.916)	(551)	(2.467)
Dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas da Vale	29(e)	-	-	(2.265)	-	-	-	(18.310)	(20.575)	-	(20.575)
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(187)	(187)
Transação com acionistas não controladores	31(g)	-	-	-	-	15	-	-	15	(298)	(283)
Apropriação às reservas de lucros		-	-	21.630	-	-	-	(21.630)	-	-	-
Programa de recompra de ações	29(c)	-	-	-	(13.593)	-	-	-	(13.593)	-	(13.593)
Programas de pagamento baseado em ações	32(b)	-	-	-	132	(150)	-	-	(18)	-	(18)
Ações em tesouraria canceladas	29(b)	-	-	(21.397)	21.397	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		77.300	3.634	106.181	(17.739)	(5.831)	27.420	-	190.965	7.360	198.325
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	31.592	190.965	(1.161)	30.431
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	756	3.746	-	4.502	1.972	6.474
Dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas da Vale	29(e)	-	-	(11.722)	-	-	-	(11.162)	(22.884)	-	(22.884)
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Transações com acionistas não controladores (i)		-	-	-	-	4.593	-	-	4.593	(1.222)	3.371
Apropriação às reservas de lucros		-	-	20.430	-	-	-	(20.430)	-	-	-
Programa de recompra de ações	29(c)	-	-	-	(2.054)	-	-	-	(2.054)	-	(2.054)
Programas de pagamento baseado em ações	32(b)	-	-	-	8	50	-	-	58	-	58
Saldo em 31 de dezembro de 2024		77.300	3.634	114.889	(19.785)	(432)	31.166	-	206.772	6.948	213.720
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	13.814	206.772	(2.003)	11.811
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	24	(4.022)	-	(3.998)	(305)	(4.303)
Dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas da Vale	29(e)	-	-	(21.791)	-	-	-	(10.733)	(32.524)	-	(32.524)
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)
Transação com acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	11	11
Apropriação às reservas de lucros	29(d)	-	-	3.081	-	-	-	(3.081)	-	-	-
Programas de pagamento baseado em ações	32(b)	-	-	-	4	231	-	-	235	-	235
Saldo em 31 de dezembro de 2025		77.300	3.634	96.179	(19.781)	(177)	27.144	-	184.299	4.627	188.926

(i) O efeito no patrimônio líquido dos acionistas não controladores em 2024 inclui o desconhecimento da participação de acionistas não controladores na PT Vale Indonesia Tbk no valor de R\$9.050 (nota 31b) e o reconhecimento da participação de acionistas não controladores na Vale Base Metals Limited no valor de R\$7.828 (nota 31d).

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhões de reais

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Caixa gerado pelas operações	11(a)	74.283	74.022	86.220	67.821	71.272
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	24	(5.590)	(4.710)	(3.695)	(6.216)	(6.138)
Recebimentos (pagamentos) na liquidação de derivativos, líquido	20	3.224	(34)	2.798	3.120	(18)
Pagamentos relacionados ao evento de Brumadinho	25	(4.826)	(4.934)	(6.597)	(4.826)	(4.934)
Pagamentos relacionados à descaracterização das barragens	14	(2.100)	(2.876)	(2.275)	(2.100)	(2.876)
Pagamentos relacionados à recompra parcial e remuneração das debêntures participativas	23(b)	(5.113)	(1.293)	(1.172)	(5.113)	(1.293)
Pagamentos de tributos sobre o lucro (incluindo programas de refinanciamento)		(11.113)	(9.976)	(9.374)	(9.042)	(8.491)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		48.765	50.199	65.905	43.644	47.522
Fluxo de caixa das atividades de investimento:						
Investimentos no imobilizado e intangível	(33.390)	(35.098)	(29.446)	(23.880)	(24.123)	
Pagamentos relacionados ao rompimento da barragem da Samarco	26(a)	(12.726)	(4.651)	(2.728)	(12.726)	(4.651)
Pagamento antecipado relacionado à repactuação dos contratos de concessão ferroviária	16	-	(4.000)	-	-	(4.000)
Recebimentos (pagamentos) provenientes da alienação e aquisição de investimentos, líquidos	31	4.674	13.966	(697)	5.332	(2.918)
Dividendos recebidos de coligadas e joint ventures		1.719	446	1.010	2.400	3.691
Aplicações financeiras, líquidas		1.865	(533)	613	1.485	101
Outras atividades de investimento, líquidas		(605)	(911)	(177)	(664)	(928)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(38.463)	(30.781)	(31.425)	(28.053)	(32.828)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:						
Empréstimos e financiamentos de terceiros	24	26.523	26.701	9.585	9.299	13.694
Pagamentos de empréstimos e financiamentos de terceiros	24	(8.299)	(14.344)	(3.215)	(2.142)	(1.264)
Pagamentos de arrendamentos	22(b)	(971)	(1.108)	(1.159)	(401)	(382)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas da Vale S.A.	29(e.i)	(19.971)	(20.662)	(27.759)	(19.971)	(20.662)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores	30(c)	-	(1)	(208)	-	-
Programa de recompra de ações	29(c)	-	(2.054)	(13.593)	-	(1.204)
Emissão de títulos subordinados	24	3.957	-	-	-	-
Aquisição de participação adicional na VOPC	31(g)	-	-	(653)	-	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		1.239	(11.468)	(37.002)	(13.215)	(9.818)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, líquido		11.541	7.950	(2.522)	2.376	4.876
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		30.671	17.474	24.711	9.084	4.193
Efeito de variação cambial no caixa e equivalentes de caixa		(1.649)	4.829	(1.314)	-	-
Efeito da transferência do caixa de controladas classificadas como ativos não circulantes mantidos para venda e outros		-	418	(3.401)	-	15
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		40.563	30.671	17.474	11.460	9.084

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanzo Patrimonial

Em milhões de reais

31 de dezembro de	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	19	40.563	30.671	11.460	9.084
Aplicações financeiras de curto prazo	19	1.066	331	899	12
Contas a receber	7	12.639	14.600	15.081	28.663
Outros ativos financeiros	23	2.517	331	1.425	194
Estoques	8	32.666	28.513	7.944	7.975
Tributos a recuperar	5(e)	8.280	6.811	5.856	4.933
Outros		2.914	2.219	2.271	2.005
		100.645	83.476	44.936	52.866
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	27(c)	3.580	3.326	3.453	3.208
Outros ativos financeiros	23	2.637	1.429	1.230	179
Tributos a recuperar	5(e)	9.768	8.030	8.608	5.580
Tributos diferidos sobre o lucro	5(b)	34.761	51.050	24.899	43.241
Outros		7.728	8.157	5.321	4.997
		58.474	71.992	43.511	57.205
Investimentos	30	27.674	28.158	133.861	152.740
Intang					

Com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, a Companhia acredita que o tratamento fiscal adotado para estes assuntos será aceito em decisões de tribunais superiores de última instância. As principais discussões estão descritas a seguir.

Cálculo do preço de transferência sobre a exportação de minério para trading no exterior - A Companhia recebeu autuações para a cobrança de IRPJ e CSLL, referente aos anos de 2015 a 2020 em decorrência da desconsideração por parte da autoridade fiscal do custo de intermediação e outros ajustes utilizados na apuração do cálculo do preço de transferência sobre a exportação de minério ferro, pelotas, manganês e cobre para uma subsidiária no exterior. A Companhia apresentou defesa na esfera administrativa, que aguarda julgamento. O valor total autuado é de R\$20.274 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$18.447), acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de R\$6.243 (2024: R\$5.661), com multa e juros, totalizando R\$26.517 (2024: R\$24.108). O valor envolvido, referente aos períodos não autuados, é de R\$9.950 (2024: R\$9.958). A Companhia considera o tratamento tributário adequado e discute as referidas cobranças na esfera administrativa.

Despesas de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") - A Companhia recebeu autuações para a cobrança de IRPJ, CSLL e multas, sob o fundamento de ser indevida a dedução de JCP, referente aos anos-base de 2017 e 2018, por inobservância do regime de competência e ausência de crédito contábil individualizado por acionista. O valor autuado é de R\$5.488 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$7.115), acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de R\$1.727 (2024:R\$1.566), com multa e juros, totalizando R\$7.215 (2024: R\$8.681). A Companhia apresentou defesas administrativas para essas autuações.

Em dezembro de 2025, a Vale obteve decisão favorável em 1ª instância na esfera judicial em relação à autuação do ano-base 2018, aplicando ao caso o entendimento firmado no STJ (Superior Tribunal de Justiça) no Tema 1.319 e, como resultado, a estimativa de perda em relação a esta autuação foi parcialmente reclassificada para prognóstico de perda remota.

Compensação do imposto pago no exterior - A Companhia recebeu autuação no valor total de R\$2.847 (2024: R\$2.642) devido à desconsideração dos tributos pagos no exterior que foram compensados para pagamento do IRPJ referente ao ano-base de 2016. As Autoridades Fiscais alegam que não foram cumpridas as regras aplicáveis à compensação, no Brasil, do imposto de renda pago no exterior. A Companhia apresentou sua defesa contra esta cobrança e obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). A União Federal apresentou recurso que aguarda julgamento.

Amortização de ágio - A Companhia recebeu autos de infração para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos períodos entre 2013 e 2021, devido à desconsideração da dedução das despesas de amortização do ágio registrado na aquisição de controladas, após sua incorporação pela Companhia.

A Companhia está discutindo as cobranças na esfera administrativa e o valor autuado é de R\$4.757 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$4.283), acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de R\$790 (2024: R\$717), com multa e juros, totalizando R\$5.547 (2024: R\$5.000). O valor envolvido, referente aos períodos não autuados, é de R\$422 (2024: R\$386).

Despesas com repasses à Fundação Renova - A Companhia deduziu os pagamentos feitos à Fundação Renova decorrentes da obrigação firmada no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta ("TTAC"). A Vale entende que a dedução de tais despesas é adequada, uma vez que sua responsabilidade é objetiva, decorre da obrigação firmada no TTAC e de sua condição de acionista da Samarco e de mantenedora da Fundação Renova.

Os referidos pagamentos foram deduzidos até abril de 2023, quando a Vale assinou um acordo vinculante com a BHPB, a Samarco e alguns de seus credores, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial da Samarco em setembro de 2023, estabelecendo os parâmetros do plano da reestruturação consensual da dívida da Samarco. Nos termos do acordo, as contribuições realizadas pela Vale para a Fundação Renova a partir de maio de 2023 serão convertidas em aportes de capital à Samarco e, portanto, não serão mais consideradas dedutíveis na Vale. Mais detalhes sobre a recuperação judicial da Samarco estão apresentados na nota 26 destas demonstrações financeiras.

A Companhia recebeu auto de infração, relativos aos períodos de 2016, 2018, 2019 e 2020 para a cobrança de IRPJ e CSLL sob o fundamento de que as despesas incorridas com a Fundação Renova foram indevidamente deduzidas por supostamente não serem consideradas necessárias. O valor autuado é de R\$3.710 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$1.734), acrescido do efeito tributário da redução do prejuízo fiscal e da base negativa de R\$324 (2024: R\$293), com multa e juros, totalizando R\$4.034 (2024: R\$2.027). O valor envolvido, referente aos períodos não autuados, é de R\$1.525 (2024: R\$2.171). A Companhia está discutindo as cobranças na esfera administrativa.

e) Tributos a recuperar e a recolher e programas de refinanciamento (REFIS)
A Companhia considerou os efeitos decorrentes da Lei Complementar nº 214, que regulamentou a reforma tributária sobre o valor agregado (nota 5g), em sua avaliação sobre a realização dos tributos a recuperar.

	Consolidado							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
31 de dezembro de	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")	1.711	1.609	107	18	284	211	-	-
PIS e COFINS	1.144	1.646	7.117	6.036	11	90	-	-
Tributos sobre o lucro	5.354	3.490	2.544	1.975	1.933	1.961	-	-
Compensação financeira pela exploração de recursos minerais ("CFEM")	-	-	-	-	422	387	-	-
Outros	71	66	-	1	1.131	910	-	-
Total tributos a recolher e a recuperar	8.280	6.811	9.768	8.030	3.781	3.559	-	-
Passivo REFIS (i)	-	-	-	-	2.328	2.184	4.314	6.234
Total passivo REFIS	-	-	-	-	2.328	2.184	4.314	6.234

(i) O saldo é substancialmente proveniente da adesão ao REFIS dos tributos incidentes sobre o lucro de suas subsidiárias e coligadas estrangeiras de 2003 a 2012. Esse saldo é devido com juros indexados à taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e será pago em parcelas mensais até outubro de 2028 e o impacto de atualização do passivo pela SELIC é registrado no resultado financeiro da Companhia (nota 18). A taxa SELIC ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de 15,00% (2024: 12,25%).

f) Tributação mínima global (Pilar II)
Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo do Pilar II para uma reforma tributária internacional. Grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras, deverão calcular sua alíquota efetiva em cada país onde operam, denominada alíquota efetiva GloBE. Quando a alíquota efetiva GloBE de qualquer jurisdição onde o grupo opera, considerando a visão agregada das entidades localizadas naquela jurisdição, for inferior à alíquota mínima definida em 15%, o grupo multinacional deverá pagar um valor complementar de tributo sobre o lucro, referente à diferença entre sua alíquota efetiva GloBE e a alíquota mínima.

A Companhia está sujeita às regras modelo do Pilar II da OCDE em diversas jurisdições, tais como Brasil, Canadá e Suíça, entre outras. Não houve impactos materiais decorrentes do Pilar II na despesa de tributos sobre o lucro relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia aplicou a exceção de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes da legislação tributária, para implementação das regras modelo do Pilar II da OCDE, de acordo com a IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

g) Reforma tributária sobre o valor agregado
Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214 ("Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISE e IPI pelos tributos CBS e IBS, bem como a criação do IS (Imposto Seletivo), que abrange determinados setores econômicos, tais como o setor mineral. O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos decorrentes da Reforma, que será concluído em 2026.

Política contábil
Para as subsidiárias da Vale S.A. que operam em jurisdições onde a alíquota do imposto de renda é inferior à alíquota praticada no Brasil, a legislação tributária brasileira requer que a Vale S.A. recolha no Brasil o imposto de renda relativo ao referido diferencial de alíquota. Portanto, os tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras consolidadas são calculados aplicando a alíquota em vigor no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações fiscais em relação às situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita a interpretação e, quando apropriado, reconhece provisões com base nos valores que espera serem pagos às autoridades fiscais. Os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. No entanto, os passivos fiscais diferidos não são reconhecidos a partir do reconhecimento inicial de ativo originado em combinação de negócios, bem como a partir do reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da transação, não afete o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal) e não dê origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. Os ativos e passivos diferidos são compensados quando existe um direito legalmente exercível de compensar os ativos e passivos fiscais correntes e quando os saldos de impostos diferidos estiverem relacionados à mesma autoridade fiscal.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A Companhia avalia anualmente a realização desses ativos fiscais diferidos por meio da revisão das estimativas de lucros tributáveis futuros. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos por meio do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto também é reconhecido em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos
Tributos diferidos sobre o lucro - Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

Posições fiscais incertas - A Companhia aplica julgamento contábil crítico ao avaliar se é provável que as suas posições tributárias serão aceitas pelas autoridades fiscais e para mensurar o montante da incerteza fiscal relacionada, incluindo as estimativas dos efeitos fiscais decorrentes da redução de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, juntamente com as multas e juros correspondentes, que podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia opera em várias jurisdições onde surgem incertezas na aplicação dos requerimentos fiscais em função da complexidade da legislação tributária nessas localidades. A Companhia e suas subsidiárias estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

6. Lucro básico e diluído por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação estão apresentados a seguir:

	2025	2024	2023
Exercício findo em 31 de dezembro de			
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Vale S.A.	13.814	31.592	39.940
Em milhares de ações			
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	4.268.775	4.274.854	4.366.130
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação e potenciais ações ordinárias	4.274.804	4.279.867	4.369.961
Lucro por ação			
Lucro básico por ação ordinária (R\$)	3,24	7,39	9,15
Lucro diluído por ação ordinária (R\$)	3,23	7,38	9,15
Lucro por ação atribuído aos acionistas da Vale S.A.			
Lucro básico por ação ordinária (R\$)	3,24	7,39	9,15
Lucro diluído por ação ordinária (R\$)	3,23	7,38	9,15

Capital de giro

7. Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
31 de dezembro de	Notas			
Recebíveis de contratos com clientes				
Terceiros				
Soluções de Minério de Ferro	7.021	9.536	1.205	2.339
Vale Metais Básicos	5.194	4.880	-	-
Outros	90	121	93	75
Partes relacionadas	33(b)	631	385	13.871
Contas a receber	12.936	14.922	15.169	28.743
Perda de crédito esperada	(297)	(322)	(88)	(80)
Contas a receber, líquidas	12.639	14.600	15.081	28.663

Contratos de venda a preços provisórios - A Companhia está exposta principalmente ao risco do preço do minério de ferro e cobre. O preço final de venda destas commodities é calculado com base no período de cotação estipulado nos contratos de venda, que geralmente é posterior à data de reconhecimento da receita. Portanto, a Companhia reconhece a receita inicialmente com base em uma fatura provisória e o contas a receber dos produtos com preços provisórios são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 19), sendo estas alterações no valor do contas a receber registradas na receita de vendas da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita de vendas decorrente de ajustes no valor justo de contratos a preços provisórios totalizou R\$2.972. A sensibilidade do risco da Companhia na liquidação final do contas a receber com preços provisórios está apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2025			
	Mil toneladas métricas	Preço provisório (US\$/ton)	Variação	Efeito na receita (R\$ milhões)
Minério de ferro	19.006	107	+10%	+ 1.098
Pelotas	157	102	+10%	+ 9
Cobre	61	11.044	+10%	+ 403

Política contábil
As contas a receber representam os valores a receber pela venda de produtos e serviços prestados pela Companhia e são reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, com exceção dos componentes de vendas de commodities com preços provisórios, que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para o saldo de contas a receber mensurado ao custo amortizado. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão com base no histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

8. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
31 de dezembro de				
Produtos acabados				
Soluções de Minério de Ferro	17.520	15.435	4.989	5.355
Vale Metais Básicos	3.772	3.535	-	-
21.292	18.970	4.989	5.355	
Produtos em elaboração	4.956	4.282	-	3
Material de consumo	6.428	6.119	2.959	2.733
Redução ao valor realizável líquido	(10)	(858)	(4)	(116)
Total de estoques	32.666	28.513	7.944	7.975

O valor do custo dos produtos vendidos está apresentado na nota 4(a).

Política contábil
Os estoques estão registrados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Os custos de produção compreendem custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos à produção. Os custos são agregados aos itens em estoque com base no custo médio ponderado. Na data de apresentação das demonstrações financeiras, o valor realizável líquido dos estoques é avaliado, e uma provisão para perda com estoque obsoleto ou de baixa movimentação pode ser reconhecida. As baixas e reversões são reconhecidas como "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados".

9. Fornecedores e outras contas a pagar

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Terceiros		29.335	24.797	16.489	14.398
Partes relacionadas	33(b)	1.286	1.420	800	888
Total		30.621	26.217	17.289	15.286

Os passivos financeiros apresentados como Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial da Companhia representam o montante em aberto de faturas para compras de bens e serviços, cujo prazo médio de vencimento normalmente é de aproximadamente 60 dias.

A Companhia realiza acordos de financiamento de fornecedores ("Acordos") como parte da estratégia de capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, cuja extensão de prazo de pagamento é limitada a um período de curto prazo. A Companhia também é parte de acordos para que determinados fornecedores possam adiantar seus recebíveis com a Vale em função de compras de materiais e serviços, sem qualquer tipo de alteração em valor ou prazo de pagamento para a Companhia. Estes acordos de financiamento de fornecedores continuam a ser apresentados como fornecedores no balanço patrimonial da Companhia, já que não modificam substancialmente os termos e condições dos passivos originais. O saldo em aberto relativo a essas transações está demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
31 de dezembro de				
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos em que os fornecedores já receberam o pagamento	7.627	8.313	6.711	6.816
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos em que os fornecedores ainda não receberam o pagamento	-	36	-	-
Saldo total relativo a Acordos apresentado como Fornecedores e outras contas a pagar	7.627	8.349	6.711	6.816

Os encargos financeiros relacionados ao aumento do prazo de pagamento são reconhecidos no resultado financeiro como "Juros sobre transações de capital de giro" (nota 18). Os encargos financeiros e a variação cambial reconhecidos no resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em função dos Acordos totalizaram, respectivamente, R\$756 (2024: R\$865) e R\$20 (2024: R\$33).

Política contábil
A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento com fornecedores dentro de fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar comerciais. Esse é o caso quando o acordo de financiamento com fornecedores faz parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não são substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar comerciais que não fazem parte do acordo, isto é, o passivo financeiro original não é substancialmente modificado. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial são apresentados em atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa.

10. Transações de streaming

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Streaming de ouro	446	8.607	9.053	841	8.932	9.773
Streaming de cobalto	253	2.224	2.477	135	2.719	2.854
Total do passivo contratual	699	10.831	11.530	976	11.651	12.627

b) Efeitos na demonstração do resultado

	Consolidado		
	2025	2024	2023
Exercício findo em 31 de dezembro de			
Streaming de cobalto	168	102	70
Streaming de ouro	1.033	658	669
Receita fixa - Apropriação do passivo contratual	1.201	760	739

	Consolidado		
	2025	2024	2023
Streaming de cobalto	61	22	15
Streaming de ouro	1.558	550	465
Receita variável - Pagamentos adicionais recebidos	1.619	572	480

A Companhia vendeu para a Wheaton Precious Metals Corp. ("Wheaton") um total agregado de (i) 75% do ouro produzido como subproduto na mina de cobre Salobo, no Brasil, ao longo da vida útil da mina, e (ii) 70% do ouro produzido como subproduto nas minas de níquel de Sudbury, no Canadá, até 2034.

A Vale recebeu pagamentos adiantados de (i) R\$4 bilhões (US\$1,9 bilhão) em 2013, (ii) R\$2,8 bilhões (US\$900 milhões) em 2015 e (iii) R\$2,6 bilhões (US\$800 milhões) em 2016. A Companhia também recebe pagamentos adicionais equivalentes ao menor valor entre US\$400 por onça de ouro entregue e o preço de mercado na data de entrega.

Nos termos do contrato de streaming de Salobo, a Companhia tinha o direito a receber um pagamento adicional caso a capacidade de processamento de cobre atinja um determinado nível de produção. Os níveis de produção foram atingidos em 2023 e 2025, nos quais a Vale recebeu pagamentos adicionais de R\$1.791 (US\$370 milhões) e R\$833 (US\$144 milhões), respectivamente, que foram registrados nas obrigações de streaming.

Além disso, a Wheaton será obrigada a efetuar pagamentos anuais no valor de R\$41 (US\$8,5 milhões) por um período de 10 anos, caso o complexo Salobo atinja taxas específicas de mineração e teores de cobre.

Streaming de cobalto
Em junho de 2018, a Companhia vendeu à Wheaton e à Cobalt 27 Capital Corp. ("Cobalt 27") uma combinação de 75% do cobalto produzido como subproduto na mina de Voisey's Bay a partir de 1º de janeiro de 2021 pelo montante de R\$2,6 bilhões (US\$690 milhões). A Vale também recebe pagamentos adicionais de 20%, em média, do preço de referência de mercado do cobalto, para cada cobalto acabado entregue. Em fevereiro de 2021, o fluxo originalmente vendido à Cobalt 27 foi transferido para o Anglo Pacific Group.

Política contábil
A Companhia segregou ambas as transações de streaming em dois componentes identificáveis: (i) venda dos direitos minerários e (ii) prestação de serviços de extração. **Venda dos direitos minerários** - O valor alocado a esse componente é reconhecido como receita no resultado no momento que a Companhia transfere a propriedade dos direitos minerários à contraparte. O custo relativo ao componente vendido é reconhecido no resultado no mesmo momento. **Prestação de serviços de extração** - A Companhia reconhece como passivos contratuais os pagamentos recebidos antecipadamente de clientes, enquanto os critérios para o reconhecimento de receita não são atendidos. O montante recebido proveniente da transação de streaming alocado a esse componente é reconhecido como "transações de streaming", no passivo da Companhia. O passivo contratual é inicialmente reconhecido ao valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e é subsequentemente mensurado ao custo amortizado e atualizado pelo método da taxa de juros efetivos. O passivo contratual é apropriado ao resultado, com base no volume produzido em comparação com o total de reservas provadas e prováveis de ouro ou cobalto, cuja estimativa é revisada anualmente.

11. Fluxos de caixa das atividades operacionais

	Notas	Consolidado			Controladora	
		2025	2024	2023	2025	2024
Exercício findo em 31 de dezembro de						
Fluxo de caixa das atividades operacionais:						
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		26.693	34.224	55.554	29.437	39.589
Ajustado por:						
Resultado de participações em controladas	30	-	-	-	4.745	586
Resultado de participações e outros resultados em coligadas e joint ventures	30	1.170	1.570	5.434	1.170	1.570
Redução ao valor recuper						



Teste de recuperabilidade de 2025 dos ativos de níquel (excluindo goodwill)

As principais premissas utilizadas nos testes, que resultaram no reconhecimento de perda por *impairment* no montante de R\$9.517 na UGC Vale Newfoundland and Labrador, localizada no Canadá, estão apresentadas no quadro abaixo:

	VNL (i)	Vale Canada Limited (ii)	Onça Puma (iii)	PTVI (iv)
Valor contábil após o reconhecimento da perda por <i>impairment</i> , quando aplicável	4.325	26.577	8.972	9.734
Resultado do teste	Perda por <i>impairment</i> no montante de R\$9.517.	O valor recuperável da UGC é superior ao respectivo valor contábil e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.	O valor recuperável da UGC é superior ao respectivo valor contábil e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.	O valor recuperável do investimento é superior ao respectivo valor contábil e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	6,5%	6,5%	7,3%	6,8%
Período do fluxo de caixa	2049	2049	2069	2064
Range de preços projetados para níquel	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.100 – 18.000

- (i) Inclui as operações da Vale Newfoundland and Labrador, que consiste em duas minas de níquel, uma usina de concentração e uma refinaria.
- (ii) Inclui as operações da Vale Canada Limited, que consiste em seis minas de níquel, uma usina de concentração, um forno e quatro refinarias.
- (iii) Inclui as operações da Mineração Onça Puma, que consiste em uma mina de níquel e dois fornos.
- (iv) Inclui a participação de 33,88% da Vale na PT Vale Indonésia (nota 30).

Teste de recuperabilidade de 2024 dos ativos de níquel (excluindo goodwill)

No encerramento do exercício de 2024, a Companhia identificou indicadores de *impairment* relacionadas às operações de níquel em Thompson e Newfoundland and Labrador, ambas localizadas no Canadá. Para ambos os testes, as principais premissas utilizadas foram:

	Vale Canada Limited	VNL
Valor contábil após o reconhecimento da perda por <i>impairment</i> , quando aplicável	25.983	14.892
Resultado do teste	Perda por <i>impairment</i> no montante de R\$8.566.	Perda por <i>impairment</i> no montante de R\$3.292.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	6,0%	5,0%-6,0%
Período do fluxo de caixa	2035	2049
Range de preços projetados para níquel	US\$/t 16.662 – 21.000	US\$/t 16.662 – 21.000

Operação de níquel em Thompson, Canadá

A Companhia produz concentrado de níquel em Thompson, que é processado em outro ativo, para então ser vendido e entregue aos clientes deste produto. Portanto, os ativos associados à operação de Thompson são parte de uma das UGCs associadas à operação de níquel da Vale Canada Limited. Em janeiro de 2025, dentro do período de eventos subsequentes para as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024, Companhia iniciou uma revisão estratégica para avaliar alternativas, incluindo a potencial venda, dos ativos associados à operação de Thompson.

Assim, a Vale revisou o plano de negócios para esta operação de acordo com a nova estratégia e mensurou o valor recuperável destes ativos, que resultou em uma perda por *impairment* no montante de R\$8.566 apresentada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 como "reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". O valor contábil desta UGC após o reconhecimento da perda por *impairment* era de R\$25.983 em 31 de dezembro de 2024.

Operação de níquel em Newfoundland and Labrador, Canadá

Desde 2015, a Companhia estava desenvolvendo o projeto de expansão da operação da Vale Newfoundland and Labrador, que é subsidiária da Companhia e considerada uma UGC. Este projeto representou uma mudança significativa de operações de mineração a céu aberto para duas operações de mineração subterrânea em Voisey's Bay.

Em dezembro de 2024, o projeto de expansão dessa operação foi concluído, representando o início de sua fase de *ramp-up*, onde a Companhia identificou desafios operacionais relacionados à produção e processamento de níquel refinado que é extraído das minas subterrâneas, resultando na revisão dos custos de produção e dos investimentos de capital projetados para essa UGC.

A Vale considerou o aumento nos custos de produção e nos investimentos de manutenção de capacidade como um indicativo para a elaboração de um teste de *impairment* específico para esta UGC. O teste elaborado pela Companhia resultou em uma perda por *impairment* no montante de R\$3.292 reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 como "reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". O valor contábil desta UGC após o reconhecimento da perda por *impairment* era de R\$14.892 em 31 de dezembro de 2024.

Goodwill alocado às UGCs de níquel do Canadá

Em 2006, a Companhia registrou ágio decorrente da aquisição da Inco Limited, atual Vale Canada Limited, o qual está alocado às UGCs de níquel do Canadá e cuja recuperabilidade é avaliada anualmente.

Em 2025, o teste de recuperabilidade resultou em perda por *impairment* no montante de R\$9.463, principalmente em função da redução dos preços projetados de níquel. Esta perda representou a baixa integral do *goodwill* alocado às operações de níquel do Canadá e está apresentada como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos" no resultado do exercício de 2025.

	2025	2024
Valor contábil após o reconhecimento da perda por <i>impairment</i> , quando aplicável	-	10.249
Resultado do teste	Perda por <i>impairment</i> no montante de R\$9.463, correspondente ao valor integral do <i>goodwill</i> .	O valor recuperável das UGCs de níquel do Canadá é superior aos respectivos valores contábeis, incluindo o <i>goodwill</i> e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	6,5%	5,0%-6,0%
Período do fluxo de caixa	2049	2035-2049
Range de preços projetados para níquel	US\$/t 16.100 – 18.000	US\$/t 16.662 – 21.000
Sensibilidade das premissas-chave	-	Uma redução de 19,2% nos preços de longo prazo de todas as <i>commodities</i> ou uma redução de 5,7% nas reservas resultaria, isoladamente, no valor recuperável estimado igual ao valor contábil.

13. Imobilizado

Notas	Imóveis e terrenos	Instalações	Equipamentos	Ativos minerários	Equipamentos e ferrovia	Ativo de direito de uso	Outros	Consolidado	
								Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	48.989	44.730	21.543	33.524	12.645	6.579	12.028	54.264	234.302
Adições	-	-	-	-	-	501	-	31.339	31.840
Capitalização de juros	-	-	-	-	-	-	-	197	197
Baixas	(164)	(269)	(186)	(57)	(29)	-	(16)	(1.565)	(2.286)
Redução ao valor recuperável	(2)	(2.040)	(344)	(9.918)	(17)	-	(4)	(1.146)	(13.471)
Obrigações para descomissionamento de ativos	-	-	-	30	-	-	-	-	30
Depreciação, exaustão e amortização	(2.354)	(2.950)	(3.724)	(2.578)	(821)	(1.019)	(1.737)	-	(15.183)
Aquisição da Aliança Energia	152	484	1.826	10	-	19	284	407	3.182
Desconsolidação da VODC	-	(48)	(543)	(52)	-	(2.908)	-	(92)	(3.643)
Ajuste de conversão	1.599	991	1.592	3.117	17	917	878	3.515	12.626
Transferências	5.377	9.163	4.838	4.077	1.137	-	2.142	(26.734)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	53.597	50.061	25.002	28.153	12.932	4.089	13.575	60.185	247.594
Custo	94.531	83.838	59.950	78.731	22.559	8.742	29.730	60.185	438.266
Depreciação acumulada	(40.934)	(33.777)	(34.948)	(50.578)	(9.627)	(4.653)	(16.155)	-	(190.672)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	53.597	50.061	25.002	28.153	12.932	4.089	13.575	60.185	247.594
Adições	-	-	-	-	-	532	-	29.866	30.398
Capitalização de juros	-	-	-	-	-	-	-	126	126
Baixas	(118)	(207)	(25)	(42)	(74)	-	(29)	(2.802)	(3.297)
Redução ao valor recuperável	-	(6.352)	(1.967)	(848)	-	-	-	(887)	(10.054)
Obrigações para descomissionamento de ativos	14	-	-	947	-	-	-	-	947
Depreciação, exaustão e amortização	(2.673)	(3.363)	(3.578)	(2.627)	(880)	(774)	(2.350)	-	(16.245)
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)	(135)	(1.753)	(2.058)	(6)	-	(212)	(279)	(326)	(4.769)
Ajuste de conversão	(589)	(608)	(685)	(344)	(5)	(295)	(398)	(1.736)	(4.660)
Transferências	7.675	8.893	8.306	(1.754)	1.170	-	2.597	(26.887)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	57.757	46.671	24.995	23.479	13.143	3.340	13.116	57.539	240.040
Custo	99.632	80.544	60.835	83.152	23.370	8.560	30.963	57.539	444.595
Depreciação acumulada	(41.875)	(33.873)	(35.840)	(59.673)	(10.227)	(5.220)	(17.847)	-	(204.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	57.757	46.671	24.995	23.479	13.143	3.340	13.116	57.539	240.040

Notas	Imóveis e terrenos	Instalações	Equipamentos	Ativos minerários	Equipamentos de ferrovia	Ativo de direito de uso	Outros	Controladora	
								Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	31.675	34.918	12.093	9.452	12.538	1.284	6.635	32.814	141.409
Adições	-	-	-	-	-	220	-	21.386	21.606
Capitalização de juros	-	-	-	-	-	-	-	197	197
Baixas	(112)	(185)	(58)	(11)	(28)	-	(13)	(1.382)	(1.789)
Redução ao valor recuperável	-	(1.610)	(2)	-	-	-	(1)	-	(1.613)
Obrigações para descomissionamento de ativos	-	-	-	(150)	-	-	-	-	(150)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.452)	(1.956)	(2.055)	(817)	(810)	(362)	(1.396)	-	(8.848)
Transferências	4.708	7.595	3.141	178	1.129	-	2.124	(18.875)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.819	38.762	13.119	8.652	12.829	1.142	7.349	34.140	150.812
Custo	50.347	57.896	28.360	14.068	22.354	2.916	17.810	34.140	227.891
Depreciação acumulada	(15.528)	(19.134)	(15.241)	(5.416)	(9.525)	(1.774)	(10.461)	-	(77.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.819	38.762	13.119	8.652	12.829	1.142	7.349	34.140	150.812
Adições	-	-	-	-	-	356	-	20.215	20.571
Capitalização de juros	-	-	-	-	-	-	-	126	126
Baixas	(91)	(112)	(16)	(41)	(74)	-	(22)	(1.800)	(2.156)
Obrigações para descomissionamento de ativos	14	-	-	1.263	-	-	-	-	1.263
Depreciação, exaustão e amortização	(1.639)	(2.226)	(2.021)	(802)	(868)	(284)	(1.533)	-	(9.373)
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)	-	(1.290)	(1)	-	-	(178)	(1)	(165)	(1.635)
Transferências	3.429	5.462	3.425	114	1.143	-	2.180	(15.753)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	36.518	40.596	14.506	9.186	13.030	1.036	7.973	36.763	159.608
Custo	53.638	60.064	31.351	15.439	23.151	3.092	19.685	36.763	243.183
Depreciação acumulada	(17.120)	(19.468)	(16.845)	(6.253)	(10.121)	(2.056)	(11.712)	-	(83.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	36.518	40.596	14.506	9.186	13.030	1.036	7.973	36.763	159.608

Para mais detalhes sobre os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, vide nota 22.

Extravasamentos de água em Fábrica e Viga

Em janeiro de 2026 (evento subsequente), houve um extravasamento de água com sedimentos (terra) nas unidades operacionais de Fábrica e Viga, localizadas nos municípios de Ouro Preto-MG e Congonhas-MG, respectivamente. A Prefeitura Municipal de Congonhas suspendeu os alvarás de funcionamento das atividades da Vale nas referidas unidades operacionais.

Em fevereiro de 2026 (evento subsequente), a Companhia tomou conhecimento de quatro medidas judiciais relacionadas ao evento, que buscam a adoção de medidas liminares distintas, incluindo bloqueios patrimoniais, e foram propostas pelas seguintes autoridades: (i) Ministério Público Federal que, em duas ações distintas, fez os pedidos de bloqueio patrimonial de R\$1 bilhão e R\$200, em função dos extravasamentos de Fábrica e Viga, respectivamente, (ii) Estado de Minas Gerais, em relação ao extravasamento na unidade Viga, com o requerimento de bloqueio patrimonial de R\$1 bilhão; e (iii) Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Estado de Minas Gerais, em relação ao extravasamento na unidade de Fábrica, com o requerimento de bloqueio patrimonial de R\$846, sob o argumento de prevenir o agravamento de supostos danos ambientais.

Todas as ações ajuizadas pelas autoridades já foram prontamente respondidas pela Companhia, resultando no indeferimento de três dos quatro pedidos de bloqueio. No momento, permanece pendente de apreciação a ação referente à Viga, proposta pelo Ministério Público Federal.

b) Impairment de ativos de minério de ferro e pelotas

A Companhia não identificou alterações nas circunstâncias ou indicativos que poderiam resultar em uma redução ao valor recuperável da UGC de Minério de Ferro e Pelotas. Ainda assim, a Companhia realizou o teste de *impairment* do *goodwill*, conforme sumarizado abaixo.

Goodwill alocado às operações de minério de ferro e pelotas

Inclui o ágio que decorrente da aquisição de negócios de minério de ferro e o ágio advindo da incorporação da Valepar pela Vale S.A. em 2017.

	2025	2024
Valor contábil após o reconhecimento da perda por <i>impairment</i> , quando aplicável	7.136	7.133
Resultado do teste	O valor recuperável do segmento operacional é superior ao respectivo valor contábil, incluindo <i>goodwill</i> e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.	O valor recuperável do segmento operacional é superior ao respectivo valor contábil, incluindo <i>goodwill</i> e, portanto, não há <i>impairment</i> a ser reconhecido.
Mensuração do valor recuperável	FVLCD	FVLCD
Taxa de desconto	7,3%	7,2%
Período do fluxo de caixa	2055	2054
Range de preços projetados para minério de ferro	US\$/t 78 – 91	US\$/t 78 – 95
Sensibilidade das premissas-chave	Uma redução de 23% nos preços de longo prazo de todas as <i>commodities</i> ou uma redução de 48% nas reservas resultaria, isoladamente, no valor recuperável estimado igual ao valor contábil.	Uma redução de 25% nos preços de longo prazo de todas as <i>commodities</i> ou uma redução de 57% nas reservas resultaria, isoladamente, no valor recuperável estimado igual ao valor contábil.

c) Ganhos (perdas) decorrentes da compra e venda de ativos não circulantes (nota 31)

Nos últimos anos, a Companhia adquiriu participações societárias e desinvestiu de ativos, conforme detalhado na nota explicativa 31 destas demonstrações financeiras. O resultado de parte dessas transações está apresentado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos" no resultado do exercício, conforme resumido abaixo:

- **Desinvestimento na Aliança Geração de Energia S.A. (nota 31a):** Em março de 2025, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Global Infrastructure Partners para venda de 70% de sua participação na Aliança e nos ativos de energia do parque solar Sol do Cerrado e da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. Como resultado, os ativos e passivos relacionados foram classificados como mantidos para venda e a Vale reconheceu uma perda por *impairment* no valor de R\$674 no resultado do exercício de 2025 como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Em setembro de 2025, a Companhia concluiu a transação pelo valor de R\$4.616 (US\$871 milhões), e reconheceu um complemento de perda no valor de R\$472 no resultado do exercício de 2025 como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos".
- **Compra de participação societária na Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. (nota 31b):** Em dezembro de 2024, a Companhia concluiu a compra de 15% da Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A., empresa que atualmente detém o complexo Minas-Rio, no Brasil. Como parte da contraprestação pela aquisição da participação societária, a Vale contribuiu com recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina no valor de R\$4.573 (US\$750 milhões), reconhecendo um ganho de R\$3.815 no resultado do exercício findo em 2024 como "Reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos" em função da diferença entre o valor justo e o valor contábil dos recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina. Este ganho foi reconhecido na extensão da participação do outro sócio na investida.
- **Desinvestimento na Vale Oman Distribution Center (nota 31c):** Em setembro de 2024, a Companhia concluiu a venda de participação acionária equivalente a 50% do capital social da Vale Oman Distribution Center pelo valor de R\$3.325 (US\$600 milhões), reduzindo sua participação de 100% para 50% na investida e alterando sua condição de subsidiária para joint venture. Como resultado da transação, a Companhia reconheceu um ganho de R\$6.776 no resultado do exercício findo em 2024 como "reversão (redução) ao valor recuperável e resultado" com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Este ganho é derivado (i) do resultado com a venda de participação no montante de R\$3.078, (ii) do resultado com a remensuração ao valor justo da participação remanescente no montante de R\$3.078 e (iii) da reclassificação para o resultado dos ajustes acumulados de conversão no montante de R\$620.
- **Desinvestimento na PT Vale Indonésia Tbk (nota 31d):** Em junho de 2024, a Companhia reduziu sua participação na PT Vale Indonésia Tbk em aproximadamente 10,5%, alterando sua condição de subsidiária para coligada. Como resultado da transação, a Companhia reconheceu um ganho de R\$5.710 no resultado do exercício findo em 2024 como "reversão (redução) ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Este ganho é derivado da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão no valor de R\$5.728 e do ganho com a remensuração do investimento remanescente a valor justo no valor de R\$3.654, líquidos da perda associada à redução da participação na PTVI no montante de R\$3.672.

Política contábil

Impairment de ativos não financeiros – Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação ("FVLCD") e o seu valor em uso ("VIU").

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida Útil
Imóveis	10 a 50 anos
Instalações	18 a 40 anos
Equipamentos	3 a 40 anos
Equipamentos de ferrovia	5 a 45 anos
Ativos minerais	1 a 120 anos
Ativo de direito de uso	1 a 18 anos
Outros	2 a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Gastos e stripping costs

(i) **Gastos com pesquisa e desenvolvimento** - São considerados como despesas operacionais e registrados como "Pesquisa e desenvolvimento" na demonstração do resultado, até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida. A partir de então, os gastos incorridos são capitalizados como ativos minerais.

(ii) **Gastos com estudo de viabilidade, novas tecnologias e outras pesquisas** - A Companhia também realiza estudo de viabilidade para muitos outros negócios que operam e pesquisam novas tecnologias para otimizar os processos de mineração. Depois de comprovada a viabilidade econômica, os gastos incorridos são capitalizados.

(iii) **Gastos com manutenção** - Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

(iv) **Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério ("stripping costs")** - Após a comprovação da viabilidade econômica da jazida, os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos ("custos de remoção de estéril" ou "stripping costs") incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo mineral. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos identificáveis são classificados como não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Reservas minerais - As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio e de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Companhia.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão dos ativos minerais, e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas e o *impairment* de ativos de longo prazo. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização e na avaliação de *impairment*.

14. Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos que exigem o descomissionamento dos ativos da Vale ao término da operação e, portanto, os gastos relacionados ao descomissionamento ocorrem após o encerramento das atividades operacionais e ao longo da vida útil das operações por meio dos fechamentos progressivos. Estas obrigações são regulamentadas no Brasil em âmbito Federal e Estadual pela ANM (Agência Nacional de Mineração) e pelos Órgãos Ambientais, respectivamente. Dentre os requerimentos, os planos de fechamento devem considerar a estabilidade física, química e biológica das áreas e ações de pós fechamento pelo período necessário para verificar a eficácia das medidas adotadas de descomissionamento. Essas obrigações estão provisionadas e estão sujeitas a estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos pela Companhia. Dependendo das características geotécnicas das estruturas, a Companhia é obrigada a realizar a descaracterização, conforme apresentado no item a) abaixo.

Feito no resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado				Controladora	
	Notas	2025	2024	2023	2025	2024
Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante	14(a)	(1.014)	(1.141)	750	(1.014)	(1.141)
Obrigação para descomissionamento de ativos	14(b)	948	(105)	25	1.006	(70)
Obrigações ambientais	14(b)	140	315	349	96	153
Total		74	(931)	1.124	88	(1.058)

Movimentações nas provisões durante o exercício

	Consolidado				
	Notas	geotécnicas a montante (i)	Obrigação para descomissionamento de ativos	Obrigações ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024		13.706	19.234	2.749	35.689
Mudança de estimativas - efeito no resultado de operações encerradas		(1.014)	948	140	74
Mudança de estimativas - valor capitalizado para plantas operacionais		-	947	225	1.172
Desembolsos		(2.100)	(1.203)	(635)	(3.938)
Atualização monetária e ajuste ao valor presente		944	738	125	1.807
Transferência para mantido para venda	31(a)	-	(13)	(128)	(141)
Ajuste de conversão		-	(730)	(31)	(761)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		11.536	19.921	2.445	33.902

	Controladora				
	Notas	geotécnicas a montante (i)	Obrigação para descomissionamento de ativos	Obrigações ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024		13.706	7.810	1.805	23.321
Mudança de estimativas - efeito no resultado de operações encerradas		(1.014)	1.006	96	88
Mudança de estimativas - valor capitalizado para plantas operacionais		-	1.263	110	1.373
Desembolsos		(2.100)	(958)	(430)	(3.488)
Atualização monetária e ajuste ao valor presente		944	530	107	1.581
Saldo em 31 de dezembro de 2025		11.536	9.651	1.688	22.875

(i) Os fluxos de caixa dos projetos de descaracterização de barragens estão projetados para um período de até 13 anos e foram descontados por uma taxa de desconto anual em termos reais, que aumentou de 7,36% em 31 de dezembro de 2024 para 7,77% em 31 de dezembro de 2025.

a) Descaracterização de estruturas geotécnicas a montante

Em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho (nota 25) e, em atendimento às leis e regulamentos, a Companhia tomou a decisão de acelerar seu plano de descaracterizar todas as barragens e diques construídos sob o método a montante, localizados no Brasil. Essas estruturas encontram-se em diferentes estágios de maturidade dos projetos de engenharia, para os quais a estimativa de gastos inclui em sua metodologia o alto grau de incerteza na definição do custo total do projeto, conforme práticas de mercado.

A Companhia também opera barragens de rejeitos no Canadá, incluindo barragens alteadas a montante. Contudo, a Companhia decidiu que essas barragens serão descomissionadas utilizando outros métodos, assim, a provisão para realizar o descomissionamento das barragens do Canadá está reconhecida como "Obrigações para descomissionamento de ativos e obrigações ambientais", apresentada no item b) abaixo.

Decreto que regulamenta a caução ambiental

Em dezembro de 2023, o governo de Minas Gerais publicou o decreto nº 48.747, que regulamenta medidas de mensuração e execução de caução ambiental de forma individualizada para cada barragem, com base na área do reservatório, classificação e finalidade da barragem, e custos estimados de descaracterização. A caução deverá ser mantida durante toda a vida útil da barragem, desde a instalação até a conclusão da descaracterização e recuperação socioambiental.

Em setembro de 2024, a Companhia protocolou as propostas de caução ambiental com o valor total de R\$1,7 bilhão, sujeito a correção monetária, o qual a Companhia pretende atender prioritariamente por meio de hipoteca de bens imóveis, alienação fiduciária de bens imóveis, fiança bancária ou seguro-garantia e a Companhia espera um custo financeiro imaterial.

Em dezembro de 2024, o governo de Minas Gerais publicou o decreto nº 48.977, que alterou o decreto nº 48.747 e trouxe um novo cronograma para implementação da caução, que deverá ter prazo máximo de 3 anos contados a partir da aprovação das propostas pelo governo de Minas Gerais, sendo metade do valor em até 12 meses e o restante distribuído igualmente nos 2 anos subsequentes.

Operações paradas

Algumas operações foram paralisadas devido a decisões judiciais ou análises técnicas realizadas pela Vale em relação a segurança de suas estruturas geotécnicas localizadas no Brasil. A Companhia vem registrando perdas, principalmente relacionadas aos custos fixos destas operações do segmento de Soluções de Minério de Ferro e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, essas despesas totalizaram R\$236 (2024 e 2023: R\$816 e R\$1.094, respectivamente). A Companhia está trabalhando em medidas legais e de segurança para retomar as operações.

b) Obrigações para descomissionamento de ativos e obrigações ambientais

31 de dezembro de	Consolidado		Controladora		Taxa de desconto		Duração do fluxo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Passivo por área geográfica								
Brasil	12.652	11.052	11.339	9.616	7,17%	7,38%	2163	2132
Canadá	8.184	9.412	-	-	1,81%	1,44%	2152	2152
Omã	843	879	-	-	3,48%	3,66%	2035	2035
Outras regiões	687	640	-	-	2,75%	2,77%	-	-
	22.366	21.983	11.339	9.616				
Plantas operacionais	16.297	15.526	7.267	5.516				
Plantas encerradas	6.069	6.457	4.072	4.100				
	22.366	21.983	11.339	9.616				

Plano de descomissionamento e uso futuro

A implementação de ações de uso futuro, após o término do descomissionamento, não está prevista em lei e, portanto, não compõe o valor provisionado. Contudo, a Companhia está avaliando possibilidades de uso futuro, tendo em vista as aptidões, a intenção de uso pós-operacional, desenvolvimento socioeconômico da comunidade e as características dos meios físico e biótico de cada localidade onde a Vale opera. Eventuais obrigações futuras, se assumidas pela Vale, poderão resultar em impacto material no valor da provisão.

Garantias financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui garantias emitidas por instituições financeiras no valor de R\$6.240 (31 de dezembro de 2024: R\$6.756) para as obrigações para desmobilização de ativos de suas operações da Vale Metais Básicos. O custo financeiro dessas garantias é imaterial.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. As provisões são reconhecidas e subsequentemente mensuradas pelo valor presente da estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia.

O custo correspondente ao reconhecimento inicial da provisão e as atualizações subsequentes em função de revisão nas estimativas é capitalizado como parte do ativo imobilizado e depreciado pela vida útil dos ativos minerais correspondentes. Quando não se espera mais obter benefícios econômicos futuros através da operação, as mudanças nas estimativas são reconhecidas como "outras despesas operacionais, líquidas" no resultado no respectivo exercício. O efeito relacionado a passagem do tempo é reconhecido no resultado financeiro do respectivo exercício.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Descaracterização de barragens - A definição das principais estimativas e premissas críticas aplicadas pela Companhia na mensuração dos custos e para o reconhecimento da provisão para descaracterização de barragens contam com o suporte de especialistas internos e externos de engenharia e geologia e consideram, dentre outros: (i) o volume de rejeitos a ser removido, baseado nas informações disponíveis e na interpretação das leis e regulamentos em vigor; (ii) a disponibilidade de locais para o depósito dos rejeitos; (iii) os métodos e soluções de engenharia; (iv) níveis de segurança; (v) produtividade dos equipamentos utilizados; (vi) avanços nos estudos de geologia e novas informações hidrológicas; e (vii) atualização na taxa de desconto.

Desta forma, os valores efetivamente incorridos pela Companhia poderão diferir dos valores atualmente provisionados, em razão da confirmação das premissas utilizadas e que dependem de diversos fatores, alguns dos quais não estão sob o controle da Companhia. Essas mudanças podem resultar em um impacto material no valor da provisão em períodos futuros. A cada data de apresentação de suas demonstrações financeiras, a Companhia reavaliará as principais premissas utilizadas na preparação dos fluxos de caixa projetados e ajustará a provisão, quando necessário.

Descomissionamento de ativos - A definição das principais estimativas e premissas críticas aplicadas pela Companhia na mensuração dos custos e para o reconhecimento da provisão para descomissionamento de ativos e passivos ambientais contam com o suporte de especialistas internos e externos de engenharia e geologia e consideram, dentre outros: taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

15. Intangíveis

	Consolidado						
	Notas	Ágio	Concessões	Software	Pesquisa e desenvolvimento	Patentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		15.799	37.226	502	2.782	-	56.309
Adições		-	2.704	289	4	-	2.997
Baixas		-	(56)	-	(23)	-	(79)
Amortização		-	(1.464)	(287)	-	-	(1.751)
Aquisição da Aliança Energia	31(a)	1.426	4.581	-	21	-	6.028
Ajuste de conversão		1.586	-	15	-	-	1.601
Saldo em 31 de dezembro de 2024		18.811	42.991	519	2.784	-	65.105
Custo		18.811	52.806	3.585	2.784	-	77.981
Amortização acumulada		-	(9.815)	(3.066)	-	-	(12.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		18.811	42.991	519	2.784	-	65.105

	Notas	Pesquisa e desenvolvimento					Patentes	Total
		Ágio	Concessões	Software	desenvolvimento	Patentes		
Adições		-	2.014	172	2	-	2.188	
Baixas		-	(26)	-	(4)	-	(30)	
Amortização		-	(1.544)	(243)	-	(95)	(1.882)	
Redução ao valor recuperável de ativos	12	(10.137)	-	-	-	-	(10.137)	
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)		(752)	(4.419)	-	(21)	-	(5.192)	
Transferências (i)		-	-	-	(2.754)	2.754	-	
Ajuste de conversão		(786)	-	(5)	-	-	(791)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025		7.136	39.016	443	7	2.659	49.261	
Custo		7.136	49.895	3.651	7	2.754	63.443	
Amortização acumulada		-	(10.879)	(3.208)	-	(95)	(14.182)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025		7.136	39.016	443	7	2.659	49.261	

	Pesquisa e desenvolvimento					Patentes	Total
	Concessões	Software	desenvolvimento	Patentes	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.226	386	2.754	-	-	-	40.366
Adições	2.689	215	-	-	-	-	2.904
Baixas	(44)	-	-	-	-	-	(44)
Amortização	(1.362)	(171)	-	-	-	-	(1.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.509	430	2.754	-	-	-	41.693
Custo	48.059	1.992	2.754	-	-	-	52.805
Amortização acumulada	(9.550)	(1.562)	-	-	-	-	(11.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.509	430	2.754	-	-	-	41.693
Adições	2.001	124	-	-	-	-	2.125
Baixas	(26)	-	-	-	-	-	(26)
Amortização	(1.468)	(184)	-	-	(95)	-	(1.747)
Transferências (i)	-	-	(2.754)	2.754	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	39.016	370	-	-	2.659	-	42.045
Custo	49.895	2.116	-	-	2.754	-	54.765
Amortização acumulada	(10.879)	(1.746)	-	-	(95)	-	(12.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	39.016	370	-	-	2.659	-	42.045

(i) Em outubro de 2025, a Vale alterou o plano de utilização para a tecnologia decorrente dos projetos oriundos da aquisição da New Steel Global N.V. e, como resultado, o valor contábil associado aos referidos projetos passou a ser apresentado como "patente" e será amortizado pelo prazo de proteção legal.

- a) Concessões** - Inclui os contratos de concessões de operação da EFC e da EFVM (nota 16).
- b) Ágio ("goodwill")** - Inclui o ágio que foi gerado a partir da aquisição de negócios de minério de ferro e do ágio advindo da incorporação da Valepar na Vale S.A. em 2017 oriundo da aquisição do controle da Vale S.A. pela Valepar, tendo como fundamento econômico a rentabilidade futura do segmento de ferrosos. A Companhia não reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ágio, pois não existem diferenças entre o saldo contábil e a base tributária. A Companhia avalia anualmente a recuperabilidade desses ativos, ou com maior frequência quando um indicativo de redução do valor recuperável for identificado (nota 12).
- c) Patentes** - Refere-se às patentes identificadas na combinação de negócios da New Steel Global N.V., adquirida em 2019.

Política contábil

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida Útil
Concessões ferroviárias	5 a 33 anos
Patentes	7 anos
Software	5 anos

16. Concessões de ferrovias

Passivos relacionados as outorgas da concessão

As operações integradas da Companhia abrangem as concessões ferroviárias da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e Estrada de Ferro Carajás ("EFC") e da Estrada de Ferro Vitória a Minas ("EFVM") por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057. Posteriormente, em janeiro de 2024, atendendo uma requisição do Ministério dos Transportes, a Vale, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a União Federal, voltaram a discutir as condições gerais dos contratos de concessão e, em 30 de dezembro de 2024, estabeleceram as bases gerais para uma reapetuação dos contratos de concessão celebrado em dezembro de 2020, com o objetivo de promover a modernização e atualização dos contratos vigentes. Este processo foi sujeito à avaliação e anuência das autoridades competentes e sua conformação se daria por meio de uma solução consensual debatida com os órgãos envolvidos junto ao Tribunal de Contas da União.

	Consolidado				Taxa de desconto			Prazo remanescente das obrigações
	31 de dezembro de 2024	Mudança de estimativas	Atualizações monetárias e ajuste ao valor presente	Desembolsos	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Obrigação de pagar Investimentos em infraestrutura	6.924	180	588	(313)	7.379	7,49% - 11,04%	7,32% - 11,04%	32 anos
	7.655	61	530	(2.453)	5.793	7,15% - 9,10%	7,43% - 8,12%	7 anos
	14.579	241	1.118	(2.766)	13.172			
Passivo circulante	2.895	-	-	-	3.138			
Passivo não circulante	11.684	-	-	-	10.034			
Passivo	14.579				13.172			



preços de níquel considerando um aumento médio de 11%, substancialmente concentrado nos preços de longo prazo, em relação à curva utilizada nos modelos base, refletindo a eventual materialização de um cenário em que a velocidade e a intensidade da transição energética são mais favoráveis ao níquel e, como resultado, as perdas por *impairment* reconhecidas em 2025 teriam sido reduzidas em R\$7.964.

Potenciais impactos do risco associado a regulamentações relacionadas às emissões de GEE no valor recuperável do segmento operacional de Soluções de Minério de Ferro

A implementação de políticas climáticas, incluindo mecanismos de precificação de carbono, pode afetar a competitividade dos produtos da Vale. Portanto, a velocidade e a intensidade da implementação de tais regulamentações impactam os preços e custos dos produtos do segmento de Soluções de Minério de Ferro.

A Vale testou a recuperabilidade do *goodwill* alocado ao segmento operacional de Soluções de Minério de Ferro em 2025 e não identificou perda por *impairment* (nota 12). Partindo dos modelos utilizados para mensurar o valor recuperável deste segmento operacional, a Companhia incluiu premissas para sensibilizar uma eventual redução no EBITDA em função da materialização de um cenário de políticas climáticas menos favorável ao portfólio de produtos da Vale e, como resultado, o *headroom* do teste de recuperabilidade do segmento operacional de Soluções de Minério de Ferro seria reduzido. No entanto, como o valor recuperável do segmento operacional continuaria superior ao seu valor contábil, incluindo o *goodwill*, não haveria *impairment* a ser reconhecido.

Gestão financeira

18. Resultado financeiro

Exercício findo em 31 de dezembro de	Notas	Consolidado			Controladora		
		2025	2024	2023	2025	2024	2024
Receitas financeiras							
Aplicações financeiras		2.409	1.776	1.547	1.636	1.048	
Outras		394	505	612	71	35	
		2.803	2.281	2.159	1.707	1.083	
Despesas financeiras							
Juros sobre empréstimos e financiamentos	24	(5.365)	(4.293)	(3.622)	(6.130)	(5.814)	
Despesas com prêmio na recompra de debêntures participativas e bonds	24 e 23(b)	(334)	(275)	(106)	(80)	-	
Juros sobre transações de capital de giro	7 e 9	(1.177)	(964)	(1.160)	(672)	(501)	
Juros sobre REFIIS		(482)	(488)	(737)	(482)	(494)	
Pis e Cofins sobre receita financeira		(376)	(152)	(258)	(342)	(133)	
Despesas bancárias		(228)	(557)	(662)	(194)	(212)	
Juros sobre passivos de arrendamento	22	(173)	(258)	(310)	(63)	(55)	
Outras		(1.044)	(981)	(421)	(748)	(936)	
		(9.179)	(7.968)	(7.276)	(8.711)	(8.145)	
Outros itens financeiros, líquidos							
Perdas cambiais e monetárias, líquidas		(4.454)	(7.702)	(8.185)	(4.519)	(3.755)	
Debêntures participativas	23(b)	(3.698)	(1.048)	(871)	(3.698)	(1.048)	
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	20	9.252	(6.798)	4.455	8.413	(6.795)	
		1.100	(15.548)	(4.601)	196	(11.598)	
		(5.276)	(21.235)	(9.718)	(6.808)	(18.660)	

Política contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira. As exceções são as transações relacionadas ao *hedge* de investimento líquido ou itens que são atribuíveis ao saldo de investimento líquido em entidade no exterior, cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

As políticas contábeis relacionadas aos demais itens do resultado financeiro estão demonstradas nas notas explicativas, "30. Investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures*", "23.b. Debêntures participativas", "21. Empréstimos e financiamentos" e "22. Arrendamentos".

19. Ativos e passivos financeiros

a) Classificação

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Ativos financeiros	Notas	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024		Total
		Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	
Ativos financeiros Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (i)	40.563	-	40.563	30.671	-	30.671
Aplicações financeiras de curto prazo (ii)	-	1.066	1.066	-	331	331
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	2.278	2.278	-	331
Contas a receber	7	886	11.753	12.639	2.313	14.600
		41.449	15.097	56.546	32.984	12.949
Não circulante						
Depósitos judiciais	27(c)	3.580	-	3.580	3.326	3.326
Caixa restrito	23	50	-	50	78	78
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	1.115	1.115	-	91
Investimentos em ações	23	-	347	347	337	337
		3.630	347	1.115	5.092	3.404
Total dos ativos financeiros		45.079	347	16.212	61.638	36.388
Passivos financeiros Circulante						
Fornecedores e outras contas a pagar	9	30.621	-	30.621	26.217	26.217
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	514	514	-	1.220
Empréstimos e financiamentos	21	2.847	-	2.847	6.316	6.316
Arrendamentos	22	884	-	884	907	907
Titulos subordinados	23(a)	22	-	22	-	-
Concessão de ferrovias	16	3.138	-	3.138	2.895	2.895
Outros passivos financeiros - Partes relacionadas	33	1.293	-	1.293	1.803	1.803
Outros passivos financeiros	23	1.774	-	1.774	3.637	3.637
		40.579	514	41.093	41.775	1.220
Não circulante						
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	287	287	-	2.650
Empréstimos e financiamentos	21	96.932	-	96.932	85.282	85.282
Arrendamentos	22	2.794	-	2.794	3.507	3.507
Titulos subordinados	23(a)	4.079	-	4,079	-	-
Debêntures participativas	23(b)	-	12.403	12,403	-	13.727
Concessão de ferrovias	16	10.034	-	10,034	11,684	11,684
Outros passivos financeiros	23	-	1	1	198	199
		113.839	12.691	126.530	100.671	16.378
Total dos passivos financeiros		154.418	13.205	167.623	142.446	17.598

(i) Inclui R\$13.923 (2024: R\$10.580) denominados em R\$, R\$25.378 (2024: R\$18.877) denominados em US\$ e R\$1.262 (2024: R\$1.214) denominados em outras moedas.

(ii) Compreende substancialmente investimentos em títulos de dívida e aplicações em fundo de investimento exclusivo, cuja carteira é composta por operações compromissadas e certificados de depósito bancário ("CDB").

Ativos financeiros	Notas	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024		Total
		Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	
Ativos financeiros Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	11.460	-	11.460	9.084	-	9.084
Aplicações financeiras de curto prazo	20	-	899	899	-	12
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	1.425	1,425	-	194
Contas a receber	7	14.539	542	15,081	27,783	880
		25.999	2.866	28.865	36.867	1.086
Não circulante						
Depósitos judiciais	27(c)	3.453	-	3,453	-	-
Caixa restrito	23	30	-	30	24	24
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	1,073	1,073	-	35
Investimentos em ações	23	-	127	127	120	120
		3.483	127	1.073	4.683	24
Total dos ativos financeiros		29.482	127	3.939	33.548	36.891
Passivos financeiros Circulante						
Fornecedores e outras contas a pagar	9	17.289	-	17,289	15,286	15,286
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	383	383	-	1,124
Empréstimos e financiamentos	21	960	-	960	819	819
Arrendamentos	22	329	-	329	367	367
Concessão de ferrovias	16	3.138	-	3,138	2,895	2,895
Empréstimos - Partes relacionadas	33	24.302	-	24,302	14,731	14,731
Outros passivos financeiros - Partes relacionadas	29	2.285	-	2,285	3,380	3,380
Outras obrigações financeiras	23	-	-	-	14	14
		48.303	383	48.686	37,492	1,124
Não circulante						
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	208	208	-	2,491
Empréstimos e financiamentos	21	35.134	-	35,134	30,164	30,164
Arrendamentos	22	831	-	831	956	956
Empréstimos - Partes relacionadas	33	41.213	-	41,213	58,976	58,976
Debêntures participativas	23(b)	-	12,403	12,403	-	13,727
Concessão de ferrovias	16(a)	10.034	-	10,034	11,684	11,684
Outras obrigações financeiras	23	-	1	1	-	1
		87.212	12,612	99,824	101,780	16,219
Total dos passivos financeiros		135.515	12,995	148.510	139,272	17,343

b) Hierarquia do valor justo

Ativos financeiros	Notas	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras de curto prazo	180	886	-	1,066	331	-	331
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	3,393	3,393	-	422	422
Contas a receber	20	-	11,753	11,753	-	12,287	12,287
Investimentos em ações	23	-	347	347	-	337	337
		180	16,379	16,559	331	13,046	13,377
Passivos financeiros							
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	801	801	-	3,870	3,870
Debêntures participativas	23(b)	-	12,403	12,403	-	13,727	13,727
Outras obrigações financeiras	23	-	1	1	-	1	1
		-	13,205	13,205	-	17,598	17,598

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 de hierarquia do valor justo durante os períodos apresentados.

c) Valor justo dos empréstimos, financiamentos e títulos subordinados

Os empréstimos, financiamentos e os títulos subordinados são mensurados ao custo amortizado. Para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercado secundário, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento na data base das demonstrações financeiras. O valor contábil dos demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado representa uma aproximação razoável do seu respectivo valor justo.

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Bonds	42.273	44.209	45.003	44.866
Debêntures	13.043	12.938	7.876	7.897
Total dos empréstimos e financiamentos	55.316	57.147	52.879	52.763
Títulos subordinados	4.101	4.113	-	-

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Bonds	2.757	2.733	3.103	2.910
Debêntures	13.043	12.938	6.680	6.702
Total	15.800	15.671	9.783	9.612

Política contábil

Classificação e mensuração - A Companhia classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. O teste do modelo de negócios determina a classificação com base no propósito comercial de se manter o ativo e se os fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros.

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL") a menos que certas condições que permitam uma mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Os ganhos e perdas de instrumentos de dívida reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado no evento de sua baixa. Os investimentos em instrumentos de patrimônio são mensurados ao FVTPL a menos que sejam elegíveis a mensuração pelo FVOCI, cujos ganhos e perdas não são em nenhuma circunstância reciclados para o resultado.

Todos os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos. Já os instrumentos derivativos e as debêntures participativas permanecem classificadas na categoria FVTPL.

Hierarquia de valor justo - A Companhia classifica os instrumentos financeiros dentro da hierarquia de valor justo como:

Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ex. derivativos e ações negociados publicamente) é baseado nos preços de mercado cotados no final do período das demonstrações financeiras.

Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado usando técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para o valor justo de um instrumento forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 2.

Nível 3: Se um ou mais dos dados significativos não forem baseados em dados de mercado observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. O valor justo dos derivativos classificados como nível 3 é estimado utilizando fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções com *inputs* não observáveis de taxas de desconto, preços de ações e preços de *commodities*.

20. Gestão de riscos financeiros e de capital

A Companhia está exposta a diversos fatores de riscos financeiros e de capital que podem impactar a sua performance e posição patrimonial. A avaliação da exposição aos riscos financeiros e de capital é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão de riscos.

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Dentro desta ótica, a Companhia tem sido capaz de preservar os pagamentos regulares de dividendos e juros sobre capital próprio, manter um perfil de dívida adequado às suas atividades, com uma amortização bem distribuída ao longo dos anos, evitando assim uma concentração em um único período específico.

O Conselho de Administração estabelece e supervisiona o gerenciamento de riscos financeiros com o apoio de um Comitê de Assessoramento de Alocação de Capital e Projeto, que assegura que as atividades financeiras da Companhia são governadas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, mensurados e gerenciados de acordo com as políticas e objetivos da Companhia. A estratégia da Companhia foi desenvolvida por meio da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição a riscos de mercado decorrentes das atividades operacionais, de financiamento, de investimento e certos compromissos, de modo que a Vale não possui operações com derivativos que resultem em valores nominais que excedam suas exposições. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas periodicamente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Adicionalmente, a Companhia aplica o *hedge accounting* no programa de investimento líquido no exterior.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de câmbio	Instrumentos financeiros e outros passivos financeiros que não são denominados em US\$	Operações com derivativos, como swaps e termos
Risco de mercado - Taxa de juros	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI	Operações com derivativos, como swaps e termos
Risco de mercado - Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> e de insumos	Operações com derivativos, como opções, futuros e termos
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para limites de exposição das contrapartes
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo</

A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Instrumento	Principais eventos de risco do instrumento	Cenário I		Cenário II	
		Valor justo	(Δ de 25%)	Valor justo	(Δ de 50%)
Petróleo do tipo Brent (bbl)	Queda do preço do óleo combustível	(27)	(690)	(27)	(2.326)
Frete marítimo (dias)	Queda do preço do frete	82	10	82	(61)
Proteção para vendas de níquel a preço fixo (ton)	Queda do preço do níquel	29	29	29	29
Proteção para vendas de cobalto a preço fixo (ton)	Queda do preço do cobalto	3	1	3	(1)

Estrutura de opções sobre o petróleo do tipo Brent - Para reduzir o impacto das oscilações do preço do óleo combustível na contratação e disponibilização de frete marítimo e, consequentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia, foram realizadas operações de proteção deste insumo, por meio da aquisição de opções de compra e venda sobre o petróleo do tipo *Brent*, para diferentes parcelas da exposição. Os contratos foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Derivativos de Frete - Para reduzir o impacto da volatilidade do preço de afretamento marítimo no fluxo de caixa da Companhia, foram realizadas operações de proteção, por meio de contratos a termo de frete denominados *Forward Freight Agreements* (FFAs). Os FFAs são negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*) e podem ser registrados em Centrais de Liquidação e Custódia, neste caso sujeitos a requerimentos de margem.

Proteção para vendas a preço fixo - A Companhia possui um programa operacional de proteção de vendas de níquel e cobalto a preço fixo, para converter para preço fluante os contratos comerciais de forma a manter a exposição às flutuações de preço. As operações usualmente realizadas neste programa são compras de níquel para liquidação futura.

Programa de hedge para aquisições de produtos para revenda - A Companhia possui um programa de *hedge* com operações a termo de níquel, com objetivo de reduzir o risco de descausamento de preços entre o período de compra e de venda de produtos de terceiros. O programa foi liquidado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

a.iii) Derivativos embutidos em contratos

Fluxo	Valor principal		Valor justo		Valor justo por ano		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	2025	2026	2027+
Derivativo embutido (preço de pelotas) em contrato de compra de gás natural (volume/mês)							
Opção de compra	746.667	746.667	-	(2)	-	-	-

A análise de sensibilidade desses instrumentos financeiros derivativos está apresentada a seguir:

Instrumento	Principais eventos de risco do instrumento	Cenário I		Cenário II	
		Valor justo	(Δ de 25%)	Valor justo	(Δ de 50%)
Derivativo embutido (preço de pelotas) em contrato de compra de gás natural (volume/mês)					
Derivativo embutido - Compra de gás	Alta do preço da pelota	-	-	-	(1)

Derivativo embutido (preço de pelotas) em contrato de compra de gás natural - A Companhia possui um contrato de compra de gás natural, cujo valor cobrado varia de acordo com o preço de mercado das pelotas vendidas pela Companhia.

a.iv) Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Exercício findo em 31 de dezembro de	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2023	2024
Hedge de investimento líquido	1.581	(2.750)	683	1.581
Hedge de fluxo de caixa	-	-	(88)	-

Hedge de investimento líquido - A Companhia utiliza a contabilidade de *hedge* para o risco cambial decorrente dos investimentos líquidos da Vale S.A. na Vale International S.A.. Com o programa de *hedge*, a dívida da Companhia com terceiros denominada em dólares serve como instrumento de *hedge* para o investimento na Vale International S.A. O montante da dívida designada como instrumento de *hedge* para esse investimento é de R\$21.267 (US\$3.865 milhões) e R\$20.484 (US\$3.308 milhões) em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Como resultado do programa de *hedge*, o impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em dólares passou a ser parcialmente registrado em outros resultados abrangentes, em "ajustes acumulados de conversão".

Hedge accounting de fluxo de caixa (Níquel) - Para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em decorrência de oscilações no preço do níquel, a Companhia implementou o programa de *hedge* de receita de níquel. Neste programa, operações de *hedge* foram executadas, por meio de contratos de opções, para proteger uma parcela do volume projetado das vendas a preços flutuantes, de realização altamente provável, garantindo preços acima no custo unitário médio de produção de níquel para os volumes protegidos. Em 2023, o programa foi liquidado e não foram realizadas novas operações em 2024 e 2025. Os contratos eram negociados na London Metal Exchange ou em mercado de balcão (*over-the-counter*).

b) Gestão de risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito decorrente de recebíveis, transações com derivativos, garantias, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Companhia em um nível aceitável.

Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

A Companhia atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado, ratings de crédito externos e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre a posição estratégica da contraparte e o histórico de relacionamento comercial.

Com base no risco de crédito da contraparte, estratégias de mitigação de risco podem ser utilizadas para gerenciar o risco de crédito da Companhia. As principais estratégias de mitigação do risco de crédito incluem descontos de recebíveis, seguros, cartas de crédito, garantias corporativas e bancárias, hipotecas, entre outros.

b.i) Carteira de recebíveis

A Vale possui uma carteira de recebíveis diversificada do ponto de vista geográfico, sendo a Ásia, Oriente Médio, Norte da África, Europa e o Brasil as regiões com exposições mais significativas. De acordo com cada região, diferentes garantias podem ser utilizadas para melhorar a qualidade de crédito dos recebíveis. Historicamente, a perda esperada de crédito do contas a receber da Companhia é imaterial (nota 7).

b.ii) Ativos financeiros, exceto carteira de recebíveis

Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras e instrumentos derivativos, limites de crédito são aprovados para cada contraparte com a qual a Companhia tem exposição de crédito. Além disso, a Companhia controla a diversificação da carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Notas	Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e equivalentes de caixa	19(a)	40.563	30.671
Aplicações financeiras de curto prazo	19(a)	1.066	331
Caixa restrito	23	50	78
Depósitos judiciais		3.580	3.326
Instrumentos financeiros derivativos		3.393	422
Investimentos em ações	23	347	337
Total		48.999	35.165

	Notas	Controladora	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e equivalentes de caixa	19(a)	11.460	9.084
Aplicações financeiras de curto prazo	19(a)	899	12
Caixa restrito	23	30	24
Depósitos judiciais		3.453	3.208
Instrumentos financeiros derivativos		2.498	229
Investimentos em ações	23	127	120
Total		18.467	12.677

b.iii) Ratings das contrapartes financeiras

As operações de instrumentos financeiros derivativos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo são realizadas com instituições financeiras cujos limites de exposição são revisados periodicamente e aprovados por alçada competente. O risco de crédito das instituições financeiras é avaliado por meio de metodologia que considera, dentre outras informações, os ratings divulgados pelas agências internacionais de classificação.

O quadro a seguir apresenta os ratings em moeda estrangeira publicados pela *Moody's* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia contrata operações de derivativos, caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Caixa e equivalentes de caixa e investimento	Derivativos	Caixa e equivalentes de caixa e investimento	Derivativos
Aa2	3.969	3	2.421	3
A1	16.056	933	11.605	172
A2	4	1	3.220	83
A3	7.370	336	4.391	12
Baa1	2	-	6	-
Baa2	13	-	25	-
Baa3	299	-	-	-
Ba1 (i)	9.120	1.088	4.453	111
Ba2 (i)	4.796	1.032	4.881	41
	41.629	3.393	31.002	422

(i) Parte substancial dos saldos é com instituições financeiras no Brasil e, em moeda local, são consideradas *investment grade*.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado.

As linhas de crédito rotativo disponíveis têm como objetivo auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo e permitir maior eficiência na gestão de caixa, e foram contratadas com um sindicato formado por vários bancos comerciais globais. A Companhia possui duas linhas de crédito rotativo, no montante de R\$27.512 (US\$5.000 milhões), dos quais R\$16.507 (US\$3.000 milhões) têm vencimento em 2029 e R\$11.005 (US\$2.000 milhões) em 2026. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia nenhum saldo devedor relativo a estas linhas.

A Companhia também participa de acordos de financiamento de fornecedores para administrar seu capital de giro e não considera que estes acordos resultem em concentrações excessivas de risco de liquidez, para maiores detalhes vide nota 9 destas demonstrações financeiras.

Política contábil

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteger sua exposição a certos riscos de mercado decorrentes das atividades operacionais, de financiamento e de investimento. Os derivativos são incluídos nos ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivos (*hedge accounting*).

No início das operações de *hedge*, a Companhia documenta o tipo de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, sua gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta tanto no início da cobertura quanto de forma contínua, se espera que a cobertura continue a ser altamente eficaz. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* prevista na IFRS 9/CPC 48 e designa certos derivativos como:

Hedge de fluxo de caixa - A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e será reconhecido no resultado quando a operação protegida for reconhecida na demonstração do resultado.

Hedge de investimento líquido - As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes acumulados de conversão". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado - Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada em "Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos".

21. Empréstimos e financiamentos

a) Saldo dos empréstimos e financiamentos por tipo e moeda

	Consolidado			
	Passivo circulante		Passivo não circulante	
Taxa de juros média (i)	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Cotados no mercado secundário:				
US\$ Bonds	6,05%	-	41.859	44.502
R\$ Debêntures	7,22%	313	419	12.581
Contratos de dívida no Brasil em (ii):				
R\$, indexados à TJLP, TR, IPCA, IGP-M e CDI	9,88%	240	253	490
Cesta de moedas e títulos em US\$ indexados a SOFR	5,72%	-	-	825
Contratos de dívida no mercado internacional em:				
US\$, com juros variáveis e fixos	5,09%	1.128	4.433	38.207
Outras moedas, com juros fixos	4,79%	66	71	236
Outras moedas, com juros variáveis	2,76%	27	-	2.734
Encargos incorridos		1.073	1.140	-
Total		2.847	6.316	96.932

	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Cotados no mercado secundário:				
US\$, Bonds	5,66%	-	2.703	3.042
R\$, Debêntures	7,22%	313	195	12.581
Contratos de dívida no Brasil em (ii):				
R\$, indexados à TJLP, TR, IPCA, IGP-M e CDI	9,88%	241	239	490
Cesta de moedas e títulos em US\$ indexados a SOFR	5,72%	-	-	825
Contratos de dívida no mercado internacional em:				
US\$, com juros variáveis e fixos	5,15%	26	-	18.535
Outras moedas, com juros variáveis	-	-	-	55
Encargos incorridos		380	385	-
Total		960	819	35.134

(i) Para determinar a taxa de juros média dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou a taxa aplicada em 31 de dezembro de 2025.

(ii) A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa de toda a dívida contratada no Brasil, resultando em um custo médio de 3,21% a.a. em US\$.

A reconciliação dos empréstimos e financiamentos com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento está apresentada na nota 24.

b) Fluxos de pagamentos futuros de principal e juros dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	Fluxo estimado de pagamento de juros (i)		Fluxo estimado de pagamento de juros (i)	
	Principal	Juros	Principal	Juros
2026	1.776	5.443	580	1.992
2027	9.352	5.116	4.165	1.859
2028	5.426	4.855	5.327	1.678
2029	19.024	4.644	4.806	1.433
Entre 2030 e 2032	19.708	9.852	6.792	3.304
2033 em diante	43.420	21.466	14.044	4.073
Total	98.706	51.376	35.714	14.339

(i) Com base nas curvas de taxas de juros e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que os pagamentos de principal serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de juros ainda não provisionados e os juros já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, 2% do total dos juros incorridos nos empréstimos e financiamentos foram capitalizados (2024: 4%) (nota 13). Os custos com empréstimos e financiamentos que não são capitalizados foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos.

c) Covenants

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os termos de certos passivos financeiros que possuem um valor contábil total de R\$14.333 (2024: R\$16.696), a Companhia é obrigada a cumprir com os seguintes *covenants* financeiros ao final de cada exercício social:

- Alavancagem: A dívida não deve ser superior a 4,5x o LAJIDA (EBITDA) ajustado;
 - Cobertura de juros: O LAJIDA (EBITDA) ajustado não deve ser inferior a 2x as despesas com juros.
- A Companhia cumpriu esses *covenants* em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e a próxima data de apuração será em 31 de dezembro de 2026. A Vale também está sujeita a *covenants* não financeiros usualmente praticados no mercado, tais como o cumprimento de certos padrões de governança e ambientais, entre outros. A Companhia cumpriu esses *covenants* em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. A Companhia contrata derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa da dívida, alterando o custo médio das dívidas que possuem derivativos de *hedge* contratados.

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificável esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

22. Arrendamentos

a) Ativo de direito de uso

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2024	Adições e alterações contratuais	Depreciação e redução ao valor recuperável de ativos	Transferência para mantido para venda (nota 31a)	Ajuste de conversão de 31 de dezembro de 2025
Portos	316	(43)	(117)	-	(12)
Embarcações	2.188	243	(281)	-	(249)
Plantas de pelotização	677	(2)	(178)	-	-
Imóveis	584	175	(92)	(212)	-
Plantas de energia	172	-	(43)	-	(15)
Outros	152	159	(63)	-	(19)
Total	4.089	532	(774)	(212)	(295)

	Controladora				
	31 de dezembro de 2024	Adições e alterações contratuais	Depreciação e redução ao valor recuperável de ativos	Transferência para mantido para venda (nota 28a)	31 de dezembro de 2025
Plantas de pelotização	677	(2)	(178)	-	497
Imóveis	451	190	(87)	(178)	376
Outros	14	168	(19)	-	163
Total	1.142	356	(284)	(178)	1.036

b) Passivo de arrendamento

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2024	Adições e alterações contratuais	Desembolsos (i)	Juros	Transferência para mantido para venda (nota 31a)	Ajuste de conversão de 31 de dezembro de 2025
Portos	333	(43)	(117)	11	-	(14)
Embarcações	2.202	243	(357)	73	-	(235)
Plantas de pelotização	778	(2)	(278)	33	-	-
Imóveis	664	175	(116)	29	(217)	-
Plantas de energia	268	-	(18)	15	-	(26)
Outros	169	159	(85)	12	-	22
Total	4.414	532	(971)	173	(217)	(253)
Passivo circulante	907	-	-	-	-	884
Passivo não circulante	3.507	-	-	-</		



a) Títulos subordinados

Em novembro de 2025, a Companhia concluiu a emissão de títulos subordinados, no valor de R\$4.006 (US\$750 milhões) vencimento em 2056 e juros com pagamentos semestrais à taxa inicial de 6% ao ano. A taxa de juros será reajustada a cada cinco anos, a partir de fevereiro de 2031.

Estes títulos possuem prioridade de pagamento apenas em relação ao capital social, sendo subordinados a todas as obrigações financeiras ou não financeiras da Vale. Adicionalmente, a Companhia possui o direito de diferir o pagamento dos juros até o vencimento do principal, condicionado a eventos que estão no controle da Vale.

Os recursos líquidos da emissão foram utilizados para finalidades corporativas gerais, incluindo, mas não se limitando, à recomposição de caixa após o pagamento da recompra parcial das debêntures participativas em novembro de 2025 (nota 23b).

b) Debêntures participativas

Por ocasião de sua privatização em 1997, a Companhia emitiu 388.559.056 debêntures participativas aos acionistas existentes, incluindo o Governo Brasileiro. Essas debêntures foram estruturadas para garantir que os acionistas pré-privatização participassem de eventuais benefícios futuros provenientes da exploração de determinados recursos minerais. Os detentores têm direito a pagamentos semestrais calculados como uma porcentagem da receita relacionada a esses recursos, deduzidos impostos, tarifas de transporte e despesas de seguro. A obrigação permanece vigente até que todos os recursos minerais abrangidos sejam exauridos, vendidos ou alienados.

Em novembro de 2025, a Vale concluiu a recompra de 89.410.390 debêntures participativas pelo valor de R\$3.755, incluindo o pagamento de prêmio no montante de R\$80, que está apresentado como "despesas financeiras" no resultado do exercício de 2025. A iniciativa representou uma redução de 23,01% do total de debêntures em circulação, otimizando a estrutura de capital da Companhia por meio da gestão de passivos financeiros e reforçando sua estratégia de alocação de capital.

O impacto das debêntures participativas no resultado financeiro está apresentado na nota 18, e o preço médio ponderado das negociações no mercado secundário do último mês de cada exercício está apresentado abaixo:

	Preço médio (R\$)		
	2025	2024	2023
Exercício findo em 31 de dezembro de			
Debêntures Participativas	41,46	35,33	35,80
A Companhia disponibilizou para saque a títulos de remuneração para seus debenturistas os valores a seguir:			
	Data da disponibilização	Valor de remuneração	
Remuneração referente ao primeiro semestre de 2025	1 de outubro de 2025	598	
Remuneração referente ao segundo semestre de 2024	1 de abril de 2025	760	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025		1.358	
Remuneração referente ao primeiro semestre de 2024	1 de outubro de 2024	527	
Remuneração referente ao segundo semestre de 2023	1 de abril de 2024	766	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024		1.293	
Remuneração referente ao primeiro semestre de 2023	2 de outubro de 2023	535	
Remuneração referente ao segundo semestre de 2022	3 de abril de 2023	637	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023		1.172	

Política contábil

As debêntures participativas são passivos financeiros mensuradas ao valor justo por meio do resultado com base na abordagem de mercado, representando o montante que seria pago pela aquisição destes títulos na data de mensuração e, portanto, também compreende implicitamente a remuneração ao debenturista. Para calcular o valor justo do passivo, a Companhia utiliza o preço médio ponderado das negociações no mercado secundário do último mês do período.

24. Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Reconciliação dos fluxos de caixa decorrentes dos passivos provenientes das atividades de financiamento

	Consolidado				
	Cotados no mercado secundário	Outros contratos de dívida no Brasil	Outros contratos de dívida no mercado internacional	Total empréstimos e financiamentos	Títulos subordinados
31 de dezembro de 2022	33.900	1.461	22.980	58.341	58.341
Adições	7.277	-	2.308	9.585	-
Pagamentos (i)	(2.637)	(248)	(330)	(3.215)	(3.215)
Juros pagos (ii)	(2.254)	(123)	(1.318)	(3.695)	(3.695)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2.386	(371)	660	2.675	2.675
Efeito de taxa de câmbio	(2.261)	-	(2.204)	(4.465)	(4.465)
Juros provisionados	2.157	121	1.546	3.824	3.824
Varição não caixa	(104)	121	(658)	(641)	(641)
31 de dezembro de 2023	36.182	1.211	22.982	60.375	60.375
Adições	11.389	-	15.312	26.701	-
Pagamentos (i)	(5.730)	(246)	(8.368)	(14.344)	(14.344)
Juros pagos (ii)	(2.891)	(106)	(1.713)	(4.710)	(4.710)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2.768	(352)	5.231	7.647	7.647
Aquisição da Aliança Energia	1.184	176	-	1.360	-
Efeito de taxa de câmbio	10.027	944	6.480	17.451	-
Juros provisionados	2.718	109	1.938	4.765	-
Varição não caixa	13.929	1.229	8.418	23.576	23.576
31 de dezembro de 2024	52.879	2.088	36.631	91.598	91.598
Adições	10.324	-	16.199	26.523	4.006
Custos de transação	-	-	-	-	(49)
Pagamentos (i)	(2.146)	(243)	(5.910)	(8.299)	(8.299)
Juros pagos (ii)	(3.398)	(129)	(2.063)	(5.590)	(5.590)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	4.780	(372)	8.226	12.634	3.957
Transferência para mantido para venda (Ativos de Energia)	(1.206)	(170)	-	(1.376)	(1.376)
Efeito de taxa de câmbio	(5.241)	(104)	(4.085)	(9.430)	120
Juros provisionados	4.104	128	2.121	6.353	24
Varição não caixa	(2.343)	(146)	(1.964)	(4.453)	144
31 de dezembro de 2025	55.316	1.570	42.893	99.779	4.101

	Controladora				
	Cotados no mercado secundário	Outros contratos de dívida no Brasil	Outros contratos de dívida no mercado internacional	Total	
31 de dezembro de 2022	3.870	1.460	10.152	15.482	
Adições	-	-	2.308	2.308	-
Pagamentos (i)	(211)	(247)	-	(458)	-
Juros pagos (ii)	(244)	(123)	(631)	(998)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(455)	(370)	1.677	852	
Efeito de taxa de câmbio	(176)	-	(876)	(1.052)	-
Juros provisionados	257	121	730	1.108	-
Varição não caixa	81	121	(146)	56	
31 de dezembro de 2023	3.496	1.211	11.683	16.390	
Adições	6.000	-	7.694	13.694	-
Pagamentos (i)	(321)	(241)	(2.973)	(3.535)	-
Juros pagos (ii)	(213)	(101)	(887)	(1.201)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	5.466	(342)	3.834	8.958	
Efeito de taxa de câmbio	629	944	2.811	4.384	-
Juros provisionados	192	102	957	1.251	-
Varição não caixa	821	1.046	3.768	5.635	
31 de dezembro de 2024	9.783	1.915	19.285	30.983	
Adições	6.000	-	3.299	9.299	-
Pagamentos (i)	(239)	(240)	(1.663)	(2.142)	-
Juros pagos (ii)	(747)	(126)	(1.058)	(1.931)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	5.014	(366)	578	5.226	
Efeito de taxa de câmbio	(1.149)	(102)	(2.200)	(2.451)	-
Juros provisionados	1.152	123	1.061	2.336	-
Varição não caixa	1.003	21	(1.139)	(115)	
31 de dezembro de 2025	15.800	1.570	18.724	36.094	

(i) Inclui despesas com recompra de bonds.
(ii) Classificado como atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa.

Adições em 2025

- No quarto trimestre de 2025, a Companhia (i) emitiu títulos subordinados no valor total de R\$4.006 (US\$750 milhões), com vencimento em 2056 e (ii) contratou empréstimos no valor total de R\$2.262 (US\$420 milhões), indexados à SOFR, ajustados por spread e com vencimento em 2029.
- No terceiro trimestre de 2025, a Companhia contratou empréstimos no valor total de R\$5.586 (US\$1.011 milhões), indexados à SOFR ou LPR, ajustados por spread e com vencimentos entre 2028 e 2030.
- No segundo trimestre de 2025, a Companhia (i) contratou empréstimos no valor total de R\$3.326 (US\$596 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de spread e com vencimentos entre 2026 e 2030, e (ii) emitiu debêntures no valor de R\$6 bilhões, com cupom de IPCA acrescido de 6,76% a 6,89% ao ano, pagos semestralmente. Esta emissão foi estruturada em três séries de R\$2 bilhões cada, com vencimentos em 2032, 2035 e 2037, e os recursos serão utilizados em projetos de investimento em infraestrutura relacionados às concessões ferroviárias.
- No primeiro trimestre de 2025, a Companhia (i) contratou empréstimos no valor total de R\$5.025 (US\$861 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de spread e com vencimentos entre 2026 e 2029, e (ii) emitiu bonds no valor de R\$4.324 (US\$750 milhões) com cupom de 6,40% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2054.

Pagamentos em 2025

- No quarto trimestre de 2025, a Companhia realizou pagamento de juros de debêntures, no valor de R\$391 (US\$71 milhões).
- No terceiro trimestre de 2025, a Companhia liquidou empréstimos no valor total de R\$2.490 (US\$449 milhões).
- No segundo trimestre de 2025, a Companhia realizou pagamento de juros de debêntures, no valor de R\$164 (US\$28 milhões).
- No primeiro trimestre de 2025, a Companhia amortizou empréstimos no valor de R\$862 (US\$150 milhões) e resgatou bonds com vencimentos em 2034, 2036 e 2039 no valor total de R\$1.890 (US\$329 milhões), pagando prêmio de R\$254 (US\$44 milhões), que foi registrado como "despesas financeiras" no resultado do período.

Adições em 2024

- No quarto trimestre de 2024, a Companhia (i) contratou um empréstimo com o Bank of Nova Scotia no valor de R\$1.672 (US\$300 milhões) indexado à SOFR acrescido de spread e com vencimento em 2027, (ii) emitiu debêntures no valor de R\$6.000 com cupom de IPCA acrescido de 6,38% a 6,43% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2034, 2036 e 2039. Os recursos foram recebidos em novembro de 2024 e serão utilizados em projetos de investimento em infraestrutura relacionados às concessões ferroviárias, (iii) contratou um empréstimo com o BNB Bank no valor de R\$1.704 (US\$300 milhões) indexado à SOFR acrescido de spread e com vencimento em 2029, (iv) contratou um empréstimo com o The Hongkong and Shanghai Banking Corporation no valor de R\$1.524 (US\$250 milhões) indexado à SOFR acrescido de spread e com vencimento em 2028, e (v) contratou um empréstimo com o DBS Bank no valor de R\$305 (US\$50 milhões) indexado à SOFR acrescido de spread e com vencimento em 2026.
- No terceiro trimestre de 2024, a Companhia contratou empréstimos no valor total de R\$5.330 (US\$962 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de spread e com vencimentos entre 2027 e 2029.
- No segundo trimestre de 2024, a Companhia (i) emitiu bonds de R\$5.389 (US\$1 bilhão) com cupom de 6,45% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2054, e (ii) contratou um empréstimo no valor de R\$451 (US\$90 milhões), indexado à SOFR, acrescido de spread e com vencimento em 2024.
- No primeiro trimestre de 2024, a Companhia contratou empréstimos no valor total de R\$4.326 (US\$870 milhões), indexados à SOFR, acrescidos de spread e com vencimentos entre 2024 e 2035.

Pagamentos em 2024

- No quarto trimestre de 2024, a Companhia liquidou o empréstimo contratado com o Banco HSBC, no valor de R\$1.513 (US\$250 milhões).
- No terceiro trimestre de 2024, a Companhia (i) liquidou empréstimos no valor total de R\$3.368 (US\$599 milhões), e (ii) resgatou bonds com vencimento em 2026, 2036 e 2039, no valor total de R\$5.251 (US\$970 milhões), pagando um prêmio de R\$275 (US\$50 milhões), que foi registrado como "despesas financeiras" no resultado do período.
- No primeiro trimestre de 2024, a Companhia realizou pagamento de juros e principal de debêntures, no valor de R\$226 (US\$46 milhões).
- Adições em 2023**
- No terceiro trimestre de 2023, a Companhia contratou empréstimo no valor de R\$727 (US\$150 milhões), indexada à SOFR com ajustes de spread e com vencimento em 2028 junto ao Citibank.
- No segundo trimestre de 2023, a Companhia emitiu bonds de R\$7.277 (US\$1.500 milhões) com cupom de 6,125% ao ano, pagos semestralmente, e com vencimento em 2033.
- No primeiro trimestre de 2023, a Companhia contratou um empréstimo com o Industrial and Commercial Bank of China Limited, Panama Branch ("ICBC") no valor de R\$1.581 (US\$300 milhões) indexado à SOFR acrescido de spread e com vencimento em 2028.
- Pagamentos em 2023**
- No segundo trimestre de 2023, a Companhia resgatou bonds com vencimentos em 2026, 2036 e 2039 no valor total de R\$2.426, pagando prêmio de R\$106, que foi registrado como "Despesas financeiras" no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- No primeiro trimestre de 2023, a Companhia realizou pagamento de juros e principal de debêntures, no valor de R\$124.

Provisões, contingências e outros compromissos

25. Rompimento da barragem de Brumadinho

Em janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos ("Barragem I") rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando danos ao meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho ("evento") resultou em 270 fatalidades ou fatalidades presumidas, incluindo duas mulheres grávidas, e causou extensos danos materiais e ambientais na região. Como consequência do rompimento da barragem, a Companhia possui provisões para atender às obrigações assumidas, indenizações individuais aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas impactadas e compensação à sociedade. Adicionalmente, a

Companhia incorreu em gastos que foram reconhecidos diretamente no resultado, tais como: manejo de rejeitos, serviços de comunicação, assistência humanitária, folha de pagamento, serviços jurídicos, abastecimento de água, entre outros.

Efeito no resultado

	Consolidado		
	2025	2024	2023
Exercício findo em 31 de dezembro de			
Acordo Judicial para Reparação Integral	373	(261)	191
Outras obrigações	1.258	953	2.135
Gastos reconhecidos diretamente no resultado	1.717	2.039	2.421
Seguro recebido	(45)	(61)	(149)
Rompimento da barragem de Brumadinho	3.303	2.670	4.598
Movimentações na provisão durante o exercício			

	Consolidado				
	31 de Dezembro de 2024	Mudança de estimativas	Atualização monetária e ajuste ao valor presente	Desembolsos	31 de dezembro de 2025
Acordo Judicial para Reparação Integral					
Obrigações de pagamento	1.885	10	231	(1.086)	1.040
Provisão para reparação socioeconômica e outros	2.025	5	250	(535)	1.745
Provisão para reparação e compensação socioambiental	3.300	358	445	(1.267)	2.836
	7.210	373	926	(2.888)	5.621

Outras obrigações

Contenção de rejeitos, segurança geotécnica e compensação socioambiental	3.121	419	371	(930)	2.981
Indenização individual	301	332	46	(266)	413
Outros	1.566	507	167	(742)	1.498
	4.988	1.258	584	(1.938)	4.892
	12.198	1.631	1.510	(4.826)	10.513

Passivo

Os fluxos de caixa das obrigações estão projetados por um período médio de 5 a 7 anos e foram descontados por uma taxa de desconto em termos reais, que variou de 7,88% em 31 de dezembro de 2024 para 8,07% em 31 de dezembro de 2025.

Acordo Judicial para Reparação Integral

Em 4 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou um Acordo Judicial para Reparação Integral ("Acordo"), que estava sendo negociado desde 2019, com o Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Minas Gerais, para a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais decorrentes do rompimento da Barragem I. Com o Acordo, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos difusos e difusos contidos nas ações civis públicas movidas contra a Companhia foram substancialmente resolvidos.

O Acordo é segmentado entre: (i) obrigações a pagar diretamente ao Governo do Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça, com o objetivo de executar projetos de reparação socioeconômica e compensação socioambiental; (ii) projetos de reparação socioeconômica em Brumadinho e outros 25 municípios da Bacia do Rio Paraopeba; e (iii) plano de reparação dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Estas obrigações estão projetadas por um período médio de 5 anos.

Adicionalmente, o Acordo endereça os danos socioeconômicos difusos e coletivos decorrentes do rompimento, ficando excetuados os danos supervenientes, os individuais e os individuais homogêneos de natureza divisível, conforme os pedidos das ações judiciais não extintos pelo Acordo.

Para as obrigações elencadas nos itens (i) e (ii), os valores estão definidos no Acordo. Para a recuperação ambiental, cujos valores estimados fazem parte do Acordo, não possui limite de valor em virtude da obrigação legal da Companhia de reparar integralmente os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Portanto, embora a Vale monitore essa provisão, os montantes provisionados estão sujeitos a alterações, dependendo de diversos fatores que não estão sob o controle da Companhia.

Outras obrigações

A Companhia também está trabalhando na segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos residuais da Barragem I, incluindo o dragagem de parte do material liberado e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba.

No âmbito das indenizações individuais, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram, em 5 de abril de 2019, um termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos de indenização, os quais foram definidos com base superiores à jurisprudência dos Tribunais brasileiros, observando preceitos e normas da Organização das Nações Unidas ("ONU").

a) Principais passivos contingentes

Ação coletiva nos Estados Unidos da América

A Vale está se defendendo de uma ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários - American Depository Receipts ("ADRs") - de emissão da Vale.

Em agosto de 2024 foi realizada uma audiência com o Juiz do caso para apreciação do pedido da Vale de não-certificação da classe ("motion for class decertification") e sustentação oral sobre exclusão de alguns dos peritos. No momento, aguarda-se uma decisão do Juiz sobre os pedidos.

Em novembro de 2021, uma nova Reclamação ("Complaint") foi distribuída por oito fundos de investimentos que optaram em requerer reparação por supostos prejuízos de forma autônoma e separadamente dos membros de classe da ação principal, com as mesmas alegações apresentadas na ação coletiva principal. Desde dezembro de 2023, aguarda-se uma decisão do Juiz sobre a defesa preliminar apresentada pela Vale ("motion to dismiss").

A expectativa de perda destes processos é classificada como possível. No entanto, considerando a fase atual dessas ações, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda. Os Autores não especificaram valores dos prejuízos alegados nas respectivas demandas.

Arbitragens no Brasil movidas por acionistas, uma associação de classe e fundos de investimento estrangeiros

No Brasil, a Vale está se defendendo de uma arbitragem movida por 385 acionistas minoritários e três arbitragens movidas por pessoas jurídicas estrangeiras. A Vale figurava, ainda, como requerida em duas arbitragens coletivas instauradas por associação de classe que supostamente representaria os acionistas da Companhia, que foram extintas em agosto de 2024, dado o acolhimento dos repetidos pedidos da companhia, em razão da falta de pagamento das custas pela associação requerente.

novembro de 2025, decisão reconhecendo a responsabilidade da BHP à luz da legislação brasileira. A decisão também confirmou a validade das renúncias e termos de quitação assinados por reclamantes já indenizados no Brasil, o que reduzirá o número de reclamantes e o valor das demandas.

Em função desta decisão, a expectativa de perda em relação a este processo passou a ser classificada como provável e a Companhia reconheceu uma provisão adicional de R\$2.450 (US\$449 milhões) no resultado do exercício como "Resultado de participações e outros resultados em coligadas e *joint ventures*", que está apresentada no balanço patrimonial como parte da rubrica "Passivos relacionados à participação em coligadas e *joint ventures*" por estar associada ao rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, de propriedade da Samarco.

A BHP apresentou requerimento para apelação contra a decisão da primeira fase, o qual se encontra pendente de apreciação. Eventual recurso de apelação não suspende o andamento do processo, que seguirá para a segunda fase de julgamento, destinada à discussão e definição de temas relativos ao cabimento e à extensão dos danos, cujo início deverá ocorrer em 2027. Após, é provável ainda que o tribunal inglês defina uma terceira etapa para apuração em relação a eventuais valores de indenizações.

Ação judicial na Holanda - Uma ação judicial foi movida contra a Companhia por determinados municípios brasileiros, uma empresa e uma fundação, que representa milhares de indivíduos e algumas entidades, e que alegam ter sido afetados pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco em 2015.

Em março de 2024, o tribunal de Amsterdam concedeu uma medida cautelar, em prejuízo, para bloquear as ações da Vale S.A. na Vale Holdings B.V., uma subsidiária integral constituída na Holanda, e os direitos econômicos relacionados a essas ações, em garantia do valor aproximado de R\$5.952 (EUR920 milhões). Em 2025, com a adesão de três municípios (Iapu, Ponte Nova e Rio Casca) ao Acordo Definitivo, estes deixaram de compor o litígio e o montante da garantia foi reduzido para aproximadamente R\$4.822 (EUR 745,4 milhões). Em outubro de 2025, a Vale apresentou sua defesa quanto à jurisdição da ação movida contra a Companhia e primeira audiência da primeira etapa do procedimento ocorrerá no segundo semestre de 2026.

A expectativa de perda deste processo é classificada como possível. No entanto, considerando a fase atual dessa ação, não é possível estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda neste momento, podendo a estimativa ser quantificada conforme o curso do processo.

d) Recuperação Judicial da Samarco

Em abril de 2021, a Samarco anunciou o pedido de Recuperação Judicial ("RJ") ajuizado junto à Justiça de Minas Gerais para renegociar sua dívida, que estava em poder de detentores estrangeiros de títulos de dívida. A RJ é uma forma da Samarco reestruturar suas dívidas e estabelecer uma posição financeira independente e sustentável, permitindo que a Samarco continuasse trabalhando na retomada de suas operações com segurança e cumprindo com suas obrigações de mitigação, reparação e compensação dos danos.

Em maio de 2023, a Vale S.A. firmou um acordo vinculante em conjunto com a BHPB, a Samarco e determinados credores que detinham em conjunto mais de 50% dos títulos de dívida da Samarco, que estabeleceu os parâmetros para a reestruturação da dívida por meio de um plano de uma reestruturação consensual, o qual foi aprovado pelos credores, submetido à Justiça de Minas Gerais em julho de 2023 e homologado pelo juiz em setembro de 2023.

Em dezembro de 2023, os R\$24 bilhões (US\$4,8 bilhões) de dívida financeira existente da Samarco detidos pelos credores foram trocados por aproximadamente R\$19 bilhões (US\$3,9 bilhões) de dívida de longo prazo sem garantia e com atualização de juros pelo período de 2023 a 2031.

Após a execução do plano, a Samarco possui uma estrutura de capital adequada, em linha com seu *ramp-up* operacional e geração de fluxo de caixa. O plano considera pagamentos para a reparação e compensação limitados a R\$5 bilhões (US\$1 bilhão) pelo período de 2024 a 2030, dos quais R\$2.353 já foram incorridos, e prevê que, após esse período, a Samarco terá capacidade de realizar contribuições adicionais com base em suas projeções de geração de caixa.

Em agosto de 2025, o processo de recuperação judicial da Samarco foi concluído por decisão da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, com parecer favorável do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que concluiu que a recuperação judicial cumpriu sua finalidade. A Samarco continuará cumprindo com as obrigações remanescentes, nos termos e prazos estabelecidos.

e) Informações financeiras resumidas da Samarco

As demonstrações financeiras individuais dessa entidade podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Vale.

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024
Ativos circulantes	5.655	4.078
Ativos não circulantes	31.684	18.107
Ativo	37.339	22.185
Passivos circulantes	13.995	24.930
Passivos não circulantes	111.302	109.001
Total dos passivos	125.297	133.931
Patrimônio líquido negativo	(87.958)	(111.746)
Prejuízo do exercício	(25.816)	(39.747)

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é reconhecida como "Resultado de equivalência patrimonial e outros resultados em coligadas e *joint ventures*" na demonstração do resultado. As provisões são reconhecidas e subsequentemente mensuradas pelo valor presente da estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia. O efeito relacionado a passagem do tempo é reconhecido no resultado financeiro do respectivo exercício.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Conforme a legislação societária brasileira, e nos termos do acordo da joint venture, a Companhia não tem a obrigação de prover recursos à Samarco. Como consequência, o investimento da Companhia na Samarco teve seu valor recuperável reduzido a zero e nenhuma provisão relacionada ao patrimônio líquido negativo da Samarco foi reconhecida.

A provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco requer o uso de premissas e estimativas, que podem alterar significativamente em função do: (i) custo para a conclusão dos programas no âmbito do Acordo Definitivo, (ii) a extensão em que a Samarco será capaz de pagar diretamente suas obrigações futuras relativas à reparação e compensação, considerando que suas projeções de fluxos de caixa dependem principalmente da capacidade da Samarco de retomar os níveis máximos de produção e dos preços das *commodities*, (iii) resolução de ações judiciais potenciais e já existentes, e (iv) atualizações da taxa de desconto. Como resultado, os gastos no futuro podem diferir dos montantes provisionados e as alterações nessas estimativas podem resultar num impacto material no montante da provisão no futuro.

27. Processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos cíveis, tributários, ambientais e trabalhistas.

A Companhia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

As ações judiciais relacionadas ao evento de Brumadinho (nota 25) e ao rompimento da barragem da Samarco (nota 26) estão apresentadas nas respectivas notas explicativas e, portanto, não estão apresentadas a seguir.

a) Processos judiciais e administrativos provisionados

Efeito no resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de	2025	2024	Consolidado	2025	2024
Provisões tributárias	310	473	(38)	297	440
Provisões cíveis	(125)	140	341	(137)	160
Provisões trabalhistas	957	1.051	834	913	1.032
Provisões ambientais	171	17	1	168	16
Total	1.313	1.681	1.138	1.241	1.648

Movimentações nas provisões durante o exercício

	Consolidado				
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.245	1.790	2.989	248	6.272
Adições e reversões, líquido	310	(125)	957	171	1.313
Pagamentos	(188)	(985)	(566)	(168)	(1.907)
Atualizações monetárias	262	170	236	8	676
Transferências para mantido para venda e tributos a recolher	(433)	(28)	(1)	(154)	(616)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.196	822	3.615	105	5.738

	Controladora				
	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.211	1.575	2.954	84	5.824
Adições e reversões, líquido	297	(137)	913	168	1.241
Pagamentos	(173)	(985)	(552)	(168)	(1.878)
Atualizações monetárias	260	150	229	8	647
Transferências para mantido para venda e tributos a recolher	(433)	-	-	-	(433)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.162	603	3.544	92	5.401

A Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Processos tributários - A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados principalmente à incidência de PIS e Cofins, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e outros tributos. O contencioso tributário relacionado a tributos sobre o lucro está apresentado na nota explicativa 5(d).

Processos cíveis - Ações em que são discutidas: (i) indenizações de prejuízos, pagamentos e multas contratuais em função de descumprimento de contratos que são alegados por fornecedores, e (ii) ações de natureza fundiária que se referem a imóveis operacionais da Vale.

Processos trabalhistas - Ações judiciais trabalhistas de empregados próprios e de terceiros, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem horas extras, danos morais, adicional de periculosidade e insalubridade.

Processos ambientais - Ações em que são discutidos danos ambientais e questões relacionadas ao licenciamento ambiental.

As ações judiciais relacionadas ao evento de Brumadinho (nota 25) e ao rompimento da barragem da Samarco (nota 26) estão apresentadas nas respectivas notas explicativas e, portanto, não estão apresentadas acima.

b) Processos judiciais e administrativos não provisionados

31 de dezembro de	2025	2024	Consolidado	2025	2024
Processos tributários	39.715	37.122	39.030	36.309	36.309
Processos cíveis	11.617	7.891	10.255	6.444	6.444
Processos trabalhistas	2.070	1.809	1.956	1.683	1.683
Processos ambientais	6.610	6.499	4.794	4.673	4.673
Total	60.012	53.321	56.035	49.109	49.109

Os passivos contingentes relevantes, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir

Processos tributários - Compensação financeira pela exploração de recursos minerais ("CFEM")

A Companhia é parte em vários processos administrativos e judiciais relacionados ao *royalty* da mineração conhecido como CFEM. Os processos decorrem de autuações promovidas pelo Agência Nacional de Mineração ("ANM", antigo "DNPM"), cujas principais discussões envolvem a dedução dos tributos e dos custos de seguros e transportes destacados em nota fiscal na apuração da CFEM, além da incidência deste *royalty* sobre pellets e receitas das vendas realizadas pelas controladas da Companhia no exterior. Estes processos têm prognóstico de perda possível, no montante de R\$12.662 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$11.358).

Processos tributários - PIS/COFINS

A Companhia é parte em diversas cobranças relacionadas à suposta tomada indevida de crédito de PIS e COFINS (tributos federais cobrados sobre a receita bruta das empresas). A legislação tributária brasileira autoriza que os contribuintes utilizem créditos tributários de PIS e COFINS, tais como aqueles referentes à aquisição de insumos para o processo produtivo e outras rubricas. As autoridades fiscais alegam principalmente, que (i) alguns créditos não estavam relacionados ao processo produtivo, e (ii) não foi comprovado adequamento do direito à utilização dos créditos tributários. A Companhia está discutindo as referidas cobranças relativas aos créditos apurados a partir de 2002. As chances de perda relacionadas a estes processos classificadas como possíveis totalizam R\$15.538 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$14.397).

Processos tributários - Imposto sobre Serviços ("ISS")

A Companhia está envolvida em vários processos administrativos e judiciais relativos a cobranças de ISS em diferentes municípios brasileiros. Nesses processos, as principais alegações das autoridades fiscais são (i) que a base de cálculo utilizada estaria incorreta; (ii) ausência de recolhimento de ISS referente a serviços de administração de bens e negócios de terceiros e (iii) incidência do imposto sobre a movimentação portuária de mercadoria própria ("Autosserviço"). O valor total classificado com prognóstico de perda possível é R\$4.369 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$4.574).

Processos tributários - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")

A Companhia é parte em vários processos administrativos e judiciais relativos a cobranças de ICMS e multa em diferentes estados brasileiros. Nesses processos, as principais alegações das autoridades fiscais são (i) tomadas de crédito indevido; (ii) incidência do imposto nas aquisições de energia elétrica; (iii) operações relacionadas ao recolhimento de diferencial de alíquota ("DIFAL"); e (iv) incidência do ICMS sobre transporte próprio. O valor total classificado com prognóstico de perda possível é de R\$2.932 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$2.407).

Processos cíveis - Autos de infração recebidos da Agência Nacional de Mineração ("ANM")

Em 2026 (evento subsequente), a Vale recebeu autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), relacionados à mina de Pico em Itabirito (MG), à mina de Mar Azul em Nova Lima (MG) e ao extravasamento ocorrido na casa 18 da Mina de Fábrica em Congonhas (MG), para a cobrança de multa nos valores de R\$128, R\$1.150 e R\$409, respectivamente, com base em supostas infrações previstas nas resoluções da ANM. A Companhia apresentará defesas administrativas contestando as referidas autuações, e o prognóstico de perda foi classificado como possível.

Processos cíveis - Ação Civil Pública na Mina do Tamandá

Em agosto de 2025, a Advocacia-Geral da União ajuizou uma ação civil pública contra a Vale no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, sob o fundamento de suposta lavra em área fora da poligonal da Mina do Tamandá, localizada em Nova Lima (MG). O valor do pedido é de R\$2.096 e a expectativa de perda deste processo é classificada como possível em 31 de dezembro de 2025.

Processos ambientais - Operação de minério de ferro em Itabira

A Companhia é parte em duas ações movidas pelo município de Itabira, no estado de Minas Gerais. A primeira é uma ação civil pública ajuizada pelo município de Itabira em agosto de 1996, na qual se alega que as operações da Vale de minério de ferro em Itabira causaram

danos ambientais, sociais e danos relativos à suposta degradação ambiental do local, bem como requer a recuperação imediata do complexo ecológico afetado e a realização de programas ambientais compensatórios na região. Na segunda ação, ajuizada em setembro de 1996, o município de Itabira reivindica o direito de ser ressarcido pelas despesas incorridas com relação aos serviços públicos prestados em decorrência das atividades de mineração. Os danos pleiteados, atualizados desde a data da ação, totalizam R\$3.153 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$2.850). Ambas as ações se encontram em fase de instrução processual e a Companhia avaliou que o risco de perda é possível.

Processos ambientais - Ação Civil Pública de Maravilhas II e III e Forquilhas V

A Companhia é parte em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais e pelo município de Jeceaba solicitando a suspensão do descarte de rejeitos nas barragens de Maravilhas II e III (complexo de Vargem Grande) e Forquilhas V (complexo de Fábrica). As ações estão em curso e aguarda-se a produção de provas para posterior julgamento do processo. A Companhia entende que o risco de perda é possível. Contudo, o montante de eventuais perdas resultantes da possível paralisação destas operações ou ações de compensação não podem ser estimadas com confiabilidade.

Processos ambientais - Ações relacionadas ao Porto de Tubarão

Em julho de 2006, a Associação Nacional dos Amigos do Meio Ambiente (ANAMA) ajuizou uma ação coletiva contra a Vale, o Estado do Espírito Santo, o Instituto do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo (IEMA), o Município de Vitória, a União Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A ANAMA pediu uma indenização pela poluição alegadamente causada na Região Metropolitana do Município de Vitória e suspensão da licença de operação. Em 2018, a Companhia celebrou um acordo que estabeleceu investimentos para melhorar o controle das emissões atmosféricas no Porto de Tubarão e nas usinas de polietileno. Esse acordo deveria ter interrompido o prosseguimento da ação judicial. No entanto, apesar das conclusões da prova técnica judicial e da execução do acordo, em novembro de 2023, o tribunal estabeleceu que a Vale apresentasse provas técnicas complementares para avaliar a contribuição da Companhia para a qualidade do ar da região metropolitana de Vitória, no estado do Espírito Santo. A Companhia está se defendendo destes processos e entende que o risco de perda é possível, contudo, o montante de eventuais perdas resultantes da possível paralisação desta operação ou ações de compensação para impedir a suspensão desta licença não podem ser estimadas com confiabilidade.

Processos ambientais - Acidente Stella Banner

Em dezembro de 2020, o MPF ajuizou uma ação civil pública contra a Vale buscando indenização pelos supostos danos ambientais e reembolso das despesas incorridas pelas autoridades públicas. Em abril de 2022, o MPF ajuizou uma ação penal perante a Justiça Federal contra o capitão da transportadora, a Polaris e a Vale, por suposto crime de poluição por meio do despejo não autorizado de resíduos oleosos. Em novembro de 2023, o tribunal aceitou a denúncia pelo suposto crime de poluição por meio do despejo de óleo no mar. A Companhia está se defendendo destes processos e entende que o risco de perda é possível, contudo, o montante de eventuais perdas não pode ser estimado com confiabilidade.

c) Depósitos judiciais

31 de dezembro de	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Processos tributários	2.124	2.096	2.069	2.045
Processos cíveis	857	481	813	450
Processos trabalhistas	531	681	504	653
Processos ambientais	68	68	67	60
Total	3.580	3.326	3.453	3.208

d) Garantias contratadas para processos judiciais e administrativos

Além dos depósitos judiciais tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais acima, a Companhia contratou R\$19,2 bilhões (31 de dezembro de 2024: R\$17,8 bilhões) de garantias para processos judiciais como alternativa aos depósitos judiciais.

Política ambiental

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é reconhecida como "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

As provisões são reconhecidas e subsequentemente mensuradas pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia.

Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial/administrativo ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais e administrativos são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

28. Compromissos e garantias concedidas

A Companhia possui compromissos contratuais não reconhecidos relacionados a contratos de longo prazo para aquisição de matérias-primas essenciais às operações e contratação de serviços diversos no montante de R\$30.323 (2024: R\$39.761).

A Vale também possui garantias concedidas à coligadas e *joint ventures* e para obrigação de descomissionamento de ativos, que estão demonstradas a seguir:

31 de dezembro de	2025			2024		
	Valor da garantia	Caixa restrito	Passivo registrado	Valor da garantia	Caixa restrito	Passivo registrado
Coligadas e <i>joint ventures</i>	1.284	-	1	1.299	-	1
Obrigações para descomissionamento de ativos	6.240	-	-	6.756	-	-
	7.524	-	1	8.055	-	1

Garantias relacionadas para determinadas coligadas e *joint ventures* - A Companhia possui, no limite de sua participação direta ou indireta, garantias para determinadas coligadas e *joint ventures*.

Garantias relacionadas a obrigação de descomissionamento de ativos - A Companhia possui garantias financeiras para as obrigações de descomissionamento de ativos de suas operações de Vale Metais Básicos no Canadá. Adicionalmente, na Indonésia, a Companhia possui depósitos bancários para garantir a execução das obrigações de descomissionamento de ativos.

Garantia de empréstimos e financiamentos - Os *bonds* emitidos pela Companhia por meio de sua subsidiária integral Vale Overseas Limited são totalmente garantidos pela Controladora.

Estrutura de capital

29. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$77.300, correspondendo a 4.539.007.580 ações escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão e cancelamento de ações ordinárias, inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

	31 de dezembro de 2025		
	Ações ordinárias	Golden shares	Total
Previ (i)	381.002.396	-	381.002.396
Mitsui&co (i)	286.347.055	-	286.347.055
Blackrock, Inc (ii)	267.178.371	-	267.178.371
Acionistas com mais de 5% do capital total	934.527.822	-	934.527.822
Free floating	3.334.252.319	-	3.334.252.319
<i>Golden shares</i> (iii)	-	12	12
Total em circulação (sem ações em tesouraria)	4.268.780.141	12	4.268.780.153
Ações em tesouraria	270.227.427	-	270.227.427
Capital total	4.539.007.568	12	4.539.007.580

(i) Reflete a quantidade de ações detidas pelo acionista, conforme extrato disponibilizado pelo escriturador baseado nas informações da B3.

(ii) Reflete a quantidade de ações declaradas pela Blackrock Inc. no Schedule 13G/A, arquivado na SEC.

(iii) Reflete a quantidade de ações preferenciais de classe especial ("*golden shares*") detidas pelo Governo Federal, as quais conferem poderes de veto limitado sobre determinadas deliberações da Companhia, bem como o direito de eleger e destituir um membro para o Conselho Fiscal.



e.i) Movimentação do saldo de dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.046
Adição por deliberação do CA em relação ao exercício anterior	9.143
Adição por deliberação do CA em antecipação a remuneração do exercício corrente	23.381
Imposto de renda sobre JCP deliberado	(1.759)
Pagamento	(18.212)
Remuneração prescrita	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.588

f) Reservas de lucro

	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva estatutária	Reserva de retenção de lucro	Reserva de remuneração adicional proposta	Total de reservas de lucro
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.459	23.040	48.782	18.667	2.265	108.213
Destinação do resultado	-	4.505	5.403	-	12	22
Deliberação de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	(2)	(2)
Ações em tesouraria canceladas	-	-	(21)	-	-	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.459	27.545	32.788	18.667	11.722	106.181
Destinação do resultado	-	2.009	9.278	-	9.143	20.430
Deliberação de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	(11.722)	(11.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.459	29.554	42.066	18.667	9.143	114.889
Destinação do resultado	-	3.081	-	-	-	3.081
Deliberação de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	(12.648)	(9.143)	(21.791)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.459	32.635	42.066	6.019	-	96.179

Reserva legal - As empresas brasileiras de capital aberto têm a obrigação de reter 5% do lucro líquido anual, até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. Em 2022, o limite de 20% do capital social para constituição da reserva legal foi atingido, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404 e artigo 39 do Estatuto Social da Companhia.

Partes relacionadas

30. Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures

	Atividade principal	% de participação	31 de dezembro de 2024	Adições e capitalizações	Resultado de participações societárias	Dividendos declarados	Ajuste de conversão de moeda	Transferência para mantido para venda (nota 31a)	Remensuração a valor justo	Outros	31 de dezembro de 2025
Coligadas e joint ventures											
No Brasil											
Aliança Geração de Energia S.A. (ii)	Energia	30,00	-	-	44	(31)	51	-	1.262	-	1.326
Aliança Norte Energia Participações S.A.	Energia	51,00	459	-	(93)	-	-	-	-	-	366
Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A.	Minério de ferro	15,00	4.104	7	671	(799)	(407)	-	-	(4)	3.572
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,00	468	-	68	(53)	-	-	-	-	483
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,89	257	-	34	(46)	-	-	-	-	245
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização	Pelotas	50,90	377	-	25	(16)	-	-	-	29	415
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	Pelotas	51,00	800	-	116	(57)	-	-	-	2	861
MRS Logística S.A.	Logística	49,01	3.659	-	762	-	-	-	-	-	4.421
Samarco Mineração S.A. (nota 26)	Pelotas	50,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VLI S.A.	Logística	29,60	2.111	-	369	(225)	-	-	-	-	2.255
Outros	-	-	435	8	15	(4)	-	-	-	(130)	324
No exterior											
PT Vale Indonesia Tbk	Vale Metais Básicos	33,88	11.676	-	(175)	(67)	(1.295)	-	-	(1)	10.138
Vale Oman Distribution Center	Logística	50,00	3.812	-	184	(305)	(423)	-	-	-	3.268
Outros resultados de participações societárias (iii)	-	-	-	-	(3.190)	-	-	-	-	-	-
Total Consolidado			28.158	15	(1.170)	(1.603)	(2.074)	-	1.262	(104)	27.674
Controladas diretas											
No Brasil											
Aliança Geração de Energia S.A. (i)	Energia	-	5.995	-	297	-	-	(5.618)	-	(674)	-
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba	Minério de ferro	100,00	557	-	180	(122)	-	-	-	27	642
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	Minério de ferro	100,00	1.401	-	135	(650)	-	-	-	-	886
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - Ágio	-	-	4.060	-	-	-	-	-	-	-	4.060
Tecnored Desenvolvimento Tecnológico S.A.	Minério de ferro	100,00	133	142	(94)	-	-	-	-	-	181
Valepar - Ágio	-	-	3.073	-	-	-	-	-	-	-	3.073
Outros	-	-	865	279	(81)	(22)	-	-	-	205	1.246
No exterior											
Vale Holdings B.V.	Holding	100,00	108.208	-	(5.028)	-	(8.057)	-	-	686	95.809
Outros	-	-	290	185	(154)	-	(31)	-	-	-	290
Total Controladora			152.740	621	(4.745)	(2.397)	(10.162)	(5.618)	1.262	140	133.861

(i) O valor apresentado na coluna "Outros" refere-se à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no montante de R\$674, alocado ao ágio no investimento da Aliança Geração de Energia S.A. (nota 31a).
 (ii) Refere-se a remensuração a valor justo da parcela de 30% detida na Aliança Geração de Energia S.A., após o fechamento da transação de desinvestimento (nota 31a).
 (iii) Refere-se substancialmente ao complemento da provisão relacionada ao rompimento da barragem da Samarco (nota 26b).

a) Informações financeiras resumidas

As informações financeiras resumidas das coligadas e *joint ventures* relevantes para a Companhia são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Vale e utilizando as mais recentes informações financeiras disponíveis, ajustadas pelos efeitos de transações ou eventos significativos que ocorreram entre a data da informação financeira e a data das demonstrações financeiras da Companhia. As informações financeiras resumidas da Samarco estão apresentadas na nota 26.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025									
	Aliança Geração de Energia S.A.	Aliança Norte Energia Participações	Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A.	Plantas de pelotização (i)	MRS Logística	PT Vale Indonesia	Vale Oman Distribution Center	VLI S.A.		
Ativo circulante	1.233	1	3.544	1.556	5.548	5.051	869	4.382		
Ativo não circulante	8.442	725	41.529	2.679	19.347	27.870	9.194	17.820		
Total dos ativos	9.675	726	45.073	4.235	24.895	32.921	10.063	22.202		
Passivo circulante	600	-	5.816	281	3.233	1.948	319	2.816		
Passivo não circulante	4.655	8	15.445	4	12.641	1.051	3.208	11.768		
Total dos passivos	5.255	8	21.261	285	15.874	2.999	3.527	14.584		
Patrimônio líquido	4.420	718	23.812	3.950	9.021	29.922	6.536	7.618		
Receita líquida	653	-	11.121	754	7.585	5.530	1.586	9.313		
Lucro líquido (prejuízo)	147	(183)	4.471	479	1.555	(516)	368	1.246		

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024									
	Aliança Geração de Energia S.A.	Aliança Norte Energia Participações	Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A.	Plantas de pelotização (i)	MRS Logística	PT Vale Indonesia	Vale Oman Distribution Center	VLI S.A.		
Ativo circulante	1	4.231	2.287	5.373	7.325	548	4.868			
Ativo não circulante	907	51.863	2.316	15.240	29.686	11.018	17.073			
Total dos ativos	908	56.094	4.603	20.613	37.011	11.566	21.941			
Passivo circulante	-	6.395	852	3.390	1.635	251	4.947			
Passivo não circulante	8	12.884	5	9.757	914	3.691	9.863			
Total dos passivos	8	19.279	857	13.147	2.549	3.942	14.810			
Patrimônio líquido	900	36.815	3.746	7.466	34.462	7.624	7.131			
Receita líquida	-	11.245	1.656	7.025	2.683	414	9.192			
Lucro líquido (prejuízo)	(108)	2.162	1.050	1.416	(526)	183	1.484			

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Italo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

b) Participação de acionistas não controladores

Informações financeiras resumidas

As informações financeiras resumidas, antes das eliminações intergrupo, das controladas com participação de acionistas não controladores materiais são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Vale.

	31 de dezembro de 2025			
	Vale Base	Metals Limited	Outros	Total
Ativo circulante	87	-	-	-
Ativo não circulante	60.533	-	-	-
Partes relacionadas com acionistas controladores	5.749	-	-	-
Total dos ativos	66.369	-	-	-
Passivo circulante	123	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-	-
Partes relacionadas com acionistas controladores	12.450	-	-	-
Total dos passivos	12.573	-	-	-
Patrimônio líquido	53.796	-	-	-
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) atribuído aos acionistas não controladores	5.380	(753)	4.627	
Prejuízo	(18.301)	-	-	-
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(1.830)	(173)	(2.003)	
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	-	-	-	-
	31 de dezembro de 2024			
	Vale Base	Metals Limited	Outros	Total
Ativo circulante	114	-	-	-
Ativo não circulante	81.372	-	-	-
Partes relacionadas com acionistas controladores	1.542	-	-	-
Total dos ativos	83.028	-	-	-
Passivo circulante	-	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-	-
Partes relacionadas com acionistas controladores	7.180	-	-	-
Total dos passivos	7.180	-	-	-
Patrimônio líquido	75.848	-	-	-
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) atribuído aos acionistas não controladores	7.585	(637)	6.948	
Prejuízo	(12.813)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	(1.174)	13	(1.161)	
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	-	1	1	
	31 de dezembro de 2023			
	PTVI	Outros	Total	
Ativo circulante	4.285	-	-	-
Ativo não circulante	14.409	-	-	-
Partes relacionadas com acionistas controladores	403	-	-	-
Total dos ativos	19.097	-	-	-
Passivo circulante	1.070	-	-	-
Passivo não circulante	1.159	-	-	-
Partes relacionadas com acionistas controladores	-	-	-	-
Total dos passivos	2.229	-	-	-
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo)	16.868	-	-	-
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) atribuído aos acionistas não controladores	7.742	(382)	7.360	
Lucro líquido	1.027	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	721	(107)	614	
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	167	41	208	

Política contábil

Controladas - A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando: (i) a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e (ii) tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é adquirido pela Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle sobre a investida.

Transações com participações de não controladores - Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da Vale são classificados como acionista não controlador ("NCI"). A Companhia trata as transações com acionistas não controladores como operações com acionistas da Companhia. Para as compras ou alienações de participações de acionistas não controladores, a diferença entre a consideração paga e o valor contábil da parcela adquirida dos ativos líquidos da controlada é registrada diretamente no patrimônio líquido em "Aquisições e baixas de acionistas não controladores".

Reserva de incentivos fiscais - Resulta da opção de designar a parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo e incentivos fiscais. O montante registrado nesta reserva refere-se substancialmente aos incentivos vinculados às subvenções destinadas a investimentos realizados no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM).

Reserva estatutária - Tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia. O Estatuto Social limita a constituição da reserva em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível, até o montante do capital social.

Reserva de retenção de lucro - É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, conforme a legislação brasileira.

Reserva de remuneração adicional proposta - Resulta da parcela da remuneração proposta pela Administração, que exceda a remuneração mínima obrigatória de 25% do lucro líquido ajustado.

Política contábil

Capital social e ações em tesouraria - A Companhia mantém ações em tesouraria para uma futura alienação, cancelamento ou para o pagamento dos programas de remuneração de longo prazo dos executivos. Estas ações são reconhecidas em conta específica como redutores do patrimônio líquido ao valor de aquisição e mantidas ao valor de custo da operação. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Remuneração aos acionistas - A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Estatuto Social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"). O cálculo é baseado nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não poderão exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucros, conforme determinado pela lei societária brasileira.

O benefício da Companhia, em contraposição ao pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos com o imposto de renda, pois estas despesas de juros são dedutíveis no Brasil. Sobre a parcela da remuneração referente aos juros sobre capital próprio a Companhia retém 15% de imposto de renda em nome dos acionistas. Segundo a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio são considerados como parte do dividendo mínimo anual. Esta distribuição a título de JCP é tratada para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo e o crédito fiscal registrado no resultado.

Perda de controle - Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Investimento em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto ("joint arrangements") - Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. Empreendimentos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em empreendimentos em conjunto são classificados como operações em conjunto ("*joint operations*") ou empreendimentos controlados em conjunto ("

Em setembro de 2025, os ativos de energia do parque solar Sol do Cerrado e da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves foram transferidos da Vale S.A. para a Aliança, e a Companhia concluiu a referida transação pelo valor de R\$4.616 (US\$871 milhões), composto por um recebimento de caixa de R\$5.332 (US\$1.006 milhões), líquido de uma redução de R\$716 (US\$135 milhões) no investimento remanescente na Aliança em função de um empréstimo assumido pela investida no contexto da transação.

Como resultado da transação, a Vale reconheceu uma perda de R\$472 no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos", e perdeu o controle sobre a Aliança. Consequentemente, a Companhia não irá mais consolidar a Aliança, sendo a participação remanescente contabilizada como uma coligada, por meio do método da equivalência patrimonial. Os efeitos desta transação estão sumarizados abaixo:

	Setembro de 2025
Caixa recebido	5.332
Reconhecimento do investimento remanescente de 30% a valor justo	1.262
(-) Desreconhecimento dos ativos líquidos da Aliança	(7.066)
Perda na transação	(472)

b) Compra de participação societária na Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. ("Anglo American Brasil") - Em fevereiro de 2024, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Anglo American plc para a compra de 15% da Anglo American Brasil, empresa que atualmente detém o complexo Minas-Rio ("Minas-Rio"), no Brasil. A transação foi concluída em dezembro de 2024 e, nos termos do acordo, a Vale contribuiu com recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina no valor de R\$4.573 (US\$750 milhões) e realizou um desembolso de R\$181 (US\$30 milhões). Adicionalmente, dependendo dos preços de minério de ferro nos próximos quatro anos, poderá haver um ajuste no preço da transação, o qual será reconhecido no resultado da Companhia, se houver.

Como resultado da transação, a Vale reconheceu um ganho de R\$3.815 no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos" em função da diferença entre o valor justo e o valor contábil dos recursos de minério de ferro de Serra da Serpentina, os quais foram aportados na Anglo American Brasil como parte da contraprestação pela participação societária adquirida.

A Companhia também receberá sua parcela proporcional da produção do Minas-Rio, além de deter uma opção de compra de uma participação adicional de 15% na operação. O preço de exercício da opção será o valor justo, calculado no momento do exercício. A partir da aquisição, a Anglo American Brasil passou a ser uma coligada, sendo o investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial em função da influência significativa exercida pela Vale na investida.

c) Desinvestimento na Vale Oman Distribution Center ("VODC") - A VODC opera um terminal marítimo com acesso ao Porto de Sohar, em Omã, com um amplo cais de águas profundas e um centro integrado de *blending* e distribuição de minério de ferro com capacidade nominal de 40 milhões de toneladas por ano.

Em agosto de 2024, a Companhia estabeleceu uma joint venture com a AP Oryx Holdings LLC ("Apollo") por meio de um acordo vinculante para a venda de participação acionária equivalente a 50% do capital social da VODC, pelo valor de R\$3.325 (US\$600 milhões). A transação foi concluída em setembro de 2024, reduzindo a participação da Vale na VODC de 100% para 50% e alterando sua condição de subsidiária para *joint venture*.

Com a transação, a Vale compartilhou o controle sobre a VODC com a Apollo e, a partir de então, não irá mais consolidar a VODC, que será contabilizada como uma *joint venture* pelo método de equivalência patrimonial.

Como resultado da transação, a Companhia reconheceu um ganho de R\$6.776 no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Este ganho é derivado (i) do resultado com a venda de participação no montante de R\$3.078, (ii) do resultado com a remensuração ao valor justo da participação remanescente no montante de R\$3.078 e (iii) da reclassificação para o resultado dos ajustes acumulados de conversão no montante de R\$620. Os efeitos desta transação estão sumarizados abaixo:

	26 de setembro de 2024
Contraprestação recebida	3.325
Desreconhecimento dos ativos líquidos da VODC	(247)
Ganho com a venda de participação	3.078
Remensuração da participação de 50% remanescente	
Reconhecimento do investimento remanescente de 50% a valor justo	3.325
Desreconhecimento dos ativos líquidos da VODC	(247)
Ganho com a remensuração de participação	3.078
Outros efeitos da desconsolidação	
Ganho com a reclassificação de ajustes acumulados de conversão	620
Ganho na transação registrado no resultado	6.776

d) Desinvestimento na PT Vale Indonesia Tbk ("PTVI") - Em junho de 2024, a Companhia reduziu sua participação na PTVI em aproximadamente 10,5%. O desinvestimento foi realizado por meio da: (i) emissão de novas ações pela PTVI, diluindo a participação da Vale em 2,1%, e (ii) por meio da venda direta pela Vale de 8,4% de ações para a MIND ID. Com a conclusão da transação, a MIND ID se tornou a maior acionista da PTVI, detendo aproximadamente 34,0% das ações emitidas, com a Companhia e a SMM detendo aproximadamente 33,9% e 11,5%, respectivamente. A conclusão da transação satisfaz uma condição fundamental para que a PTVI prolongasse sua licença de mineração até 2035, com possibilidade de estender a licença para além deste período condicionada ao atendimento de determinados requisitos.

Com a transação, a Vale recebeu R\$862 (US\$155 milhões) por suas ações e perdeu o controle sobre a PTVI, que passou a ser contabilizada como uma coligada pelo método de equivalência patrimonial, devido à influência significativa detida pela Vale.

Como resultado, em junho de 2024, a Companhia reconheceu um ganho de R\$5.710 no resultado como "Redução ao valor recuperável e resultado com baixa de ativos não circulantes, líquidos". Este ganho foi derivado da reclassificação dos ajustes acumulados de conversão no valor de R\$5.728 e do ganho com a remensuração do investimento remanescente a valor justo no valor de R\$3.654, líquidos da perda associada à redução da participação na PTVI no montante de R\$3.672. Os efeitos desta transação estão sumarizados abaixo:

	28 de junho de 2024
Contraprestação recebida	862
Investimento remanescente de 33,9% a valor justo (i)	10.621
Efeitos da desconsolidação:	
Desreconhecimento dos ativos líquidos da PTVI	(20.551)
Ganho com o desreconhecimento da participação de acionistas não controladores	9.050
Ganho com a reclassificação de ajustes acumulados de conversão	5.728
Ganho na transação registrado no resultado	5.710

(i) O valor justo do investimento remanescente de 33,9% foi estimado com base em laudo emitido por avaliador externo. O laudo considerou o método de fluxo de caixa descontado. As premissas chave utilizadas foram (i) taxa de desconto de 7,75% com prêmio de risco incremental de aproximadamente 1,00% para determinados ativos, (ii) vida útil dos ativos até 2065, e (iii) intervalo de preços projetados para níquel entre US\$/t 17.501 e US\$/t 21.000.

e) Parceria estratégica no negócio de Vale Metais Básicos - Em julho de 2023, a Companhia assinou um acordo vinculante com a Manara Minerals, uma *joint venture* formada pela Ma'aden and Saudi Arabia's Public Investment Fund, na qual a Manara Minerals faria um investimento na Vale Base Metals Limited ("VBM"), a holding do negócio de Vale Metais Básicos. Ao mesmo tempo, Vale e Engine No. 1 celebraram outro acordo vinculante para investimento na VBM.

Em abril de 2024, a Companhia concluiu a transação com a Manara Minerals para venda de 10% da Vale Base Metals Limited ("VBM"), pelo valor de R\$ 12.697 (US\$2.455 milhões), que foi integralmente capitalizado na VBM, diluindo a Vale para uma participação acionária de 90%, mantendo o controle sob a VBM. Com isso, a Vale reconheceu um ganho pela venda no valor de R\$4.593 no patrimônio líquido, com efeito atribuído aos acionistas não controladores de R\$7.828, apresentados como "Transações com acionistas não controladores".

Adicionalmente, em abril de 2024, a Vale e Engine No. 1 concordaram em não seguir com os termos e condições previamente acordados e essa transação foi descontinuada, sem penalidades para ambas as partes.

f) Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN") - Em novembro de 2023, a Vale concluiu a venda de sua participação de 40% na MRN, que estava integralmente provisionada por *impairment* desde 2021, para a Ananke Alumina S.A. ("Ananke"), uma subsidiária da Norsk Hydro ASA. Na conclusão da transação, a Vale pagou R\$351 para o comprador, resultando em uma perda de R\$420 registrada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 como "Resultado de equivalência patrimonial e outros resultados em coligadas e *joint ventures*".

g) Vale Oman Pelletizing Company LLC ("VOPC") - Em fevereiro de 2023, o OQ Group exerceu a opção de venda de sua participação minoritária de 30% detida na VOPC. Como resultado, em abril de 2023, a Companhia concluiu a transação e adquiriu a participação minoritária anteriormente detida pelo OQ Group por R\$653 (US\$130 milhões), resultando em um ganho de R\$15, registrado no patrimônio líquido como "Transações com acionistas não controladores", uma vez que se trata de uma transação entre acionistas. Após o fechamento, a Vale passou a deter 100% do capital social da VOPC.

h) Venda da Companhia Siderúrgica do Pecém ("CSP") - Em julho de 2022, a Companhia assinou, em conjunto com os demais acionistas da CSP, um acordo vinculante com a ArcelorMittal Brasil S.A. ("ArcelorMittal") para a venda da CSP. Com base nos termos do acordo, a Companhia reconheceu um *impairment* do valor integral do investimento no valor de R\$553 e uma provisão para perda de contas a receber com a CSP no valor de R\$132, ambos registrados na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em março de 2023, a Companhia concluiu a venda de sua participação na CSP para a ArcelorMittal. O valor recebido de R\$5.637 foi integralmente utilizado para pagar antecipadamente a dívida líquida da CSP, no valor de R\$5.983, e o restante da dívida foi liquidado pelos acionistas, desta maneira, a Vale desembolsou R\$346 para a conclusão da transação. Com isso, a Companhia também desreconheceu o saldo remanescente do passivo financeiro relacionado à garantia concedida à CSP e registrou um ganho no valor de R\$160 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentado como "Resultado de equivalência patrimonial e outros resultados em coligadas e *joint ventures*".

Política contábil

Combinação de negócios - O método de aquisição é usado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente se a aquisição for de instrumentos patrimoniais ou de outros ativos. A contraprestação transferida pela aquisição de uma controlada compreende (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) os passivos assumidos do negócio adquirido; (iii) instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia; (iv) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente; e (v) o valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na controlada.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos, e passivos contingentes em uma combinação de negócios são, com limitadas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece toda participação de não controlador em uma entidade adquirida, pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação dos acionistas não controladores nos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida.

Operação descontinuada - A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados separadamente em nota explicativa.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Qualquer participação de acionistas não controladores relativa ao grupo de ativos mantidos para venda é apresentada no patrimônio líquido, não sendo reclassificada no balanço patrimonial.

32. Benefícios a empregados

31 de dezembro de

	Consolidado			
	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	2025	2024	2025	2024
Salários, encargos sociais e outras remunerações	32(a) 5.580	5.783	-	-
Encargos relacionados aos pagamentos baseados em ações	32(b) 280	98	-	-
Obrigações com benefícios de aposentadoria	32(c) 374	385	6.680	6.925
	6.234	6.266	6.680	6.925

31 de dezembro de

	Controladora			
	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	2025	2024	2025	2024
Salários, encargos sociais e outras remunerações	32(a) 3.862	3.743	-	-
Encargos relacionados aos pagamentos baseados em ações	32(b) 21	46	-	-
Obrigações com benefícios de aposentadoria	32(c) 142	136	2.489	2.205
	4.025	3.925	2.489	2.205

a) Programa de participação nos lucros e resultados ("PLR")
A Companhia registrou gastos com participação nos lucros e resultados no custo dos produtos vendidos e serviços prestados e em outras despesas operacionais nos montantes de R\$3.498, R\$3.304 e R\$2.797 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente.

Remuneração Associada a Metas de Desempenho ESG
Atualmente, a Companhia alinha os programas de remuneração à estratégia de negócios e ao objetivo de tornar a Vale uma companhia mais segura. Desde 2020, a Companhia está seguindo novos padrões para remuneração dos executivos. Para remuneração de curto prazo, pelo menos 30% das metas de desempenho são orientadas por métricas ESG e diretamente relacionadas a metas de segurança, gestão de riscos e sustentabilidade.

b) Pagamentos baseados em ações
A Companhia possui programas de incentivo de longo prazo que incluem o Programa *Matching* e o Programa de Ações Virtuais ("PAV") para os executivos elegíveis, cujo objetivo é incentivar a permanência dos empregados e estimular o desempenho. O valor justo dos programas é reconhecido em base linear no resultado, com contrapartida no patrimônio líquido, durante o período de serviço exigido de três anos, líquido das perdas estimadas.

Programa Matching
No Programa *Matching*, os participantes podem adquirir ações ordinárias da Vale no mercado. Se as ações adquiridas forem mantidas por um período de três anos, obedecendo as regras do programa, o participante tem o direito de receber da Vale um prêmio em ações, equivalente à quantidade de ações originalmente adquiridas.

O valor justo do programa *Matching* foi estimado utilizando o preço da ação e ADR da Companhia e a quantidade de ações concedidas na data da outorga.

	Programa 2025	Programa 2024	Programa 2023
Ações outorgadas	2.453.783	2.244.659	1.330.503
Preço da ação	57,69	60,05	81,82

Programa de Ações Virtuais ("PAV")
No Programa PAV, os executivos elegíveis podem vir a receber, após um ciclo de três anos, uma premiação em ações ordinárias condicionadas ao fator de desempenho da Vale medido com base em indicadores de retorno total aos acionistas ("TSR"), ROIC e Ambiental, Social e Governança ("ESG").

O valor justo do programa PAV foi mensurado estimando-se o fator de desempenho utilizando simulações de Monte Carlo para o Indicador de retorno aos acionistas e indicadores de saúde e segurança e de sustentabilidade. As premissas utilizadas para as simulações de Monte Carlo estão demonstradas na tabela abaixo bem como o resultado utilizado para o cálculo do valor esperado do fator de desempenho total.

	Programa 2025	Programa 2024	Programa 2023
Ações outorgadas	1.973.979	1.873.175	1.177.755
Data da outorga das ações	6 de maio, 2025	29 de abril, 2024	2 de janeiro, 2023
Preço da ação	53,00	63,90	88,88
Volatilidade esperada	33,82%	35,60%	48,33%
Prazo previsto (em anos)	3	3	3
Indicador de retorno aos acionistas esperado	87,67%	66,95%	72,42%
Fator de performance esperado	111,14%	112,13%	83,21%

c) Obrigações com benefícios de aposentadoria

No Brasil, a gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social ("Valia"), entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Os planos do Brasil são os seguintes: **Plano de benefícios Vale Mais ("Vale Mais") e plano de benefícios Valiaprev ("Valiaprev")** - Os empregados da Companhia participantes da Valia estão associados, em sua maioria, ao plano Vale Mais, que tem componente de benefício definido (benefício saldado oriundo do antigo Plano BD - benefício específico para cobertura por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio-doença) e componente de contribuição definida (para benefícios programáveis). O plano Valiaprev é semelhante ao plano Vale Mais, com exceção de não ter o benefício saldado e benefício de auxílio-doença. Os planos Vale Mais e Valiaprev estavam superavitários em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **Plano de benefício definido ("Plano BD")** - O Plano BD está fechado para novas adesões desde o ano 2000, quando foi implantado o Vale Mais. E um plano de previdência complementar com características de benefício definido, que cobre quase exclusivamente aposentados e seus beneficiários. O plano estava superavitário em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e as contribuições realizadas pela Companhia para seu custeio não são materiais.

Plano de benefício Abono complementação - A Companhia patrocina um grupo específico de ex-empregados com direito a receber pagamentos suplementares aos benefícios normais da Valia. O plano Abono complementação estava superavitário em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Outros benefícios - A Companhia patrocina planos de assistência médica para funcionários que atendam critérios específicos e para funcionários participantes do plano Abono complementação. Apesar de não serem planos específicos de aposentadoria, são utilizados cálculos atuariais para calcular as obrigações futuras. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária e estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No exterior, os planos são administrados de acordo com suas regiões. Estão divididos entre planos no Canadá, Estados Unidos da América e Reino Unido. Os planos de pensão no Canadá são compostos de um benefício definido e um componente de contribuição definida. Atualmente os planos de benefício definido não permitem novas adesões. A maioria dos planos de benefício definido no exterior estavam deficitários em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sendo que dois planos estavam superavitários em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Em dezembro de 2023, a Companhia celebrou determinados contratos de anuidade ("*annuity contracts*") para transferir R\$4.178 em obrigações de plano de pensão e seus ativos associados. Esta transação resultou na liquidação e remensuração do plano de pensão e, como consequência, a Companhia reconheceu uma perda de R\$25, sem efeito caixa, na demonstração do resultado como "Outras despesas", mensurada pela diferença entre o prêmio e as obrigações transferidas.

As informações a seguir detalham o status dos elementos de benefício definido de todos os planos, bem como os custos a eles relacionados.

i. Evolução do valor presente das obrigações

	Consolidado	Controladora
Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2023	32.849	18.460
Custo do serviço	227	29
Custo do serviço passado	(9)	-
Custo de juros	2.284	1.541
Benefícios pagos	(3.576)	(2.420)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(1.791)	(1.813)
Custo administrativo e impostos	56	-
Ajuste de conversão	2.589	-
Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2024	32.629	15.797
Custo do serviço	196	15
Custo de juros	2.385	1.702
Benefícios pagos	(3.312)	(2.328)
Efeito de mudança nas premissas atuariais	190	547
Custo administrativo e impostos	38	-
Ajuste de conversão	(1.105)	-
Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2025	31.021	15.733

ii. Evolução do valor justo dos ativos

	Consolidado	Controladora
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	31.337	20.040
Receita de juros	2.260	1.671
Contribuições do empregador	554	212
Benefícios pagos	(3.576)	(2.420)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	(1.370)	(2.028)
Ajuste de conversão	1.123	-
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2024	31.328	17.475
Receita de juros	2.482	1.906
Contribuições do empregador	424	216
Benefícios pagos	(3.312)	(2.328)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	(22)	161
Ajuste de conversão	(793)	-
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2025	30.107	17.430

iii. Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
31 de dezembro de				
Movimentação do teto do ativo				
Saldo no início do exercício	5.329	5.194	4.019	4.323
Receita de juros	575	403	430	356
Mudanças no teto do ativo	(338)	(442)	(285)	(660)
Ajuste de conversão	(79)	174	-	-
Saldo no final do exercício	5.487	5.329	4.164	4.019

Valor reconhecido no balanço patrimonial

Valor presente das obrigações atuariais	(31.021)	(32.629)	(15.733)	(15.797)
Valor justo dos ativos	30.107	31.328	17.430	17.475
Efeito do limite do ativo (teto)	(5.487)	(5.329)	(4.164)	(4.019)
Passivos, líquidos	(6.401)	(6.630)	(2.467)	(2.341)
Ativo circulante	166	164	-	-
Ativo não circulante	487	680	-	-
Ativo	653	680	164	-
Passivo circulante	(374)	(385)	(142)	(135)
Passivo não circulante	(6.680)	(6.925)	(2.489)	(2.206)
Passivo	(7.054)	(7.310)	(2.631)	(2.341)

iv. Custos reconhecidos na demonstração do resultado

	Consolidado		Controladora	
Exercício findo em 31 de dezembro de				
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	2025	2024	2025	2023
Custo do serviço	196	227		



ix. Ativos por categoria
Os ativos por categoria são os seguintes:

	Consolidado							
	2025				2024			
31 de dezembro de	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	358	-	358	-	223	-	223
Títulos em ações	-	-	-	-	979	-	-	979
Título de dívida – Corporativo	-	184	-	184	-	1.918	-	1.918
Título de dívida – Governo	14.746	2.173	2.592	19.511	15.736	3.065	-	18.801
Fundo de investimento em renda fixa	8.550	-	-	8.550	7.215	-	-	7.215
Fundo de investimento em ações	1.432	-	-	1.432	2.329	6	-	2.335
Fundo de investimento internacional	399	-	396	795	341	-	725	1.066
Fundo de investimento de empresas não listadas	-	-	1.023	1.023	-	285	267	552
Fundo imobiliário	-	847	429	1.276	-	-	-	-
Empreendimento imobiliário	-	-	1.014	1.014	-	-	1.578	1.578
Empréstimos de participantes	-	-	998	998	-	-	885	885
Outros	-	-	5.789	5.789	-	-	6.440	6.440
Total	25.127	3.562	12.241	40.930	26.600	5.497	9.895	41.992
Fundos não relacionados aos planos de risco (i)	-	-	-	(10.823)	-	-	-	(10.664)
Valor justo do plano de ativos no ano				30.107				31.328

	Controladora							
	2025				2024			
31 de dezembro de	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos em ações	-	-	-	-	13	-	-	13
Título de dívida – Corporativo	-	184	-	184	-	314	-	314
Título de dívida – Governo	14.746	-	-	14.746	15.662	-	-	15.662
Fundo de investimento em renda fixa	8.550	-	-	8.550	7.215	-	-	7.215
Fundo de investimento em ações	1.432	-	-	1.432	2.329	-	-	2.329
Fundo de investimento internacional	399	-	-	399	341	-	-	341
Fundo de investimento de empresas não listadas	-	-	197	197	-	-	267	267
Empreendimento imobiliário	-	-	1.014	1.014	-	-	1.114	1.114
Empréstimos de participantes	-	-	998	998	-	-	885	885
Total	25.127	184	2.209	27.520	25.560	314	2.266	28.140
Fundos não relacionados aos planos de risco (i)	-	-	-	(10.090)	-	-	-	(10.666)
Valor justo do plano de ativos no ano				17.430				17.475

(i) Investimentos financeiros não relacionados à cobertura dos planos. Os fundos referem-se a empresas não consolidadas pelo grupo e auto contribuições de empregados.

A mensuração de ativos dos planos a valor justo com variáveis não observáveis de mercado (nível 3) é a seguinte:

	Consolidado							
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de investimento internacional	Fundo imobiliário	Empreendimento imobiliário	Empréstimos de participantes	Títulos de dívida - Governo	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.238	-	-	1.551	790	-	634	4.213
Transferência	(987)	987	-	-	-	-	-	-
Retorno sobre os ativos do plano	(65)	(280)	-	4	126	-	(22)	(237)
Ativos comprados	1	-	-	18	332	-	-	351
Ativos vendidos durante o exercício	(21)	-	-	(67)	(363)	-	-	(451)
Ajuste de conversão	101	18	-	72	-	-	846	1.037
Transferência entre níveis de valor justo	-	-	-	-	-	-	4.982	4.982
Saldo em 31 de dezembro de 2024	267	725	-	1.578	885	-	6.440	9.895
Transferência	-	(257)	419	(419)	-	257	-	-
Retorno sobre os ativos do plano	69	-	17	16	132	-	67	301
Ativos comprados	838	6	-	212	1.336	2.374	-	4.766
Ativos vendidos durante o exercício	(140)	-	-	(327)	(1.355)	-	-	(1.822)
Ajuste de conversão	(11)	(78)	(7)	(46)	-	(39)	(718)	(899)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.023	396	429	1.014	998	2.592	5.789	12.241

	Controladora			
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Empreendimento imobiliário	Empréstimos de participantes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	352	1.153	790	2.295
Retorno sobre os ativos do plano	(65)	10	126	71
Ativos comprados	1	18	332	351
Ativos vendidos durante o exercício	(21)	(67)	(363)	(451)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	267	1.114	885	2.266
Retorno sobre os ativos do plano	69	16	132	217
Ativos comprados	1	212	1.336	1.549
Ativos vendidos durante o exercício	(140)	(328)	(1.355)	(1.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	197	1.014	998	2.209

x. Desembolso do fluxo de caixa futuro

A Vale espera desembolsar R\$316 no exercício de 2026 com os planos de pensão e outros benefícios.

xi. Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros são as seguintes:

	Consolidado	Controladora
2026	1.931	1.693
2027	1.947	1.703
2028	1.957	1.707
2029	2.016	1.711
2030	2.017	1.712
2031 e posteriormente	9.744	8.438

Política contábil

i. Benefício de curto prazo – salários, férias e encargos incidentes

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

ii. Benefício de curto prazo – programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados ("PLR") tendo como base contribuições das equipes e das unidades de negócio e o desempenho global da Companhia através da geração de caixa operacional. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo de produtos vendidos e serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

iii. Benefício de longo prazo – pagamento baseado em ações

A Companhia estabeleceu mecanismos de premiação para seus executivos, elegíveis seguindo critérios internos (Programa Matching e Programa de Ações Virtuais - PAV), com o objetivo de incentivar a permanência e o desempenho dos mesmos. Os programas de remuneração de longo prazo com base em ações são liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total das despesas é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos são atendidas.

iv. Benefício de longo prazo – fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A Companhia mantém diversos planos de aposentadoria para seus funcionários. Para os planos de contribuição definida, a obrigação da Companhia se restringe a contribuição mensal vinculada a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a estes planos.

Para os planos de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades, determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação do benefício definido na data, menos o valor justo dos ativos do plano. A Companhia reconhece no resultado os custos de serviços, as despesas de juros sobre obrigações e as receitas de juros sobre ativos do plano. A mensuração dos ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (líquido das receitas de juros sobre os ativos) e as mudanças no efeito do teto do ativo e passivo oneroso, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Para os planos superavitários, a Companhia reconhece os ativos líquidos limitados ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições, levando em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Para os planos deficitários, a Companhia reconhece os passivos líquidos. Os ganhos ou perdas no reconhecimento/remensuração dos referidos ativos/passivos líquidos são registrados no resultado do exercício ou no resultado abrangente, quando advindos da avaliação atuarial.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Benefícios pós-aposentadoria dos empregados - Os valores registrados dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas para determinação dos custos e passivos. Uma das premissas utilizadas é a determinação e utilização da taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetam os registros contábeis efetuados.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão

33. Partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são subsidiárias, joint ventures, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

As receitas de venda líquidas referem-se à venda de minério de ferro para as siderúrgicas e ao direito de uso da capacidade das ferrovias. Os custos e despesas operacionais referem-se principalmente aos pagamentos variáveis dos arrendamentos das plantas de pelotização. Compras, contas a receber, outros ativos, contas a pagar e outros passivos referem-se principalmente a valores cobrados pelas joint ventures e coligadas relacionadas aos arrendamentos operacionais das plantas de pelotização e serviços de transporte ferroviário.

a) Transações com partes relacionadas

	Consolidado							
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025				Exercício findo em 31 de dezembro de 2024			
	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais
Coligadas e Joint Ventures								
Companhia Siderúrgica do Pecém	-	-	-	-	484	-	-	-
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	-	(323)	-	(627)	-	-
Companhias de Pelotização (i)	-	(207)	(203)	(1.661)	(139)	(1.132)	-	(194)
MRS Logística S.A.	-	(2.557)	-	(2.311)	-	(2.246)	-	-
Norte Energia S.A.	-	(388)	1	(357)	-	(532)	-	-
Vale Oman Distribution Center (ii)	-	(1.539)	-	(377)	-	-	-	-
VLI	1.786	(270)	(26)	1.933	(140)	(13)	1.598	(146)
PTVI	-	(3.575)	-	(2.265)	-	-	-	-
Anglo American	-	(1.289)	71	-	-	-	-	-
Aliança Geração de Energia S.A.	-	(338)	-	-	-	-	-	-
Outros	146	(4)	-	156	(43)	1	157	(55)
1.932	(10.167)	(158)	2.090	(7.477)	(151)	2.239	(4.738)	(202)
Acionistas								
Bradesco	-	-	1.240	-	(2.287)	-	-	1.018
Mitsui	820	-	-	1.340	-	1.393	-	-
Cosan	46	(93)	-	18	(18)	52	(56)	-
Banco do Brasil	-	-	51	-	8	-	-	2
866	(93)	1.291	1.358	(18)	(2.279)	1.445	(56)	1.020
Total	2.798	(10.260)	1.133	3.448	(7.495)	(2.430)	3.684	(4.794)

	Controladora					
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025			Exercício findo em 31 de dezembro de 2024		
	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Receita de vendas, líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro
Controladas						
Vale International	111.383	-	(3.509)	120.251	-	(2.641)
Aliança Geração de Energia S.A.	-	(485)	-	-	(303)	-
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba	5	(590)	5	5	(454)	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	-	(367)	-	-	(308)
Outros	257	(340)	63	168	(172)	3
111.645	(1.415)	(3.813)	120.424	(929)	(2.946)	
Coligadas e Joint Ventures						
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	(323)	-
Companhias de Pelotização (i)	-	(207)	(33)	-	(1.661)	(40)
MRS Logística S.A.	-	(2.557)	-	-	(2.311)	-
Norte Energia S.A.	-	(388)	1	-	(357)	-
VLI	1.786	(212)	(26)	1.933	(93)	(13)
Anglo American	-	(1.289)	1	-	-	-
Aliança Geração de Energia S.A.	-	(338)	-	-	-	-
Outros	146	(4)	-	156	(37)	1
1.932	(4.995)	(58)	2.090	(4.782)	(52)	
Acionistas						
Bradesco	-	-	1.236	-	-	(2.301)
Cosan	20	(67)	-	14	(18)	-
Banco do Brasil	-	-	50	-	-	4
20	(67)	1.286	14	(18)	(2.297)	
Total	113.597	(6.477)	(2.585)	122.528	(5.729)	(5.295)

(i) Informações agregadas das entidades: Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização, Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização, Companhia Italo-Brasileira de Pelotização e Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.
(ii) Em 2023, a Vale Oman Distribution Center era uma controlada indireta da Vale S.A.

b) Saldos em aberto com partes relacionadas

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber e outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Dividendos a receber e outros ativos
Coligadas e Joint Ventures						
Companhias de Pelotização (i)	-	-	38	-	-	210
MRS Logística S.A.	-	1	49	-	79	201
VLI	-	224	-	-	119	-
PTVI	-	4	-	-	3	-
Anglo American	-	-	1.397	-	-	923
Outros	-	34	47	-	30	10
263	1.531	1.531	231	1.344		
Acionistas						
Bradesco	5.522	-	449	1.616	-	100
Banco do Brasil	1.024	-	50	134	-	-
Mitsui	-	271	-	-	41	-
Cosan	-					

desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras.

Orientação Técnica OPCPC 10 - Créditos de Carbono (TCO2e), Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) A Orientação Técnica OPCPC 10 - Créditos de Carbono (TCO2e), Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) é efetiva a partir destas demonstrações financeiras. Não houve alterações materiais nas políticas contábeis da Vale em função da referida orientação técnica.

Outras normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

Algumas outras normas, alterações, interpretações e orientações contábeis foram emitidas recentemente, porém, não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas já emitidas e que ainda não estão em vigor gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

b) Demonstração do Valor Adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não exigem a apresentação desta demonstração e, portanto, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

c) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras da Companhia refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. A lista das investidas mais relevantes, incluindo controladas, coligadas e *joint ventures*, bem como, as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, estão descritas na nota 30.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e de suas controladas no Brasil é o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Vale opera ("moeda funcional"). A moeda funcional das principais controladas diretas que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar americano ("US\$").

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das controladas com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal. Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio final de cada exercício e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa de câmbio da data da transação. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado abrangente como "Ajustes de conversão".

Quando uma operação no exterior é total ou parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no resultado abrangente e acumuladas no patrimônio líquido são reclassificadas para o resultado do exercício. A política contábil aplicada está descrita na nota 30.

As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter as informações financeiras de controladas com moeda diferente da moeda funcional da Vale foram:

Exercício findo em 31 de dezembro de	Taxa final			Taxa média		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Dólar Americano ("US\$")	5,5024	6,1923	4,8413	5,5855	5,3920	4,9954
Dólar Canadense ("CAD")	4,0187	4,3047	3,6522	3,9981	3,9342	3,7026
Euro ("EUR")	6,4692	6,4363	5,3516	6,3095	5,8340	5,4023

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
5	Tributos diferidos sobre o lucro e posições fiscais incertas
12	Redução do valor recuperável de ativos não circulantes
13	Reservas minerais e vida útil das minas
14	Provisão para descaracterização de barragens e descomissionamento de ativos
19	Passivos relacionados a outorga da concessão
16	Estimativa do valor justo
25	Passivos relacionados ao rompimento da barragem de Brumadinho
26	Passivos relacionados à participação em coligadas e <i>joint ventures</i>
27	Processos judiciais e administrativos
30	Consolidação
32	Obrigações com benefícios de aposentadoria

f) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Vale S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vale S.A. ("Vale" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Provisão para descaracterização de barragens (Nota 14 (a))

Em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho, a Nossa procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, Companhia vem trabalhando na descaracterização de barragens de atualização do entendimento, avaliação e testes dos controles rejeitos construídas sob o método a montante localizadas no Brasil. internos relevantes estabelecidos pela administração da Companhia O saldo da provisão para descaracterização de barragens - estruturas relacionados à mensuração, ao registro e ao monitoramento da geotécnicas a montante, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 11.536 milhões.

Discutimos com a administração, com o apoio dos nossos especialistas em engenharia, sobre o racional técnico de engenharia da administração, bem como alto grau de complexidade na e principais premissas utilizadas nos projetos de descaracterização da engenharia. Essas estruturas mais relevantes, com o objetivo de avaliar a razoabilidade da estimativa de gastos futuros fundamentada pela administração da engenharia.

Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a competência, diversas premissas significativas, tais como: (i) o volume de rejeitos a habilidade e objetividade dos especialistas em engenharia e ser removido; (ii) a disponibilidade de locais para depósito de rejeitos geologia da administração, envolvidos em aspectos relevantes do e a distância até eles; (iii) os métodos e soluções de engenharia; processo de descaracterização.

Obtivemos, em base amostral, a documentação comprobatória dos gastos incorridos e avaliamos a razoabilidade dos modelos de cálculo e das premissas significativas utilizadas nos projetos de engenharia e alternativas técnicas, com o envolvimento de nossos especialistas em engenharia.

Como resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração da Companhia, e confirmação das soluções e premissas significativas, bem como em relação ao cálculo da estimativa de gastos futuros.

Devido às incertezas envolvidas na mensuração dessa provisão, os valores reconhecidos e divulgados em 31 de dezembro de 2025, deverão ser revistos e poderão vir a ser alterados de forma material em períodos futuros, à medida que novos fatos e circunstâncias sejam conhecidos.

Em razão desses aspectos, esse assunto permanece como área de foco em nossa auditoria.

Provisão para contingências tributárias (Notas 27) e posições fiscais incertas (Nota 5 (d))

A Companhia e suas controladas possuem assuntos relevantes Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o de diversas naturezas tributárias (excluindo tributos sobre a entendimento, avaliação e testes dos controles internos relevantes renda) em discussão em várias esferas processuais, para os referentes às contingências tributárias e posições fiscais incertas, quais foi constituída provisão para contingências tributárias bem como avaliação dos sistemas relevantes de tecnologia da com perdas prováveis, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 informação que suportam esses controles.

totaliza R\$ 1.196 milhões. As contingências tributárias cujas Com base na relação fornecida pela administração, obtivemos perdas foram estimadas pela administração como possíveis, confirmação de todos os consultores jurídicos, internos e externos, para as quais não há provisão constituída, mas divulgação que patrocinam as causas tributárias da Companhia. Ademais, com nas demonstrações financeiras, totalizam R\$ 39.715 milhões

de auditoria em base amostral sobre os valores e prognósticos Adicionalmente, a Companhia adota certas posições fiscais utilizadas pela administração da Companhia para definir o incertas na mensuração dos efeitos de imposto de renda ("IRPJ") e tratamento contábil nas demonstrações financeiras.

Obtivemos, adicionalmente, para determinados processos tributários final dos tratamentos tributários dependerá de decisões das e posições fiscais incertas de IRPJ e CSSL de maior relevância, acesso autoridades fiscais.

Em 31 de dezembro de 2025, as posições fiscais incertas, estimadas a razoabilidade dos prognósticos determinados pela administração, como sendo provável que as autoridades fiscais aceitem os bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotadas pela tratamentos, totalizam R\$ 48.742 milhões, conforme divulgado nas Companhia.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela A determinação dos montantes registrados de provisão para administração para a determinação das provisões tributárias, bem contingências tributárias acima mencionado, bem como dos como as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras, montantes divulgados de passivos contingentes (perda possível) incluindo posições fiscais incertas de IRPJ e CSSL, são consistentes e posições fiscais incertas, depende de estimativas e julgamentos com as informações obtidas em nossos trabalhos.

críticos da administração quanto ao prazo, prognóstico de perda, prognóstico de aceitação pelas autoridades tributárias e valores. Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, potenciais mudanças nos julgamentos, estimativas ou premissas, que influenciam a determinação do prognóstico de perda e montantes envolvidos, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Diante do exposto, esse assunto foi mantido como área de foco em nossa auditoria.

Porque é um PAA **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Redução ao valor recuperável ("impairment") de goodwill alocado às operações de níquel no Canadá e ativos não financeiros (Nota 12)

Nosso procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o teste de valor recuperável (*impairment*) dos ágios fundamentados atualização do entendimento, avaliação e testes dos controles em rentabilidade futura (*goodwill*), bem como ativos não financeiros internos relevantes relacionados com a mensuração do valor que apresentaram indicações de perda no valor recuperável.

Confrontamos as informações utilizadas nos testes de *impairment*, determinou os valores recuperáveis de cada Unidade Geradora de quando aplicável, com os orçamentos aprovados pelo Conselho de Caixa ("UGC"), às quais os ágios foram alocados. Adicionalmente, a Administração da Companhia e testamos a exatidão matemática dos Companhia procedeu testes de *impairment* nos níveis dos ativos, cálculos, bem como discutimos as principais premissas utilizadas nas principalmente, relacionados às operações de *Newfoundland and* projeções de fluxo de caixa.

Os valores recuperáveis foram mensurados Também avaliamos, com o apoio de nossos especialistas em pelo valor justo líquido de despesas de venda. Como resultado avaliações de ativos, a razoabilidade dos modelos de cálculo e das dos procedimentos adotados, a Companhia reconheceu, em 31 de premissas significativas utilizadas pela Companhia, bem como dezembro de 2025, uma perda de R\$ 19.517 milhões.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas financeiros, a Companhia elabora fluxos de caixa futuros, com base explicativas. Como resultado dos procedimentos de auditoria realizados, Companhia e informações internas e externas projetadas, os quais consideramos que o modelo de mensuração e as premissas são sensíveis a premissas significativas. Condições econômicas adotadas pela administração da Companhia na mensuração do adversa podem fazer com que essas premissas apresentem valor recuperável dos ativos não financeiros, para fins de teste alterações significativas às projetadas pela Companhia, com de *impairment*, são consistentes com as informações obtidas em consequente impacto material nas demonstrações financeiras.

Em nossos trabalhos, assim como as respectivas divulgações nas Portanto, em razão desses aspectos, esse assunto foi considerado demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Porém, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/F-5

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 15P188307/O-0

Parecer do Conselho Fiscal sobre a proposta para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

O Conselho Fiscal da **VALE S.A.** ("Companhia" ou "Vale"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou a Proposta para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e é de opinião de que o documento se encontra em condições de ser apreciado pela Assembleia Geral Ordinária da Vale a ser convocada.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.
Raphael Manhães Martins - Presidente

Aristóteles Nogueira Filho - Conselheiro Adriana de Andrade Solé - Conselheira
Márcio de Souza - Conselheiro Dario Carnevalli Durigan - Conselheiro

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Vale S.A. em 31 de dezembro de 2025

O Conselho Fiscal da **VALE S.A.** ("Companhia" ou "Vale"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da Vale, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e tomando como base o parecer dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária brasileira vigente, encontram-se em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária da Vale a ser convocada.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.
Raphael Manhães Martins - Presidente

Aristóteles Nogueira Filho - Conselheiro Adriana de Andrade Solé - Conselheira
Márcio de Souza - Conselheiro Dario Carnevalli Durigan - Conselheiro

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026.
Elaine Funo
Diretora de Contabilidade, Tributário e Controladoria

José Victor Sousa
Diretor de Contabilidade - CRC RJ-118438/O-4